



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
CAMPUS CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

**JUNIELE MARTINS SILVA**



Residência: comunidade Paulistas, município de Catalão (GO) - 2011.

**CATALÃO (GO)**

**2011**

**JUNIELE MARTINS SILVA**

**AGRICULTURA FAMILIAR E TERRITORIALIDADE: as  
comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de  
Catalão (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
*Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de  
Goiás, Campus Catalão como requisito para a obtenção  
do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do  
Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Estevane de Paula Pontes  
Mendes

**CATALÃO (GO)**

**2011**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)  
GPT/BC/UFG**

S586a Silva, Juniele Martins.  
Agricultura familiar e territorialidade [manuscrito]: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO) / Juniele Martins Silva. - 2011.  
170 f. : il., figs, tabs.

Orientadora: Prof<sup>ra</sup>. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Departamento de Geografia, 2011.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas, gráficos e tabelas.

Anexos.

1. Agricultura familiar. 2. Modernização – agricultura 3. Identidade territorial. 4. Comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas – Catalão (GO). I. Título.

CDU: 631.152 (817.3)

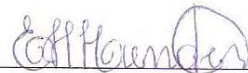
TERMO DE APROVAÇÃO

**Juniele Martins Silva**

**AGRICULTURA FAMILIAR E  
TERRITORIALIDADE: as comunidades Cruzeiro dos  
Martírios e Paulistas, no município de Catalão (GO)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA



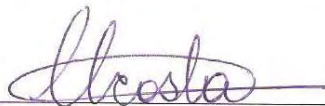
---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes  
Orientadora e Presidente da Banca  
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão



---

Prof. Dr. João Cleps Júnior  
Membro Externo  
Universidade Federal de Uberlândia – IG



---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Carmem Lúcia Costa  
Membro Interno  
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão

Aprovada em 26 de agosto de 2011.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à Professora Doutora Estevane de Paula Pontes Mendes, da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, pela orientação, amizade e incentivo.

Ao Núcleo de Estudos de Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq). Pois, nesse tive a oportunidade de amadurecer minha pesquisa e aperfeiçoar-me profissionalmente. Além, de oferecer equipamentos e livros indispensáveis para a realização da pesquisa. Em especial aos Coordenadores Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira e Prof<sup>a</sup>. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia CAC/UFG.

Ao Departamento de Geografia CAC/UFG.

Aos professores da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação Prof. Dr. João Cleps Junior e Prof<sup>a</sup>. Dra. Carmem Lúcia Costa.

Aos professores da Banca Examinadora de Qualificação Prof<sup>a</sup>. Dra. Carmem Lúcia Costa e Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Imaculada Cavalcante.

Aos funcionários da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Em especial os funcionários da Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFG).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

À Fundação de Apoio a Pesquisa (FUNAPE/UFG).

Aos Agentes Comunitários de Saúde Maria Aparecida de Souza Oliveira e Murilo, pelas informações acerca das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, município de Catalão (GO), e também pelo acompanhamento no trabalho de campo realizado nas comunidades.

Aos produtores rurais das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, que me receberam e responderam aos roteiros de entrevista.

Ao Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística - Posto Catalão.

À Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Catalão.

À Secretaria Municipal de Saúde de Catalão.

À minha família, em especial meu pai, José Martins de Souza, minha mãe, Tereza Cardoso da Silva Souza. Às minhas irmãs Andriely Martins da Silva, Juliana Martins Silva,

ao meu irmão Carlos Eduardo Gonçalves Cardoso, ao meu sobrinho Rian Gabriel Martins dos Santos e à minha prima Delva Cardoso Vaz.

Ao meu vovô, Sebastião Martins Pereira, que além do incentivo, foi um exemplo. Agradeço sua existência, seus ensinamentos e sua contribuição na minha vida e na pesquisa.

Aos amigos que ficaram sempre do meu lado nos momentos de descontração e, principalmente, nos momentos de dificuldades.

*Os trilhos que nos conduzem à compreensão de algo são sempre penosos, cheios de encruzilhadas, levando-nos, em alguns momentos, ao fim da picada, às vezes sem signos indicativos; porém, se esses caminhos forem trilhados com paixão e envolvimento, tornam-se um exercício agradável e fascinante. O amadurecimento da opção trilhada acontece, muitas vezes, na caminhada em meio aos deslizos, às controvérsias, às inquietações e perplexidades que o mundo nos apresenta e que o rural dinamiza e induz. Adentrar no campo da análise sociocultural, econômica e simbólica do espaço rural é ter a certeza de estar num terreno movediço, inquieto e que quer se firmar em meio a contradições, multiplicidades e fragilidades de problemas/resoluções [...]. (Tedesco, 1999).*

## RESUMO

Os estudos sobre agricultura familiar no Brasil tiveram maior enfoque a partir da década de 1990. A emergência da expressão deve-se a duas esferas: a) no campo político condicionado aos embates dos movimentos sociais e a criação do PRONAF; e b) por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos. A agricultura familiar é entendida como segmento em que a propriedade e o trabalho estão ligados à família, e, esses possuem aspectos culturais próprios atravessados de geração a geração, formando suas identidades territoriais. Assim, os agricultores familiares possuem, ainda, uma identidade territorial cultivada pelas bases materiais/objetivas e imateriais/subjetivas constituída, a partir das relações estabelecidas com o território e com a cultura através dos valores, tradições, crenças e costumes. A partir de 1970 com a modernização da agricultura as dificuldades desse grupo se agravaram quanto as condições de inserção no mercado, acesso as políticas públicas entre outras, processo que ocorreu em todo território nacional. Nesse sentido, propõe-se compreender as principais discussões sobre agricultura familiar e território, destacando o comportamento sociocultural, econômico e organizacional das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão, Estado de Goiás. Para a realização foi feita a pesquisa teórica sobre a temática. A pesquisa empírica foi realizada nas comunidades: a) comunidade Cruzeiro dos Martírios, sendo aplicados um total de 15 roteiros de entrevista com os produtores rurais, o que representou uma amostra de 20,27%; b) comunidade Paulistas, sendo aplicados 11 roteiros de entrevista com os produtores, o que representou uma amostra de 32,35%. Fez-se, ainda, observações nos eventos socioculturais realizados nas comunidades (terços, festas religiosas). Verificou-se, que a identidade dos agricultores familiares das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas é constituída a partir das bases materiais e imateriais, estando em dinâmica, ou seja, em um processo de construção histórica. Em ambas as comunidades observou-se o envelhecimento da população ocasionado pela migração dos jovens para a cidade em busca de estudo e emprego e, também, pela queda na taxa de fecundidade. Nessas comunidades nota-se a “masculinização” da população devido a migração seletiva, ou seja, maior saída de jovens do sexo feminino. Esses fatores podem comprometer a sucessão hereditária das propriedades. Os agricultores lançam mão de várias estratégias para se reproduzirem como a diversidade produtiva.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Modernização da agricultura. Identidade territorial. Comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO).

## ABSTRACT

The studies on familiar agriculture in Brazil had greater approach from the decade of 1990. The emergency of the expression must it two spheres: a) in the field the conditional politician to them you strike of the social movements and the creation of the PRONAF; e b) for intermediary of some academic works. Familiar agriculture is understood as segment where the property and the work are on to the family, and, these possess proper cultural aspects crossed of generation the generation, forming its territorial identities. Thus, the familiar agriculturists possess, still, a territorial identity cultivated by subjective the objective and incorporeal bases material constituted, from the relations established with the territory and the culture through the values, traditions, beliefs and customs. From 1970 with the modernization of agriculture the difficulties of this group if had aggravated how much the conditions of insertion in the market, access the public politics among others, process that occurred in all domestic territory. In this direction, it is considered to understand the main quarrels on familiar agriculture and territory, being detached the sociocultural, economic and organizacional behavior of the communities Cruzeiro dos Martírios and Paulistas in the city of Catalão, State of Goiás. For the accomplishment the theoretical research on the thematic one was made. The empirical research was carried through in the communities: a) the community Cruzeiro dos Martírios, being applied a total of 15 scripts of interview with the agricultural producers, what it represented a sample of 20,27%; b) community Paulistas, being applied 11 scripts of interview with the producers, what it represented a sample of 32,35%. One became, still, comments in the carried through sociocultural events in the communities (terços, religious parties). It was verified, that the identity of the familiar agriculturists of the communities Cruzeiro dos Martírios and Paulistas is constituted from the material and incorporeal bases, being in dynamics, that is, in a process of historical construction. In both the communities the aging of the population caused for the migration of young for the city in search of study and the job and, also, for the fall in the fecundidade tax was observed. In these communities it is noticed “masculinização” of the population due the selective migration, that is, greater exit of young of the feminine sex. These factors can compromise the hereditary succession of the properties. The agriculturists launch hand of some strategies to multiply as the productive diversity.

**Word-key:** Familiar agriculture. Modernization of agriculture. Territorial identity. Community Cruzeiro dos Martírios and Paulistas, Catalão (GO).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b>	Unidade de produção familiar .....	30
<b>Tabela 1</b>	Evolução da população urbana e rural - 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010: município de Catalão (GO) - 2010 .....	40
<b>Figura 1</b>	Localização das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, município de Catalão (GO) - 2010 .....	69
<b>Foto 1</b>	Igreja católica: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008	70
<b>Foto 2</b>	Igreja Pentecostal Deus é Amor: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008 .....	70
<b>Foto 3</b>	Escola Municipal Santa Inês: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008 .....	70
<b>Foto 4</b>	Quadra de esportes, comunidade Cruzeiro dos Martírios: Catalão (GO) - 2008 .....	70
<b>Foto 5</b>	Fábrica de farinha de mandioca e polvilho: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008 .....	70
<b>Foto 6</b>	Centro comunitário: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2009 .....	70
<b>Gráfico 1</b>	Produtores evangélicos: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011 .....	85
<b>Foto 7</b>	Altar em homenagem aos santos: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010 .....	87
<b>Foto 8</b>	Altar em homenagens aos santos: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010 .....	87
<b>Foto 9</b>	Visita dos foliões em residência: comunidade Cruzeiro dos Martírios: Catalão (GO) - 2010 .....	88
<b>Foto 10</b>	Chegada dos foliões na quadra de esportes: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2010 .....	88
<b>Foto 11</b>	Chegada dos foliões em um dos arcos, que representa um dos reis: comunidade Cruzeiros dos Martírios, Catalão (GO) - 2010 .....	88
<b>Foto 12</b>	Altar em homenagem aos Santos Reis: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2010 .....	88
<b>Foto 13</b>	Chegada da cavalgada na quadra de esportes: comunidade Cruzeiro dos	

	Martírios, Catalão (GO) - 2008 .....	91
<b>Foto 14</b>	Chegada da cavalgada na quadra de esportes: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2010 .....	91
<b>Foto 15</b>	Desfile dos cavaleiros no campo de futebol: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2010 .....	91
<b>Foto 16</b>	Baile da festa dos produtores rurais: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008 .....	91
<b>Gráfico 2</b>	Produção pecuária: comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	95
<b>Gráfico 3</b>	Distribuição de cabeças de bovinos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	95
<b>Tabela 2</b>	Principal finalidade dos bovinos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	96
<b>Tabela 3</b>	Destino do leite em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	96
<b>Gráfico 4</b>	Distribuição de cabeças de bovinos em %: comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	97
<b>Tabela 4</b>	Uso de rotação de pastagens, suplementação alimentar e uso de outras áreas para pastagens em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	98
<b>Tabela 5 -</b>	Produção de frutíferas em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	99
<b>Tabela 6</b>	Produção na última safra em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	100
<b>Tabela 7</b>	Produção de hortifrutigranjeiros em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	100
<b>Tabela 8 -</b>	Produção em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	101
<b>Gráfico 5</b>	Tempo de residência nas propriedades: comunidades Cruzeiros dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	103
<b>Tabela 9</b>	Formas de acesso à terra em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	104
<b>Foto 17</b>	Concessão de uso de terras: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão	

	(GO) - 2008 .....	105
<b>Tabela 10</b>	Estrutura fundiária em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	106
<b>Tabela 11</b>	Média de idade dos homens e mulheres: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	108
<b>Gráfico 6</b>	Idade média dos chefes e esposas em %: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011 .....	108
<b>Gráfico 7</b>	Idade média dos homens e mulheres em %: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	109
<b>Tabela 12</b>	Média de filhos por família: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	110
<b>Tabela 13</b>	Local que residem os filhos > 12 anos: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	110
<b>Tabela 14</b>	População do sexo masculino e feminino em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	112
<b>Tabela 15</b>	População do sexo masculino e feminino em %: município de Catalão (GO) - 2010 .....	112
<b>Tabela 16</b>	Renda agrícola em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 . .....	113
<b>Tabela 17</b>	Principais fontes de renda extra propriedade em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	114
<b>Tabela 18</b>	Renda mensal familiar em salários mínimos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	115
<b>Tabela 19</b>	Escolaridade dos produtores em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	117
<b>Gráfico 8</b>	Frequência que os moradores frequentam o médico em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	118
<b>Tabela 20</b>	Primeiros atendimentos em caso de doenças dos produtores em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 ....	118
<b>Foto 18</b>	Residência mais moderna: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011 .....	119
<b>Foto 19</b>	Residência mais moderna: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011 .....	119

<b>Foto 20</b>	Residência com paredes de alvenaria e cobertura de palha e piso batido: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008 .....	120
<b>Foto 21</b>	Residência com paredes de adobe e piso batido: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008 .....	120
<b>Foto 22</b>	Residência com paredes de adobe: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	120
<b>Foto 23</b>	Residência com paredes de adobe: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010 .....	120
<b>Foto 24</b>	Residência: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	121
<b>Foto 25</b>	Residência: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	121
<b>Tabela 21</b>	Condições da moradia em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	121
<b>Gráfico 9</b>	Tamanho da área de moradia: comunidades Cruzeiros dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	122
<b>Tabela 22</b>	Benfeitorias em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	123
<b>Tabela 23</b>	Acesso a energia elétrica e água encanada dos produtores em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 ....	123
<b>Tabela 24</b>	Procedência água dos produtores em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	124
<b>Tabela 25</b>	Tratamento da água a domicílio em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	124
<b>Tabela 26</b>	Destino dos resíduos sólidos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	125
<b>Tabela 27</b>	Destino dos resíduos não degradáveis em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	125
<b>Tabela 28</b>	Destino do esgoto sanitário em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	126
<b>Tabela 29</b>	Bens de consumo em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	127
<b>Foto 26</b>	Fogão a lenha: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010 .....	127
<b>Foto 27</b>	Fogão a lenha: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011	127
<b>Foto 28</b>	Fogão a lenha: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010 .....	128

<b>Foto 29</b>	Doce de mamão, sendo preparado no fogão a lenha: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011 .....	128
<b>Foto 30</b>	Pote de água: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010 .....	128
<b>Foto 31</b>	Prateleira: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011 .....	128
<b>Tabela 30</b>	Bens de consumo em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	129
<b>Tabela 31</b>	Equipamentos e utilitários existentes nos estabelecimentos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 ....	129
<b>Tabela 32</b>	Unidades armazenadoras, tratores, máquinas e implementos existentes nos estabelecimentos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	130
<b>Tabela 33</b>	Trabalhadores permanentes e empreiteiros em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	132
<b>Tabela 34</b>	Organização dos produtores em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	133
<b>Tabela 35</b>	Orientação especializada em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	133
<b>Tabela 36</b>	Financiamento e/ou empréstimos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	134
<b>Tabela 37</b>	Inserção social dos entrevistados na comunidade em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011 .....	134

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMPARA - Associação dos Moradores da Comunidade Paulistas e Regiões Adjacentes

CAC - Campus Catalão

CAIs - Complexos Agroindustriais

CAJ - Campus Jataí

CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão

Coacal - Cooperativa Agropecuária de Catalão

CV - Cavalos

DIMIC - Distrito Mínero-Industrial de Catalão

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FCA - Ferrovia Centro-Atlântica

ha - Hectares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Kg - Quilo

Km - Quilômetros

m<sup>2</sup> - Metros quadrados

NAF - Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar

NEA - Núcleo de Estudos Agrários

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

NEAF - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar

NEAGRI - Núcleo de Estudos Agrários

NEPSA - Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais

PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIVIC - Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica

POLOCENTRO - Programas de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER - Programas de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER-JICA - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar

R\$ - Reais

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás

SUS - Sistema Único de Saúde

TV - Televisão

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UnB - Universidade de Brasília

UNESP - Universidade Estadual Paulista

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2</b>	<b>AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO</b> .....	21
<b>2.1</b>	<b>Definições e características da agricultura familiar</b> .....	25
<b>2.2</b>	<b>Agricultura familiar e inserção na sociedade contemporânea</b> .....	30
<b>2.3</b>	<b>Agricultura familiar e modernização tecnológica no campo</b> .....	33
<b>2.4</b>	<b>Transformações no espaço agrário de Goiás e no município de Catalão (GO)</b> .....	36
<b>3</b>	<b>TERRITÓRIO E IDENTIDADES TERRITORIAIS</b> .....	42
<b>3.1</b>	<b>Identidades no/do território</b> .....	46
<b>3.2</b>	<b>Identidade territorial</b> .....	48
<b>3.3</b>	<b>Identidades territoriais: construção histórica</b> .....	51
<b>3.4</b>	<b>Territorialidade e identidade: pertencimento ao território</b> .....	56
<b>4</b>	<b>COMUNIDADE E BASE TERRITORIAL: os agricultores familiares das comunidades Cruzeiros dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)</b> .....	59
<b>4.1</b>	<b>Comunidade rural: aspectos imateriais/simbólicos</b> .....	65
<b>4.2</b>	<b>Caracterização e localização das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)</b> .....	67
<b>4.3</b>	<b>Procedimentos metodológicos</b> .....	71
<b>4.3.1</b>	<b>Pesquisa teórica e documental</b> .....	71
<b>4.3.2</b>	<b>Trabalho de campo: a entrevista e a observação nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)</b> .....	73
<b>5</b>	<b>ASPECTOS MATERIAIS E IMATERIAIS: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)</b> .....	78
<b>5.1</b>	<b>As bases subjetivas e objetivas na constituição das identidades</b> .....	84
<b>5.2</b>	<b>Diversificação produtiva e estratégias de reprodução dos agricultores familiares</b> .....	94
<b>5.3</b>	<b>Os estabelecimentos rurais: estrutura fundiária, formas de acesso e concessão de uso de terras</b> .....	102
<b>5.4</b>	<b>Caracterização do grupo familiar: envelhecimento da população,</b>	

	composição das famílias, migração e ‘masculinização’ .....	107
<b>5.5</b>	<b>Condições sociais das explorações familiares:</b> renda familiar, saúde, moradia, benfeitorias e saneamento básico .....	113
<b>5.6</b>	<b>Trabalho, organização e inserção social</b> .....	131
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	136
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	140
	<b>ANEXO A - Roteiro de entrevista com os produtores das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)</b> .....	154
	<b>ANEXO B - Termo de aprovação de projeto no Comitê de Ética</b> .....	168
	<b>ANEXO C - Termo de ciência e de autorização para disponibilizar as Teses e Dissertações Eletrônicas (TEDE) na Biblioteca Digital da UFG ....</b>	170

## 1 INTRODUÇÃO



Residência: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é entendida como o segmento em que a família, ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Os agricultores familiares possuem, ainda, uma identidade territorial formada em bases materiais/objetivas e imateriais/subjetivas constituída, a partir das relações estabelecidas com território e com cultura através dos valores, tradições, crenças e costumes.

As discussões acerca da agricultura familiar no Brasil tiveram maior enfoque, somente, no decorrer da década de 1990, esse fato é atribuído a uma série de fatores, entre eles destacam-se: os problemas relacionados à grande concentração fundiária, à diversidade de situações apresentadas pelas regiões brasileiras, ao modelo de organização sociopolítico e econômico, reforçados por segmentos governamentais comprometidos com os interesses dos grandes proprietários e com os interesses.

A necessidade do estudo assenta-se no fato que a agricultura familiar no Brasil apresenta diversidades e diferenciações regionais, o que torna importante os estudos e as análises de áreas específicas para a compreensão da organização e reprodução desse segmento. Além, dos agricultores familiares possuírem uma cultura e uma identidade territorial peculiar, baseados em valores, tradições, religiosidade, festividade, vizinhança e parentesco. Assim, acredita-se que a presente pesquisa contribui no sentido de visualizar que a agricultura familiar goiana não pode ser analisada sob um olhar homogenizador da realidade social, ela não apenas faz parte de uma totalidade multifacetada, complexa, mas contém em si própria a diversidade.

Nesse sentido, propõe-se compreender as principais discussões sobre a agricultura familiar e o território, destacando o comportamento sociocultural, econômico e organizacional das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão, Estado de Goiás.

Para uma análise regional/local relativa à agricultura familiar (com ênfase em suas características econômicas e socioculturais) é preciso estabelecer as relações sociais inserindo-o em contextos mais amplos, ou seja, considerar os aspectos que envolvem o dinamismo local e suas relações com o global. Assim, os estudos locais/regionais podem apresentar questões fundamentais para a Geografia, como as atividades econômicas, as relações sociais e as identidades culturais. Espera-se, ainda, contribuir com os estudos que

vêm sendo realizados, no sentido de possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos sobre a agricultura familiar e suas possibilidades de desenvolvimento social e econômico.

O interesse pela temática surgiu, principalmente, com as pesquisas realizadas no Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq), com a participação em projetos de pesquisa como: “Monitoramento da qualidade de vida da população remanejada pela formação do reservatório da UHE Serra do Facão” e “A agricultura familiar na ruralidade brasileira: as comunidades tradicionais no Cerrado Goiano.” Com o desenvolvimento, ainda, no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) no período de agosto de 2007 a julho de 2008, do projeto “A agricultura familiar no Cerrado: a comunidade Cruzeiro dos Martírios no município de Catalão (GO)” e no Trabalho de conclusão de curso, do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão em 2008 com a temática “Agricultura familiar em Goiás: a comunidade Cruzeiro dos Martírios no município de Catalão.”

A escolha das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas se deu, principalmente, pelo uso da mão de obra, predominantemente familiar, na unidade produtiva, o tamanho das propriedades, os rendimentos e uma multiplicidade de mecanismos e diversidade de competências, resultando em estratégias de reprodução dessas famílias. Salienta-se, que a comunidade Cruzeiro dos Martírios fez parte de minha infância, como sujeito atuante e participante da realidade local (morei de 1985 a 2002 na comunidade, cerca de 17 anos). Constitui minha identidade na comunidade e, ainda, possuo um sentimento de pertencimento com o lugar, além dos laços de amizade e de parentesco. Já a escolha pela comunidade Paulistas deve-se aos aspectos econômicos, socioculturais semelhantes a comunidade Cruzeiro dos Martírios e pela proximidade (50km) com a mesma, o que amplia o universo da pesquisa e permite enriquecer a análise.

No trabalho foi feita a pesquisa teórica sobre: a) agricultura familiar; b) território; c) identidades territoriais; d) cultura. O trabalho de campo foi realizado nas comunidades: Cruzeiro dos Martírios que apresenta 74 sedes/residências e Paulistas que possui, aproximadamente 34 sedes/residências. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios, no município de Catalão (GO), a pesquisa empírica foi realizada em 2011. Sendo aplicados um total de 15 roteiros de entrevista com os produtores rurais da comunidade Cruzeiro dos Martírios. Representando uma amostra de 20,27%. Na comunidade Paulistas, Catalão (GO) foi realizada a pesquisa empírica em 2010 e 2011, sendo aplicados 11 roteiros de entrevista com os produtores, o que representou uma amostra de 32,35%. Fez-se, ainda, observações nos eventos socioculturais (terços, festas religiosas) das comunidades.

A pesquisa está dividida em quatro seções, além, da introdução e das considerações finais. Na seção “Agricultura familiar e desenvolvimento do capitalismo no campo” discute-se o desenvolvimento da expressão agricultura familiar na literatura brasileira, principalmente na década de 1990, devido à legitimidade oferecida pelas políticas públicas, enfatizando os principais conceitos e características desse segmento e as dificuldades enfrentadas por estes frente à modernização da agricultura. Utilizou-se autores como: Abramovay (1992), Lamarche (1993), Wanderley (2001), Schneider (2003, 2008), Mendes (2005), Estevam (2001), Tedesco (1999), Moreira (1999) entre outros.

Na seção “Território e identidades territoriais” aborda-se a relação do território e da cultura na constituição da identidade dos agricultores familiares, destacando os aspectos materiais/objetivos e imateriais/subjetivos. Tendo por base teórica os autores: Hall (2006), Haesbaert (1997, 2007), Castells (2006) entre outros.

Na seção “Comunidade e base territorial: os agricultores familiares das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas Catalão (GO)”, trata-se dos principais discussões de comunidade. Na seção “Aspectos materiais e imateriais: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas em Catalão (GO)” enfatiza as características culturais (religiosidade, tradição, valores e costumes) e econômicas (produção, organização) das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO).

Acredita-se que nas comunidades rurais em estudo os produtores são caracterizados por laços de sangue, de parentesco e de amizade, associados com a terra e com os laços territoriais, com sentimentos partilhados e crenças comuns. As relações mais profundas e intensas podem ser expressas pelo o afeto e a solidariedade. Assim, os agricultores familiares veem na comunidade e na relação com a terra, não apenas um modo de produzir, mas também um modo de viver, renascendo uma forte necessidade de identidade cultural e de pertencimento, o que conduz a uma valorização da particularidade, das diferenciações regionais e étnicas.

## 2 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO



Residência: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.

## 2 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO

A agricultura familiar caracteriza-se pela relação entre terra, trabalho e família e apresenta uma série de especificidades e diferenciação regional/local que asseguram sua inserção e reprodução na sociedade contemporânea. A partir da década de 1970, com a modernização da agricultura, esse segmento passou a enfrentar problemas econômicos, sociais e territoriais. Pretende-se analisar o desenvolvimento da discussão agricultura familiar no Brasil, principalmente, a partir da década de 1990 e os principais conceitos desse segmento, dando ênfase aos aspectos sociais, econômicos e culturais. Enfatiza, ainda, as modificações no espaço agrário e para esse segmento, com a modernização da agricultura a partir de 1970.

De meados da década de 1950 até o final da década de 1960, os estudiosos concentravam suas análises sobre a natureza das relações de produção no campo, reproduzindo argumentos clássicos do debate que, no marxismo, passou a ser a “questão agrária.” Esse debate marxista sobre a agricultura e as relações sociais considerava o papel econômico dos produtores frente o processo de desenvolvimento capitalista.

Já na década de 1970, os proprietários de pequenos lotes de terra deixaram de ser identificados como “minifundiários” para tornarem-se “pequenos produtores”, denominação esta ressaltada à medida que crescia a capacidade do Estado, de propor e executar políticas para essas categorias, então também chamadas de “produtores de baixa renda.” A utilização do termo “pequena produção” contribuiu, para criar uma outra conotação, menos politizada e estigmatizada do que a de campesinato (SCHNEIDER, 2003).

A utilização do conceito de pequena produção não provocou o abandono da noção de campesinato. O conceito de pequena produção tinha um caráter operacional, sendo diretamente associado aos grupos estudados, ao passo que o de campesinato ainda guardava um sentido teórico, que indicava as características genéricas, como a forma de funcionamento, o uso da força de trabalho e as formas de gestão das unidades focalizadas. Por isso, nota-se em muitos estudos uma superposição dessas duas noções. Mas, nesse debate sobre a pequena produção e o campesinato, a influência do marxismo clássico revelou-se absolutamente dominante.

Os debates promovidos no final da década de 1980 procuravam estabelecer uma reflexão acerca das características e particularidades do processo de desenvolvimento do

capitalismo no campo. Em um segundo momento, compreender e explicar os motivos da gradativa redução da população rural, principalmente, dos pequenos produtores, assim como a natureza sociocultural, as estratégias de desenvolvimento e suas características determinantes. Assim, o novo enfoque das discussões encontra-se na diversidade e na diferenciação que as formas familiares de produção na agricultura assumiram nas sociedades contemporâneas (MENDES, 2005).

Para Schneider (2003), na década de 1980, o estudo realizado por Kageyama e Bergamasco (1989) merece destaque. Os autores utilizaram como critério de classificação das categorias sociais, presentes na estrutura fundiária brasileira, a existência e magnitude do trabalho assalariado utilizado pelos estabelecimentos rurais. Esse trabalho representou um avanço significativo para as Ciências Sociais ao apresentar de forma pioneira o critério da utilização de força de trabalho contratada ou, pelo contrário, a predominância do familiar. A partir desse trabalho, surgiram outras pesquisas com o objetivo de conhecer, o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas e as formas de funcionamento dessas unidades.

No Brasil, as pesquisas sobre a agricultura familiar tiveram maior enfoque a partir da década de 1990. Antes desse período, a maioria dos estudos retratavam diversas categorias sociais relacionados à natureza das formas familiares de produção e organização social. Até esse período, poucos trabalhos referiam-se a estas categorias como de agricultores familiares. A chegada tardia das discussões e pesquisas sobre a agricultura familiar no Brasil pode ser entendida com base na identificação dos referenciais teóricos que inspiraram boa parte dos estudiosos, influenciados por aportes analíticos que mantiveram às formulações clássicas em torno do problema agrário nacional e dos processos de formação e luta de classes sociais no campo (SCHNEIDER, 2003, 2008).

Sobre a emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira no início da década de 1990. Schneider (2003) afirma que esse processo ocorre em duas esferas distintas: a) no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos pequenos produtores rurais no processo de integração comercial e econômico dos países que formam o Mercosul; e b) por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que introduziram a expressão, assim assistiu-se uma retomada dos estudos agrários, o que houve uma reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade.

Deve-se considerar, também, que a legitimação crescente da noção agricultura familiar junto aos movimentos sociais também pode ser atribuída ao próprio enfraquecimento

de outras denominações que eram usadas até então, como trabalhadores rurais ou pequenos proprietários.

A partir desse período são vários os estudos no campo da Sociologia, da Economia, da Antropologia e da Geografia que têm ressaltado a importância econômica, cultural e política da agricultura familiar. Dentre esses estudos pode-se citar, os de Abramovay (1992), Lamarche (1993), Caume (1997), Tedesco (1999, 2001), Wanderley (2001), Blum (2001), Schneider (2003, 2008). Além de trabalhos regionais como Mendes (2005), Venâncio (2008) entre outros.

Têm-se, também, diversos núcleos de estudos e pesquisas que trabalham com a temática, dentre eles destacam: a) Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar (NEAF/CAJ/UFG); b) Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF/UFSC), que começou a existir em 1998 e foi oficializado em 1999; c) Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD); d) Núcleo de Estudos Agrários (NEAGRI/UnB); e) Núcleo de Estudos Agrários (NEA/UNESP/Rio Claro), criado em 2008; f) Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/UFG/CAC) criado em 2003 entre outros.

Esses trabalhos e grupos de estudos ressaltam principalmente: a) a importância da agricultura familiar na produção de gêneros alimentícios básicos, que garantem a subsistência e a reprodução da própria família; b) o seu destino e as formas de como este segmento irá se desenvolver no sistema capitalista de produção contemporâneo; c) seu processo de adaptação ao sistema de mercado; d) a possibilidade de seu desaparecimento por completo com a intensificação das relações de produção capitalistas; e e) suas práticas culturais, enfatizando os laços de parentesco, vizinhança, solidariedade, tradições, valores e costumes.

Nota-se que a partir da década de 1990 houve um acentuado aumento na discussão da temática agricultura familiar no Brasil. Esse fato foi favorecido pela legitimidade que o Estado lhe prestou com a criação do PRONAF. Deve-se, considerar, ainda, os embates dos movimentos sociais e os estudos acadêmicos. Nessa perspectiva, analisa-se os principais conceitos de agricultura familiar, dando ênfase as suas perspectivas e dificuldades na sociedade contemporânea.

## 2.1 Definições e características da agricultura familiar

A agricultura familiar caracteriza-se pela relação entre terra, família e família. Possuem, ainda, uma relação de pertencimento com o território. Trata-se de um segmento que tem os seus costumes e valores, práticas, saberes e crenças. Assim, discute-se os principais conceitos de agricultura familiar, enfatizando as características econômicas e culturais.

Sobre a definição da agricultura familiar Abramovay (1992) ressalta três traços básicos: a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial; e c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família. Nessa perspectiva, esse segmento possui relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança. Essas relações de parentesco ou mesmo os laços afetivos de vizinhança acentuam-se e os produtores prestam auxílios uns para com os outros. Essa relação é desprovida de qualquer lógica capitalista, ou seja, como retribuição pela ajuda prestada o produtor que recebeu o auxílio em outra oportunidade. Esse tipo de troca de serviço é conhecido como ajuda mútua.

A produção familiar caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção e ao mesmo tempo é a principal responsável pela efetivação do trabalho. Nessas unidades produtivas o trabalho e a propriedade estão ligados à família. A esse respeito, Lamarche (1993) descreve que a exploração familiar corresponde:

*[...] a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p. 15, grifos do autor).*

Quando busca entender as características da agricultura familiar é fundamental o estudo das relações envolvendo propriedade, trabalho e família, pois elas se relacionam entre si. Neste sentido, Woortmann (1990) menciona que não é possível pensar a terra sem relacioná-la à família, como também não é possível pensar a família sem o trabalho e a produção.

Outro trabalho que merece destaque foi a pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujo objetivo era estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, em que sugeriu uma outra forma de classificação

dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, separando-os entre dois modelos: a) patronal: tendo por características a completa separação entre gestão e trabalho; a organização descentralizada; a ênfase na especialização produtiva e em práticas agrícolas padronizáveis; o uso predominante do trabalho assalariado e a adoção de tecnologia dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento” (intuitivas ou de senso comum); e b) familiar: tendo como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas.

De acordo, com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em estudo realizado em 1994, a agricultura familiar se define com base em três características: a) a gerência da propriedade rural é feita pela família; b) o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; e c) os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

Para a FAO e o INCRA a agricultura familiar pode ser dividida em três categorias: a) agricultura familiar consolidada; b) agricultura familiar em transição; e c) agricultura periférica. A concepção de agricultura familiar consolidada é semi-especializada e se diversifica entre três e cinco atividades para a obtenção de renda. O proprietário reside na propriedade, que, geralmente, possui menos de 200ha, com concentração próxima a 50ha. Normalmente, usam tecnologia e recorrem ao crédito rural. Sua margem de renda bruta é superior a dez salários mínimos por mês. São produtores que possuem noções de liderança, discernimento e gerenciamento para administrar suas propriedades agrícolas.

Os agricultores que pertencem a categoria de agricultura familiar consolidada apresentam melhores condições de vida e de produção entre os agricultores familiares e possui uma certa estabilidade econômica. Esses agricultores têm um sistema de produção diversificado, tendo como base econômica a produção animal integrada às agroindústrias. Os problemas levantados por este grupo são a taxa de juros, as modalidades de crédito disponível, a política de preços mínimos e a falta de controle dos custos dos insumos. As principais demandas deste grupo são pelas políticas de crédito de investimento e de preços junto as cooperativas, agroindústrias e governo (KNOB, 2006).

Já na propriedade agrícola em transição há diversificação maior, ou seja, de três a seis atividades para a obtenção de renda e o proprietário reside no estabelecimento. As propriedades possuem menos de 100ha, com concentração próxima a 20ha. Faz uso da

tecnologia e do crédito rural, porém com menor índice do que o proprietário de uma propriedade rural consolidada. Sua renda fica entre cinco e dez salários mínimos por mês. Possui menor esclarecimento sobre o gerenciamento de sua propriedade.

Para Knob (2006) ocorre que os agricultores em transição situam, normalmente, em áreas de baixa fertilidade, de relevo mais acentuado, e com menor investimento em conservação dos solos ao longo dos anos. O percentual de área aproveitável por estabelecimento, com bons índices de produtividade, é bem menor que no grupo dos agricultores familiares consolidados. E, estes agricultores foram pouco beneficiados pelos instrumentos de política agrícola destinados aos investimentos nos anos 1970 e excluídos nos anos seguintes. Foram também prejudicados pela falta de acesso às informações e assistência técnica. As principais necessidades deste grupo são: reconversão e reestruturação produtiva, ampliação das áreas de produção com mais terras, crédito, educação, saúde, lazer, preços, política de arrendamento e assistência técnica.

Por fim, Blum (2001) acrescenta que a propriedade familiar periférica ou de subsistência é muito diversificada e envolve entre quatro e sete atividades para consumo familiar e comercialização do excedente. O espaço físico abrange, geralmente, menos de 50ha, com concentração abaixo de 20ha. O proprietário reside na propriedade e faz uso de baixa tecnologia, sendo o manejo das culturas desenvolvido de forma espontânea. Geralmente, não faz uso do crédito rural, por não possuir viabilidade econômica que lhe dê acesso a esse tipo de crédito. Sua renda anual fica abaixo de um salário mínimo mensal e enfrenta dificuldades para liderar e gerenciar sua propriedade.

Nesse sentido, os agricultores periféricos como meio de complementar a renda arrendam parte de suas terras e/ou vendem a mão de obra dos membros da família. Esse grupo não dispõe de recursos financeiros para investir em tecnologia e não conseguem aumentar a fertilidade de sua terra. Trabalham sem perspectivas de melhoria de suas condições de vida. É comum a migração para as cidades na ilusão de melhores condições de vida. Para esta categoria, além da necessidade de políticas diferenciadas de crédito e de uma assistência técnica mais sistemática, melhorias nas políticas trabalhistas para o setor rural, associadas à política de geração de emprego no campo e nas pequenas cidades também são demandas concretas deste tipo de agricultores (KNOB, 2006).

Além disso, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionado à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) em 1996. Esse programa foi formulado como resposta às pressões do Movimento Sindical Rural, realizadas desde o início

da década de 1990. O PRONAF nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes, desse modo, agravando dificuldades de se manter na atividade.

Sobre o PRONAF, Schneider, Mattei e Cazella (2004) afirmam que o PRONAF foi um dos acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro nas últimas décadas. Neste trabalho os autores apresentam uma síntese sobre a trajetória do PRONAF desde seu surgimento, em que apresentam alguns dos resultantes mais importantes na linha de crédito e infraestrutura e serviços municipais. Até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura. Para os autores, esse programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social - agricultores familiares -, que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Segundo o Manual Operacional do PRONAF, o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; e d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

O Programa atende especificamente os agricultores familiares, caracterizados a partir dos seguintes critérios: a) possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; b) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor ou, no máximo seis módulos, quando se tratar de pecuária familiar; c) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizar mão de obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter dois empregados permanentes; e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; e f) possuir renda bruta familiar anual de até R\$60.000,00.

Mendes (2005) ressalta que as principais características das unidades produtivas familiares assentam-se na: a) centralidade dos meios de produção; b) trabalho e gestão

assegurados diretamente pelos proprietários; c) ênfase na diversificação da produção de gêneros alimentícios e multiplicidade de atividades; d) produção para o mercado e para o consumo familiar; e) valorização dos recursos naturais e culturais; f) uso do trabalho assalariado complementar; g) associação dos rendimentos agrícolas e não-agrícolas; h) subordinação imediata às condições externas, determinando as estratégias de reprodução; e i) área total menor ou igual a quatro módulos fiscais de terra e, no máximo, seis módulos rurais quando se tratar de pecuária familiar.

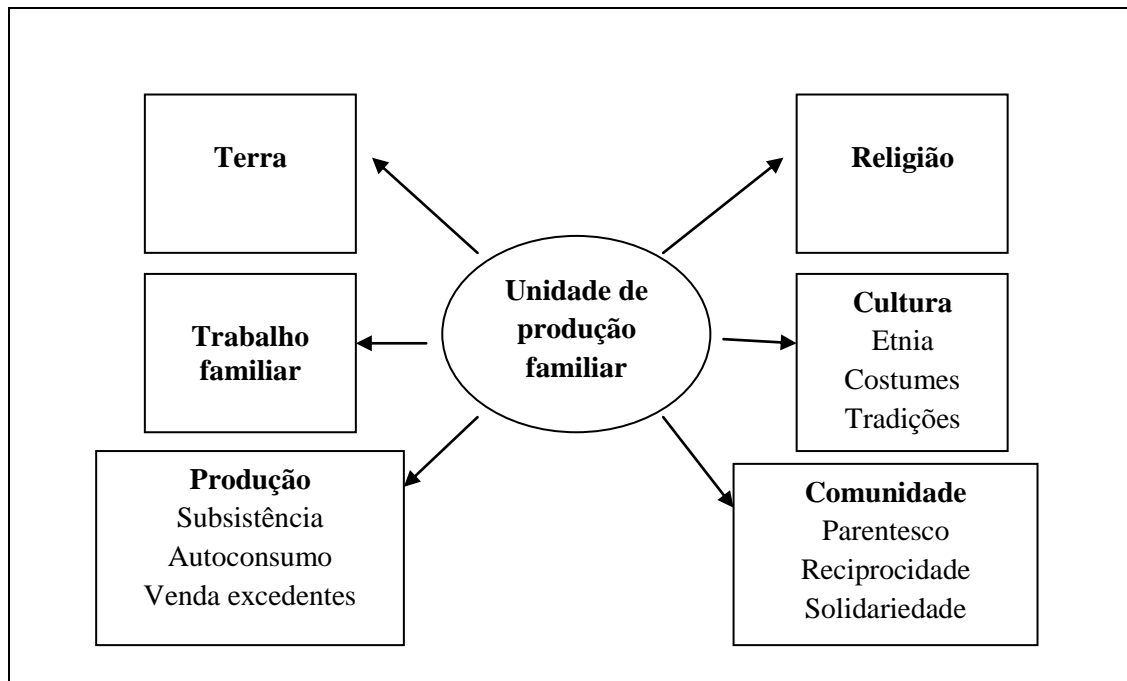
Nota-se, que a relação com a propriedade é um traço marcante na agricultura familiar, a noção de propriedade e o pertencimento ao território ou à comunidade é presente no cotidiano. Geralmente, é nessa mesma unidade produtiva que os antepassados dos produtores viveram e constituíram suas famílias, o que torna a propriedade carregada de um sentimento de pertencimento, posse e identificação (valores simbólicos). A possibilidade de trabalhar a terra, cultivar os produtos que preferir confere aos agricultores familiares uma sensação de autonomia e uma relação intrínseca com sua unidade produtiva. Essa relação dos produtores familiares com a propriedade não se pauta na necessidade de produção para a comercialização, mas a ele a ver como uma base em que trabalha e vive.

Assim, a agricultura familiar trata-se de um segmento que preserva, os seus costumes, valores, práticas, saberes e crenças. São costumes relacionados ao trabalho, ao convívio social, às relações sociais, à religiosidade e à fé que, por sua vez, se constituem e se traduzem por meio de práticas, hábitos e símbolos, muitos deles dogmatizados e sacralizados que se reproduzem e se mantêm de geração a geração por meio da cultura, constituindo suas identidades.

Para Schneider (2008), os agricultores familiares partilham entre si códigos de conduta, valores e normas reguladas pelo costume e tradição. Sendo que o parentesco, a reciprocidade e a endogamia são fortes. Para o autor, nada identifica melhor o agricultor familiar do que o trabalho, a família, a honra e a religião. O autor expõe a organização da unidade familiar da seguinte maneira (Quadro 1).

As obras analisadas Abramovay (1992), Lamarche (1993), Caume (1997), Tedesco (1999, 2001), Wanderley (2001), Blum (2001), Schneider (2003, 2008), Mendes (2005), FAO/INCRA (1996) sobre as definições de agricultura familiar, encontra-se a família relacionada ao trabalho e as questões de ordem econômica, cultural, ideológica e de parentesco. Tendo, ainda, uma relação com o território e com a comunidade na qual fazem parte. Para Venâncio (2008), além das especificidades econômicas, os agricultores familiares guardam aspectos culturais que lhes são próprios, repassados de pai para filho, que são

atravessados de gerações a gerações, fazendo com que essas unidades produtivas sejam “territórios de vida” e de reprodução da família.



**Quadro 1** - Unidade de produção familiar. Fonte: Schneider (2008). Org.: Martins Silva (2010).

Assim, a agricultura familiar é entendida como o segmento em que a família, ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Os agricultores familiares possuem, ainda, uma identidade territorial formada em bases materiais/objetivas e imateriais/subjetivas constituída, a partir das relações estabelecidas com o território e com a cultura através dos valores, tradições, crenças e costumes. Essa categoria vem se adaptando a sociedade contemporânea, devido a sua capacidade de adaptação e as estratégias produtivas.

## 2.2 Agricultura familiar e inserção na sociedade contemporânea

A agricultura familiar apresenta uma capacidade de adaptação, representa que mesmo frente às dificuldades de inserção ao mercado, vem lutando para manterem na atividade agrícola, fato esse possibilitado pelas estratégias produtivas e pelo patrimônio sociocultural. Assim, busca-se discutir as principais as características que possibilitam as adaptações desse segmento.

Lamarche (1993), em estudo sobre a agricultura familiar, estabelece uma comparação internacional entre 13 regiões de cinco países: França, Canadá, Brasil, Tunísia e Polônia, na qual ressalta que apesar das dificuldades econômicas e políticas que a exploração familiar teve de enfrentar, ela está presente em toda parte do mundo, graças a sua capacidade de adaptação. Para Lamarche (1993):

[...] as explorações que se mantiveram em seus lugares são as que souberam – ou puderam – adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado [...] (LAMARCHE, 1993, p. 21).

Lamarche (1993) afirma que em países onde o mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre assegurada, em maior ou menor grau, por explorações familiares, ou seja, por explorações em que a família participa da produção. O autor ressalta que é importante considerar a grande diversidade de situações. Em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado, sendo reconhecida como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo. Em outros lugares permanece arcaica, fundada essencialmente sobre a economia de subsistência, e excluída de todo o desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada.

Lamarche (1993, p. 19) observa o contexto em que vive a agricultura familiar, pela busca da superação das barreiras e desafios impostos pela sociedade, “[...] cada decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos novos projetos que ocorrerão no porvir.” Nesse contexto, Wanderley (2001) ressalta que a sobrevivência da agricultura familiar nas sociedades modernas, em virtude das transformações pelas quais passou, não causou uma ruptura total e definitiva com o modelo de agricultura, pois até mesmo o agricultor moderno capitalizado e adaptado as constantes mudanças impostas pela sociedade, mantém tradições que são fundamentais para o seu sucesso.

Nota-se que a agricultura familiar apresenta uma relação entre família, terra e trabalho e que somente consegue-se adaptar nas sociedades modernas devido a sua facilidade de adequação e as inúmeras estratégias, nesse processo de adaptação não devem romper com seu patrimônio sociocultural. Referente a sua integração na agricultura moderna, Tedesco

(2001) afirma que eles passaram a adotar diferentes tipos de estratégias para enfrentar os desafios. Para o autor:

[...] o agricultor familiar adota estratégias e aciona formas de racionalidades possíveis, enfrenta os desafios com as condições objetivas e os instrumentos que lhe são possíveis e ao seu alcance, dentre os quais a dimensão da historicidade que lhe é inerente e a incipiente participação nas políticas públicas. (TEDESCO, 2001, p. 13).

Para Medina e Calvo (1997), estratégia pode também ser entendida como toda seleção de caminhos alternativos de ação por sua virtualidade para produzir resultados futuros (objetivos estratégicos) em situações de incertezas. Relacionada à família, esta concepção de comportamento estratégico permite definir as táticas familiares como dotações de recursos e materiais relacionados entre si por parentesco (consanguíneo e afim) com a finalidade de maximizar sua atitude para adaptar-se a entornos materiais e sociais.

As estratégias podem ser definidas como um conjunto de ações racionais, em que cada membro da família tem à necessidade de assegurar, ao mesmo tempo, a própria reprodução, a do grupo, tendo sempre a consciência dos mecanismos que podem proporcionar tais objetivos, como a tradição e a vinculação ao processo moderno de viver e produzir (LAMARCHE 1998; PERTINARI, 2007).

A principal estratégia adotada pelos pequenos agricultores é a diversificação das atividades, frequentemente, de tal forma, que esta se constitui em uma de suas principais características. Esta diversificação destina-se, não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, como também garantir o consumo familiar.

Autores como Wanderley (1995) e Lamarche (1998) defendem que o produtor mesmo realizando atividades não agrícolas, não perderá sua característica de produzir alimentos, apenas reorganiza seu tempo para poder conseguir uma complementação da renda familiar. Também não há um deslocamento único para o não agrícola, mas uma combinação de rendas e atividades, que geralmente reforçam o agrícola ou até mesmo uma apropriação de distintas fases de uma cadeia produtiva.

A reprodução da agricultura familiar no Brasil é um processo dinâmico, tendo transformações e adaptações no âmbito da sociedade, que deve ser considerada em toda a sua diversidade e complexidade, ou seja, é o modo como os agricultores utilizam ou operacionalizam os recursos produtivos e as relações com os mercados, em concordância não apenas com as variáveis estruturais (terra, capital e trabalho), mas também com uma série de fatores sociais, econômicos, demográficos e culturais.

### 2.3 Agricultura familiar e modernização tecnológica no campo

Com a expansão do sistema capitalista na agricultura brasileira a partir, principalmente, de 1960 e, conseqüentemente, com o processo de modernização, a situação dos agricultores familiares se agravou, deve-se considerar que esse processo foi seletivo e excludente. Assim, tratará das principais conseqüências do processo de modernização da agricultura para os agricultores familiares.

Mendes (2005) afirma que as unidades produtivas rurais, baseadas no trabalho familiar, enfrentam graves problemas por estarem subordinadas a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados no Brasil. Sendo que essa situação não apresentou modificações com as transformações dos processos produtivos a partir dos anos de 1960, como resultado da expansão do capitalismo no campo.

Com a implantação do sistema econômico capitalista no Brasil no período de 1960 estabelecem-se novas formas de apropriação dos meios de produção e do trabalho. Assim, a expansão do capitalismo impõe condições de desigualdade, de diferenciação e apoia seu desenvolvimento, sua existência e reprodução nesse movimento. A tendência da agricultura capitalista era o estabelecimento de uma aliança entre a ciência e os negócios, sugerindo uma contabilidade científica e comercial, em que agricultura passaria a necessitar constantemente de capital.

A modernização da agricultura brasileira, propiciada pela implantação do sistema econômico capitalista, modificou as relações dos pequenos produtores baseadas essencialmente na família, terra e trabalho e acirrou as dificuldades de inserção no mercado. Com a expansão do setor mercantil de alimentos não seria viável investir em pequenas propriedades. Assim os incentivos em créditos e pesquisas foram direcionados, em grande parte, para à agricultura empresarial moderna.

Nessa perspectiva, as grandes explorações, capazes de absorver os recursos tecnológicos e demais insumos agrícolas e, fundamentadas no trabalho assalariado, seriam o modelo de propriedade adequada para atender ao crescimento da atividade industrial e da população urbana, conjugando uma oferta regular e em larga escala de matérias-primas e alimentos. (MENDES, 2005, p. 36).

Sobre esse assunto Moreira (1999), em sua análise a respeito dos determinantes da acumulação do capital industrial sobre a agricultura familiar, pondera que dentro da agricultura está a modernização parcial, que estimula o uso de técnicas mais intensivas em

capital nos produtos de exportação e na matéria-prima industrial. Moreira (1999, p. 37) afirma, ainda, que “[...] o tipo de modernização tecnológica pelo qual passou e passa a agricultura brasileira se acelerou em meados dos anos 1960 e atingiu o seu apogeu na década de 1970.”

Tedesco (2001), em estudo na Encosta Superior do Rio Grande do Sul, marcada pela presença de agroindústrias, acredita que a modernização da agricultura foi viabilizada pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), criado no final da década 1960 e início de 1970 e visava modernizar a agricultura elevando a produção e a produtividade, no qual modificou a agricultura tradicional com a implantação intensiva de insumos modernos. A partir desse período, a agricultura passou a fornecer matérias-primas e tornou-se mercado consumidor de insumos e máquinas modernas. Coube ao Estado viabilizar a infra-estrutura e o sistema de créditos, o que favoreceu a capitalização e a lucratividade da grande propriedade.

Uma das transformações na agricultura brasileira foi a expansão do setor mercantil de alimentos, que promoveu modificações em sua estrutura interna. Com as propriedades voltadas para o mercado houve a especialização da produção nas grandes propriedades. Sobre a abertura de mercado, Candido (1998) e Graziano da Silva (1999), ressaltam que foi um dos fatores que agravou a situação dos pequenos proprietários, com a entrada de bens de consumo até então desconhecidos nas áreas rurais.

A respeito dessa situação, Candido (1998) afirma que os produtores passaram a ter novas necessidades, criando ou intensificando os vínculos com as cidades o que contribuiu para a destruição de sua autonomia e ligando-o ao ritmo da economia geral, em contraste com sua economia particular, baseada na subsistência. O foco do estudo da autor é sobre os meios de vida de um agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP) entre os de 1948 e 1954, em que procurou compreender os aspectos da cultura, a partir da realidade econômica dessa população.

Esse processo favoreceu para modificar as relações de trabalho desses produtores, uma vez que o aumento da dependência em relação aos centros urbanos ocasionou um desligamento relativo em relação ao meio natural, o que conseqüentemente viabilizou a aceleração do ritmo de trabalho. Candido (1998), ainda, ressalta que:

hoje, a dimensão econômica avultou até desequilibrar a situação antiga. A expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (mormente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica. (CANDIDO, 1998, p. 169).

Com o processo de modernização tecnológica em curso, as condições de sobrevivência dos pequenos produtores agravaram-se. Esses produtores passaram a enfrentar dificuldades de inserção no mercado, diante da instabilidade promovida, tanto pelos processos sociais quanto econômicos, como disponibilidade de terras para uso de máquinas, condições naturais adversas, policultura, poucos recursos para investimentos e tamanho da família, dificultando a modernização tecnológica dessas unidades.

A partir da década de 1970, a agricultura brasileira foi submetida a consideráveis modificações, envolvendo diversos aspectos, como relação de trabalho, padrão tecnológico, distribuição espacial da produção, relações intersetoriais - com a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) -, subsídios e demais intervenções estatais. O caráter socialmente excludente dessas transformações, viabilizado pelas políticas agrícolas e agrárias, alterou significativamente o nível tecnológico das explorações. Como resultado houve a ampliação da concentração da propriedade da terra, provocando, conseqüentemente, a expressiva expulsão do trabalhador rural e/ou impedindo a continuidade da profissão paterna.

Para Graziano da Silva (1999), o desenvolvimento do capital no campo, a partir do período de 1970, intensifica o processo de expropriação em curso da pequena produção e implica na redução de sua importância enquanto fornecedora de mão de obra para os estabelecimentos agropecuários capitalistas e, também, fornecedora de alimentos e matérias-primas baratas para a sociedade. Para o autor, as transformações capitalistas na agricultura têm por objetivo aumentar a produtividade do trabalho.

Nota-se que os agricultores, baseados no trabalho familiar, passaram a enfrentar dificuldades quanto ao aparato tecnológico disponível, considerando que as grandes máquinas e equipamentos revelam a valorização de maiores escalas produtivas. Acrescenta-se que o sistema de créditos, a pesquisa e a extensão rural são direcionados, em sua maioria à agricultura empresarial moderna.

Assim, os produtores que encontram dificuldades em adotar os padrões de tecnologia exigidos pelo novo padrão de produção não têm condições de concorrer no mercado, pois seu produto passa a valer menos e sua produtividade é inferior às exigências vigentes, ocorrendo a transferência da produtividade para as agroindústrias.

Para Moreira (1999), o processo recente da modernização da agricultura e, conseqüentemente, o processo de constituição e diferenciação das classes sociais no campo, são movidos, principalmente, pelo avanço do capital. Para o autor, esse avanço tem-se manifestado pela modernização de certas produções em algumas áreas específicas e ao mesmo tempo mantêm certas características da estrutura de produção antiga, em outras ainda

são adaptadas às novas condições. Nesse sentido, a modernização tem marcado as transformações da agricultura, com um caráter desigual e diferenciado e por esse motivo tem sido denominada de “modernização conservadora”, o que explica a exclusão social dos trabalhadores rurais.

Com a modernização tecnológica, propiciada pela implantação do sistema econômico capitalista, houve bruscas transformações no espaço agrário brasileiro como a concentração da propriedade das terras e dos mercados, o que aumentou as dificuldades de integração dos pequenos produtores no mercado. Essas transformações ocorreram também no espaço agrário do Estado de Goiás. Esse processo no Estado de Goiás foi favorecido pelos incentivos e investimentos para que houvesse o desenvolvimento da agricultura moderna, conforme apresentado a seguir.

#### **2.4 Transformações no espaço agrário de Goiás e no município de Catalão (GO)**

Com a expansão da modernização da agricultura em praticamente todo o território nacional, a partir da década de 1970, o Cerrado Goiano também passa por transformações. Os fatores que contribuíram para a modernização da agricultura no Estado de Goiás foram as áreas planas, o rodoviarismo e a construção de Goiânia e Brasília (DF). Os principais programas de incentivos e investimentos no Estado foram os Programas de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e os Programas de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Deste modo, analisa-se as modificações no espaço agrário do Estado de Goiás e município de Catalão (GO), destacando os principais programas de incentivos que contribuíram para a expansão agrícola no Estado.

As principais atividades da região eram a pecuária extensiva e o extrativismo, principalmente, de madeira para a produção de carvão. Até a década de 1970, predominou a ideia que o Cerrado não possuía capacidade de produção agrícola que atendesse aos interesses comerciais. A partir desse período as políticas públicas de incentivo ao setor agropecuário favoreceram os avanços tecnológicos, aos quais possibilitaram novas formas de exploração do Cerrado.

Mendonça (2004), em estudo sobre o Cerrado do Sudeste Goiano, a partir do capital e do trabalho, ressalta que os principais fatores econômicos e políticos que expressam a opção de ocupar o Centro-Norte do país, dando prioridade para as áreas do Cerrado, foram:

a construção de Goiânia em 1950, o rodoviarismo e a construção de Brasília em 1960. As transformações espaciais decorrentes dessas investidas, construção das ações políticas, econômicas, sociais e culturais, com o intuito de implementar as atividades modernizantes na agropecuária, culminaram em novas paisagens nas áreas do Cerrado.

No processo de modernização da agricultura no Cerrado deve-se ressaltar o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Esta empresa estatal foi encarregada, juntamente com as empresas de extensão dos estados, da difusão por todo país do pacote tecnológico trazido pela “Revolução Verde”, com o intuito de garantir os compromissos firmados entre o Estado Brasileiro e o capital internacional. O objetivo foi de aumentar a produção agrícola do país para a exportação e com isto equilibrar a balança comercial. Sobre o assunto, Franco (2001) pondera que a modernização da agricultura acontece com a introdução de novas tecnologias e consolida-se com a criação da EMBRAPA.

Entre os objetivos desse centro de pesquisa estão presentes: a) gerar, promover e transferir conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento sustentado do complexo agrossilvopastoril da região do Cerrado; b) desenvolver pesquisas para conhecer os recursos naturais e socioeconômicos dos Cerrados e seu potencial de aproveitamento, com a finalidade de criar tecnologias apropriadas à região.

Assim, a partir de 1970, o Cerrado passa a ser incorporado gradativamente ao processo de modernização, pois torna-se atrativo para a produção de soja, uma vez que nesse período amplia-se a demanda pelo produto nos mercados internacionais. Essa agricultura comercial moderna foi favorecida pela demanda de produtos agrícolas, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas políticas agrícolas gerais de desenvolvimento regional. O Cerrado começa a ter uma alta produtividade, exportando excedentes consideráveis para o país e para o exterior. Neste sentido, Mendonça (2004) expõe que a:

[...] modernização da agricultura foi um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais nacionais e internacionais para transformar “as terras improdutivas” do Cerrado em celeiros agrícolas do país, mediante a utilização de fartos créditos, de subsídios para a importação de insumos e implementos agrícolas e da adoção de novas tecnologias. (MENDONÇA, 2004, p. 233).

O crédito agrícola subsidiado exerceu grande influência para essa expansão agropecuária, constituindo um pilar da política agrícola no país, e favorecendo os agricultores mais modernos e politicamente mais influentes. Nesse sentido, o Estado fez investimentos em infra-estruturas, pesquisas agrônômicas e programas de crédito especiais (MENDES, 2007).

O Estado de Goiás, desde o fim de 1950 e início dos anos de 1960, é submetido ao processo orientado pelas políticas de modernização agropecuária e pela política de integração do território nacional, o que configurou um novo modelo de modernização agrícola subsidiado pelo Estado e direcionado para a grande propriedade e para a agroindústria. Mas os objetivos começaram a ser alcançados no final da década de 1970 e início da década de 1980 quando setores foram sendo absorvidos por esse processo, tais como: as relações sociais de trabalho, o padrão tecnológico, a distribuição espacial da produção, as relações intersetoriais com a formação do complexo agroindustriais e a inserção estatal.

O processo de modernização agrícola contribuiu para agravar a questão social no campo, principalmente, as condições de sobrevivência da agricultura familiar. Para Mendes (2005), as mudanças na base técnica da agricultura goiana contribuíram para o aumento da produtividade do trabalho e a substituição gradual das relações de trabalho, como a parceria, o arrendamento pela utilização do trabalhador temporário, promovendo o agravamento dos problemas sociais no campo através do aumento da concentração das propriedades rurais e, concomitantemente, o processo migratório. O meio urbano, o mercado consumidor e de insumos agrícolas e as inovações tecnológicas orientam as condições da produção agropecuária, sugerindo uma mudança no perfil do produtor rural e uma crescente transferência setorial da renda agrícola para os setores urbanos.

Até a década de 1980, a economia goiana apresentava uma estrutura produtiva deficiente em termos de formação de capital e, principalmente, de infra-estrutura. A fronteira agrícola abriu-se definitivamente, para o Centro-Oeste, a partir de então, com a implantação das medidas de incentivo que se assentavam no crédito subsidiário e na isenção de imposto de renda sobre as atividades agrícolas.

As políticas e os programas que mais se destacaram na região foram o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (PRODECER-JICA). Esses programas ofereciam preços mínimos, subsídio a combustíveis para áreas isoladas e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para as condições de solo e de clima da região. Com essas novas políticas de integração da região ao circuito nacional de produção, houve um crescimento das áreas dos estabelecimentos agropecuários e uma crescente utilização de insumos, proporcionando a inserção da região em um patamar técnico.

O POLOCENTRO foi criado em 1975, sendo bem sucedido em induzir a expansão da agricultura comercial no Cerrado. Tratava-se de linhas de crédito fundiário, de

investimento e de custeio a taxas de juros fixadas em níveis muito reduzidos e sem correção monetária, beneficiando principalmente fazendeiros, proprietários de médios e grandes estabelecimentos. O PRODECER, criado na década de 1980, constituiu um programa administrado por organizações de direito privado, sendo dirigido por executivos brasileiros e japoneses, isto é, não é um programa governamental. Esse programa possuía recursos financeiros limitados, número de beneficiários reduzidos e estimulava a abertura de terras para o cultivo agrícola (WWF, 1995).

Sobre o assunto, Estevam (2004), em análise sobre o processo de modernização no Estado de Goiás a partir de 1960, considerou tanto o grau tecnológico absorvido e as consequências econômicas e sociais decorrentes. Para o autor, o Estado de Goiás sofreu consideráveis transformações na sua estrutura sócio-produtiva, em decorrência do modelo de desenvolvimento e dos programas mencionados. O financiamento rural foi um poderoso instrumento de modernização da agricultura, ao possibilitar a incorporação de maquinaria e insumos ao processo produtivo. Assim,

o crédito rural foi um dos instrumentos básicos da modernização agrícola e fortaleceu, de maneira acelerada, o processo de capitalização no campo. Para concessão de financiamento exigia-se certo padrão tecnológico, elevada densidade de capital, monetarização, além de farta aquisição de fertilizantes e outros insumos. A diversidade de linhas de créditos, bem como as taxas de juros subsidiadas, estimularam grande número de interessados a se instalar nos Cerrados. (ESTEVAM, 2004, p. 738).

O sistema de crédito contribuiu para impulsionar a modernização da agricultura e, conseqüentemente, o aumento das desigualdades no campo, dificultando a vida dos pequenos produtores. Como era necessário possuir aparatos tecnológicos, densidade de capital e aquisição de fertilizantes e insumos, os pequenos produtores ficaram impossibilitados de adquirir algum financiamento que pudesse contribuir para melhoria de suas condições de sobrevivência e permanência nas áreas rurais.

As transformações no espaço agrário goiano foram direcionadas para as grandes propriedades. No que se refere aos financiamentos observa-se a preferência pelas médias e grandes propriedades, o que ocasionou uma modernização na região com desigualdades e exclusão quanto às condições de produção.

Esse mesmo processo faz-se presente no município de Catalão (GO), a partir da década de 1980, com o processo de modernização da agricultura, houve uma nova organização do espaço, alterando as formas de produção e as relações de trabalho. Para que a fosse possível a inserção da região no sistema capitalista. Foram sendo criadas várias

condições pelas políticas agrícolas e programas governamentais de ação direta sobre a região, como subsidiados créditos e isenção de impostos de renda sobre atividades agrícolas.

O processo de modernização da agricultura no Município, além de contribuir para a concentração fundiária, mudou a base técnica e as relações sociais de trabalho, fomentando a inserção do município no circuito de acumulação capitalista. O incremento de novas técnicas de produção e de equipamentos no setor agropecuário resultou na elevação da produtividade do trabalho. Com a expansão da fronteira agrícola nesse período, o município de Catalão (GO) adquiriu novas formas organizacionais e produtivas, o que ocasionou bruscas transformações espaciais no município com a expansão da soja em áreas de chapada (relevo plano).

A partir da década de 1980 foram modificadas as formas organizacionais e produtivas na agropecuária catalana, resultantes da expansão da soja nas áreas de chapada (relevo plano) deste município. Essa transformação no espaço agrário de Catalão (GO) foi um dos fatores que contribuiu para a diminuição da população rural do município e, em contrapartida, para a expansão da população urbana. As famílias vêm sendo expulsas gradativamente do meio rural em virtude da baixa renda do trabalhador rural. A maioria dos jovens migram para a cidade em busca de trabalho e estudo. A tabela 1 procura mostrar a mobilidade socioespacial nos períodos entre 1970 e 2007, decorrentes desse processo.

**Tabela 1** - Evolução da população urbana e rural - 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010: município de Catalão (GO) - 2010.

Anos	População urbana	Evolução da população urbana, em %		População Rural	Evolução da população rural, em %	
		Período	Evolução		Período	Evolução
1960	11.634	-	-	14.464	-	-
1970	13.355	1960 a 1970	14,8	13.983	1960 a 1970	-9,5
1980	30.695	1970 a 1980	129,8	8.473	1970 a 1980	-65,0
1991	47.123	1980 a 1991	53,5	7.363	1980 a 1991	-15,0
1996	51.925	1991 a 1996	10,2	6.582	1991 a 1996	-11,1
2000	57.606	1996 a 2000	10,9	6.741	1996 a 2000	1,0
2007	70.212	2000 a 2007	21,9	5.411	2000 a 2007	-24,6
2010	81.020	2007 a 2010	15,3	5.577	2007 a 2010	3,06

Fonte: Secretária do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN-GO) - FIBGE - 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010. Org. Martins Silva (2010).

Nota-se que o processo de modernização da agricultura favoreceu a urbanização no município de Catalão (GO), mas deve-se considerar outros fatores, como a industrialização

e a presença de duas universidades na cidade. Nesse sentido, os jovens preferem ir para a sede da cidade em busca de estudo e de emprego.

Referente à estrutura fundiária, o município de Catalão (GO) apresentou consideráveis modificações em um curto espaço de tempo. Segundo dados dos Censos Agropecuários (1980, 1990 e 1996), houve uma diminuição do número de pequenas propriedades rurais até 100ha (21%), entre 100ha e 1000ha (13%) e um aumento de cerca de 12% no número de estabelecimentos com área superior a 1000ha, que já correspondiam pela maior parte das áreas rurais até o final da década de 1970 (MENDES, 2005).

O grande desafio imposto à reprodução da pequena produção rural refere-se à possibilidade de assegurar rendimentos e melhoria na qualidade de vida a todos os membros das famílias dos produtores rurais. A dificuldade de sobreviver com os recursos que os agricultores familiares dispõem na propriedade, a baixa remuneração do trabalho, a fragmentação da propriedade pela espoliação hereditária, a inserção da agricultura nas relações sociais capitalistas, principalmente, a partir da década de 1980, acentuou consideravelmente a migração da população rural.

Observa-se que o processo de modernização tecnológica implantado no Estado de Goiás, e conseqüentemente no município de Catalão (GO), fez com que houvesse uma acentuada concentração fundiária, o que resultou em dificuldades de reprodução para os pequenos produtores diante da agricultura empresarial moderna, que recebeu a maioria dos incentivos e investimentos por parte do Estado. Esses pequenos proprietários viram-se obrigados a oferecerem parte de suas terras ao arrendamento como forma de complementar sua renda, muitos venderam suas propriedades e foram para a cidade em busca de emprego. Diante desse contexto, os agricultores familiares frente às modificações passaram a ter necessidade da garantia da construção de um território familiar, que seja seu lugar de vida e de trabalho e assegure para as gerações futuras a memória da família.

No entanto, apesar das transformações ocorridas pelo processo de modernização, os agricultores familiares não perderam suas tradições, seus valores. Eles possuem um forte vínculo com a terra, o que caracteriza o sentimento de pertencimento. E a partir das relações cotidianas estabelecidas em um dado território, constituem suas identidades e territorialidades.

### 3 TERRITÓRIO E IDENTIDADES TERRITORIAIS



Pilão: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo (2010). Acervo NEPSA.

### 3 TERRITÓRIO E IDENTIDADES TERRITORIAIS

O território é caracterizado por uma relação entre os aspectos de poder, políticos, culturais e econômicos. Tendo, ainda, em relações de dominação e/ou de apropriação, que parte da realidade ‘concreta’ e ‘funcional’. Nessa perspectiva, será abordado os principais conceitos de território e sua relevância na constituição das identidades dos agricultores familiares.

Em Raffestin (1993), espaço e território não são idênticos, pelo contrário, o espaço antecede ao território. Na argumentação que o autor faz para diferenciar estas duas categorias, diz que o território é fruto de uma ação programada de um sujeito que se apropria concreta e/ou simbolicamente do espaço. De forma que ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ esse espaço. Dessa maneira, o espaço é o físico, o concreto que existe antes de qualquer fator antrópico, seja ele simbólico ou físico. E é exatamente a ação antrópica que transforma o espaço em território, sendo que essa “passagem” sempre acontece no campo das relações de poder e de dominação.

O território é, para o autor, a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos sujeitos que o (re)definem constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças”, de relações de poder, das mais variadas intensidades e ritmos. O território é o resultado das varias territorializações que operam sobre ele, das forças que se cruzam e entrecruzam definindo os seus contornos.

Raffestin (1993) afirma que, o território na sua construção ou apropriação se dá por meio do trabalho humano onde cada território é particular, o que apresenta múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais e simbólicos. O território é demarcado pelo processo histórico de pessoas, grupos de pessoas ou uma coletividade na qual exercem um poder sobre essa área.

Haesbaert (1997, 2004) defende que o território deve ser compreendido numa perspectiva integradora, ou seja, como um domínio político-econômico e também como apropriação simbólica, identitária inerente a certo grupo social. Assim, há uma conjugação entre os processos políticos e culturais como principais definidores de cada território. O território envolve, ao mesmo tempo, em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos.

Haesbaert (2004) expõe que o território, tem a ver com poder, mas não apenas ao “poder político”, diz respeito ao poder mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Assim, o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’. Ressalta, ainda, que a dominação e a apropriação devem caminhar juntas, sendo que a apropriação precisa prevalecer sobre a dominação. No entanto, para o autor, a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira abafasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria. Haesbaert (2004) pondera que o território responde por um conjunto de nossas experiências, ou seja, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço.

Haesbaert (2006), ao trabalhar as concepções de território para compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização, relata que o território possui três vertentes básicas: a) política ou jurídico-política, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder; b) cultural ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; e c) econômica, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho. O autor acrescenta, ainda, uma interpretação natural(ista), mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

O território é dotado, também, de conjugações simbólicas e culturais. A partir da perspectiva cultural. A concepção do território é entendida através da produção de sentidos e símbolos ligados a qualquer atividade territorialmente estabelecida. Assim, o território é compreendido pela dimensão simbólica e subjetiva, na qual essa categoria é concebida pelo viés da apropriação e valorização por parte de um grupo em relação ao seu espaço vivido (HAESBAERT, 2007).

Nessa perspectiva, além do território ser um espaço político e econômico deve ser valorizado em sua dimensão cultural, identitária, vinculado à diferenciação e à diversidade cultural. Sobre o assunto, Almeida (2008), em estudo que discute as paisagens culturais e as identidades territoriais, tendo como referências os biomas Caatinga e Cerrado, afirma que o

território responde em primeira instância pelas necessidades econômicas, sociais e políticas da sociedade. Nessa abordagem, o território é, também, um objeto de operações simbólicas, nele que os sujeitos projetam suas concepções de mundo.

Sobre a questão, Santos e Silveira (2008) destacam que o território é o espaço concreto, em que a população com o sentimento de pertencimento relacionado a este, constrói as dimensões simbólicas. Território é, para esses autores, a base do trabalho, da moradia, das trocas materiais e simbólicas da vida, da família entre outras.

Assim, o território deve ser considerado como um espaço constituído por cultura, símbolos/signos, história, religião e com fortes laços de identidade e de pertencimento que se manifestam na convivência. Sobre o assunto, Almeida (2008) ressalta que o território é, para os indivíduos que têm uma identidade territorial, o resultado de apropriação simbólica do espaço, sendo carregado de significados e relações simbólicas. “O território é, antes de tudo, uma convivialidade, umas espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural. [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 58).

Fernandes (2006), a partir de suas reflexões sobre os territórios camponeses, afirma que o campo pode ser pensado como um território ou como um setor da economia. Esse autor salienta que o significado territorial é mais amplo que o significado setorial, o qual entende o campo simplesmente como espaço de produção de mercadorias.

[...] Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras de políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadorias. A economia não é uma totalidade, ela é uma dimensão do território. (FERNANDES, 2006, p. 28-29).

É nas dimensões territoriais que acontecem as relações sociais como educação, cultura, produção, infraestrutura, organização política, mercado e outros, ocorrendo sempre de forma interativa e completa. Neste contexto, o território dos produtores rurais não deve ser percebido apenas como um local onde a sociedade habita e, sim, compreendido como território cultural, com uma parcela de identidade, fonte de uma relação afetiva com o espaço. Para esse segmento, o território significa o local de viver e produzir na terra, tendo um sentimento de pertencimento com o mesmo.

Nota-se, que o território dos agricultores familiares é uma área onde quem produz possui vínculos históricos e identitários relacionados com o espaço físico ocupado, ou seja, é

uma dada porção do espaço geográfico onde se dão todas as relações sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais do segmento, necessárias à sua reprodução social em um tempo determinado.

### **3.1 Identidades no/do território**

O território é a produção humana, que ganha uma identidade a partir da apropriação e/ou dominação do espaço. A identidade territorial está intimamente ligada as relações simbólicas que se estabelecem no território, mas deve-se considerar, ainda, as bases materiais/concretas que constituem o território. Nesse sentido, enfatiza-se a relação entre território e identidade.

De acordo Le Bossé (2004), o interesse pelas questões relacionadas a identidade surgiram na origem da curiosidade geográfica, no sentido comumente difundido, e hoje ultrapassado, da disciplina como ciência descritiva e taxinômica de lugares. Na Geografia clássica, os geógrafos procuraram com frequência focalizar, mesmo sem nomeá-la todas às vezes, uma identidade dos lugares e das pessoas, o que ressalta a dimensão psicológica da noção pela abordagem da personalidade ou do retrato das regiões e dos povos. Essa perspectiva geográfica, que enraíza conjuntamente com a identidade do lugar e do homem-habitante na profundidade histórica do grupo e de sua relação com o ambiente, estava fortemente associada as perspectivas naturalistas.

Já nos anos de 1970, com a emergência das correntes humanistas e a expansão da geografia social, a identidade assume então um alcance geográfico novo, pela mediação conceitual do sentido de lugar. Para Le Bossé (2004, p. 166) “[...] o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais.” Nesse período, a geografia cultural participou dos interesses contemporâneos sobre as questões de identidade e de fenômenos identitários.

A partir desse período, a identidade tem sido tratada de diferentes maneiras, principalmente, nos estudos relacionados ao território, especialmente, como continuidades histórico-culturais, simbólicas, inerentes à vida de um certo grupo social em um determinado território. Segundo Saquet (2007), as abordagens recentes reconhecem a identidade como unidade transescalar, entre distintos sujeitos e lugares, ligados e unidos pelas relações. Essas

relações resultam na produção de uma abordagem territorial (i)material, histórica, relacional e multiescalar, em virtude da complexidade das tramas da vida cotidiana.

Com a mobilidade crescente e a complexidade das relações espaço-tempo levam a constituição de novas territorialidades, que são moveis e de caráter múltiplo, tanto em sua constituição político, econômica quanto simbólico cultural. Nesse sentido, Haesbaert (2007, p. 46) chama de “[...] mutação nas formas da relação entre território e identidade [...]” na qual a territorialização tornou-se múltipla e complexa, o que afeta as construções identitárias tanto no sentido do território-identidade, quanto no sentido da identidade-território.

Na perspectiva dos estudos territoriais, os geógrafos se interessam particularmente pelas identidades constituídas a partir dos territórios e pelos papéis que elas desempenham na formação de consciências individuais e coletivas dos grupos sociais. Observam como as pessoas, sujeitos e agentes geográficos recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades em suas representações e em suas interpretações territoriais e das relações espaciais (LE BOSSÉ, 2004).

Castells (2006) afirma que o ressurgimento das identidades como princípios essenciais de vida pessoal e de mobilização social na era da mundialização e da globalização é um dos maiores paradoxos da nossa época. O autor ressalta, quem quer compreender hoje a política não deve começar pela economia ou geopolítica, mas sim pela identidade religiosa, nacional, regional e étnica de cada sociedade. Nesse aspecto, os estudos relacionados a abordagem territorial deve discutir a relação intrínseca entre território/identidade e identidade/território.

Sobre a relação entre território e identidade, Haesbaert (1999) propõe que o território pode ser considerado um produto e produtor de identidade. O território não é apenas um “ter” mediador de relações de poder (político-econômico) em que o domínio sobre parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível, compõe também o “ser” de cada grupo social.

Nesse contexto, os territórios são considerados como parte indissociável do processo indetitário, constituído em determinada relação inter-discursiva (sentido) e por circunstâncias históricas definidas (significado). Haesbaert (1999, p. 172), parte do pressuposto que “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território [...]” Ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no campo da realidade concreta. As identidades sociais podem ser entendidas como identidades territoriais, no momento em que um dos elementos centrais para a construção das identidades passa pelo território. Sobre a relação

existente entre o território e a identidade, Haesbaert (2007) expõe que as identidades moldam os territórios e os territórios moldam as identidades, existindo uma interação entre ambos.

Nesse contexto, a identidade territorial faz menção à noção de território para a sua estruturação. Ela se situa junto ao espaço simbólico apropriado e partilhado pela dimensão histórica do imaginário social. Esse processo de apropriação proporciona uma sensação de pertencimento, o que fortalece os laços com o local. Alguns elementos contribuem para a formação da identidade territorial, como a história comum e, principalmente, os fundamentos que garantem as particularidades de determinado grupo territorialmente vinculado perante outros grupos.

Para Chelotti e Pessôa (2010), a identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial, na qual a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado as análises sobre a produção do espaço, das paisagens e das territorialidades. As identidades, na perspectiva territorial são construídas a partir do significado (objetivo e subjetivo) e sentimento de pertencimento que cada grupo social expressa numa determinada porção do espaço geográfico (região, lugar, território) produzindo a chamada identidade territorial.

Os territórios diferem de acordo com suas características materiais e imateriais, ou seja, os seus recursos biofísicos e humanos, relações sociais, modos de produção e a sua cultura. A partir de relações específicas com homem *versus* meio, as sociedades historicamente construíram identidades territoriais próprias, com seus signos, símbolos e pertencimentos (CHELOTTI; PESSÔA, 2010).

Nota-se, que a construção de identidades territoriais envolve um movimento que vai da identidade ao território e do território à identidade. Embora na prática estejam sempre articulados de forma concomitante e indissociável, alguns casos sugerem reconhecer o predomínio de uma direção em relação à outra, sobretudo para enfatizar o papel das representações territoriais nesses contextos.

### **3.2 Identidade territorial**

Os estudos sobre identidade têm enfatizado a identidade como um componente fundamental na constituição territorial. Dentre esses estudos pode-se citar: Haesbaert (1999,

2007), Le Bossé (2004), Castells (2006), Hall (2006), Saquet (2007), Almeida (2008) entre outros. Para esses autores a identidade é considerada uma construção social ao longo do tempo histórico, pelos aspectos tanto subjetivos/imaterias quanto pelos fatores objetivos/materiais. As pesquisas relacionadas ao processo identitários e aos questionamentos contemporâneos referentes a identidade têm considerado o caráter contextual e construído da identidade. Busca-se, compreender os principais conceitos de identidade territorial, enfatizando as relações entre os aspectos materiais e imateriais.

Segundo Martin (1992 apud CHALITA; PANZUTTI, 2006) há três tipos de relações aglutinadoras que se estabelecem no processo identitário: a) relação com o passado: visa a permanência da comunidade no tempo, a transcendência do indivíduo, a anulação das consequências e a legitimação da experiência em nome da comunidade, para mudar o lugar que ela ocupa nas atuais relações de poder; b) relação com o espaço: frequentemente traz consigo uma relação com o social. O espaço é percebido como um local que fornece as condições materiais da vida e da reprodução da comunidade, lugar definido por formas de sociabilidade particulares e por relações de poder; e c) relação com a cultura: significações e compreensões que indicam a existência de uma lógica unificadora do conjunto humano, a construção de comunidades reivindicando uma identidade que utiliza traços pré-existentes, selecionados pelas suas propriedades integradoras.

Para Bassand (1999 apud ALMEIDA, 2005), as identidades podem ser de três tipos: a) a identidade histórica e patrimonial: construída em relação com acontecimentos passados importantes para coletividade e ou com um patrimônio sociocultural, natural ou socioeconômico; b) a identidade projectiva: fundada em uma representação mais ou menos elaborada do futuro do território, na qual leva em conta seu passado; e c) a identidade vivida: que é reflexo da vida cotidiana e do modo de vida atual do território. Mas a identidade contém os elementos históricos, projetados e patrimoniais de forma combinada e imbricados, que definem e constituem a identidade territorial que, também, pode ser assumida isoladamente pelos atores sociais.

Sobre a discussão de identidade Lé Bossé (2004) afirma que a identidade é uma construção social e histórica do próprio e do outro, e que estão longe de serem congeladas em uma permanência essencial, e que essas estão em constantes reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação, mais ou menos disputáveis e disputadas, que variam no tempo e no espaço. Haesbaert (2004) salienta que toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E

vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.

Para Le Bossé (2004), a eventual multiplicação dos indicadores da identidade tende, de um lado, a enfocar um núcleo identitário individualizado, de outro sugere e possibilita, a existência de identidades múltiplas. Estas são mais ou menos contingentes, impostas ou escolhidas em graus diversos, especialmente no sentido em que a identidade social do indivíduo e do grupo se aproxima e é entendida por relações e situações em linguagens ou redes.

A identidade social é produto de uma combinação entre duas identidades, a individual e a coletiva, uma ligação interna ao indivíduo e uma externa (quando o indivíduo interage com as instituições). É a relação entre identidade para si e identidade para o outro no interior do processo comum que a torna possível, constituindo o processo de socialização (atribuído e o pertencimento). Desse ponto de vista, a identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições (CHALITA; PANZUTTI, 2006).

Castells (2006) expõe, ainda, que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder. O autor propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades: a) identidade legitimadora: refere-se a identidade introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; b) identidade de resistência: criada pelos atores que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, o que constrói trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade; c) identidades de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, busca a transformação de toda a estrutura social. O autor, ainda, ressalta

[...] a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. [...] quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade,

bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. (CASTELLS, 2006, p. 23-24).

Na perspectiva de Castells (2006) há uma inter-relação na construção das identidades, pois os indivíduos são envolvidos por múltiplas identidades e atributos culturais, ora um prevalecendo sobre o outro, o que acaba gerando tensões e conflitos. Assim sendo, toda identidade é socialmente construída, e seus significados e símbolos são determinados pelos próprios atores que as constroem, ou seja, no processo de construção de identidades são herdados elementos históricos, geográficos, biológicos, econômicos e institucionais dos próprios indivíduos construtores. Esses processos, que são construídos em contextos marcados por relações de poder, dão forma e origem à construção de identidades, que são dinâmicas e distintas.

Toda identidade se define por um conteúdo compreendido em termos de caracteres referenciais, percebidos a partir de perspectivas diferentes, e que podem incluir igualmente aspectos de ordem física ou psíquica, material ou intelectual. Assim, a identidade exprime e comunica de maneira interna e externa, através de práticas simbólicas e discursivas. Para o grupo étnico e nacional, ela se baseia particularmente na ideia de um mito das origens ou de aspectos coletivos, a partilha de um espaço comum, as redes de sociabilidade, a participação em obras coletivas, econômicas, políticas e morais, asseguram sua coesão.

### **3.3 Identidades territoriais: construção histórica**

As identidades precisam ser consideradas como uma construção histórica, tendo como referenciais os aspectos objetivos e subjetivos. As identidades não devem ser vistas como algo imutável, invariável ao longo do tempo. As identidades são construídas, sendo desconstruídas e reconstruídas no tempo, ou melhor, através do tempo. Nessa perspectiva, sofrem alterações no tempo histórico, no mesmo e em diferentes lugares, de maneira relacional. Assim, a identidade necessita ser entendida não somente como um estado, mas também e, sobretudo, como processo dinâmico de identificação e de reconhecimento com outro.

Deve-se enfatizar o processo dinâmico na constituição das identidades territoriais. Nessa perspectiva, a identidade é construída, desconstruída e reconstruída com o passar do tempo, no mesmo lugar ou em lugares diferentes. Assim os indivíduos através de seus gestos

necessidades e aprendizagens produzem e renovam suas identidades, ocasionando em uma sucessão de identidades.

A partir dos argumentos, Penna (1992) destaca que a identidade territorial pode ser interpretada: a) como algo dado, decorrente da naturalidade (objetividade representada pelo local do nascimento); b) da vivência, relacionadas a experiência dentro das fronteiras da região; c) da cultura, referentes as práticas culturais indicativas de uma identidade territorial; e d) como algo construído, uma “auto-atribuição”, quando os indivíduos se reconhecem como gaúchos, nordestinos, mineiros etc. A autora faz uma crítica a abordagem que considera a identidade como algo dado, e considera que a identidade é construída a partir da vivência e dos aspectos culturais.

Hall (2006) adverte que a identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Para o autor, dentro do indivíduo há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que essas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Hall (2006) ressalta, ainda, que

as identidades devem ser consideradas como algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” [...] (HALL, 2006, p. 38, grifos do autor).

Para Hall (2006), em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deve-se falar de identificação, e vê-la como um processo em construção. A identidade surge não tanto da plenitude que já está dentro dos indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Os sujeitos buscam a identidade e constroem suas histórias de vida.

A construção da identidade, ao contrário da interpretação do senso comum que enfatiza sua aparente estabilidade e longevidade, é sempre dinâmica. Além disso, ela nunca é construída a partir da mera diferença ou de características próprias e singulares. Ela tem um caráter reflexivo, isto é, identificar-se implica identificar-se com o outro, num sentido relacional e dialógico. A identidade se apresenta múltipla e/ou está aberta a múltiplas reconstruções (HAESBAERT, 2007). O autor ressalta, também, que a identidade territorial é intercalada por várias outras e seu conteúdo simbólico pode, às vezes, mudar rapidamente no tempo, ela nunca deve ser vista como unitária.

Identificar, no âmbito humano, social e cultural, é identificar-se, um processo reflexivo, ou seja, em um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social. Além disso, não se deve encarar a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma identidade em curso, e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas múltipla. Toda identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas. No entanto, ao considerar a identidade como uma construção social ao longo do tempo, não se deve considerar que as identidades sejam de curta duração no tempo. Sobre o assunto, Haesbaert (2007) expõe que as

[...] identidades sociais manifestam múltiplas durações no tempo. O fato de nunca se manifestarem exatamente como uma “realidade” objetiva “dada”, não implica, obviamente, que as identidades sejam sempre frágeis e de curta duração. Alias, se formos avaliar a longevidade dos fenômenos sociais nos últimos dois milênios, efetivamente são processos identitários, como aqueles ligados à religião, que tiveram a mais longa duração. [...] (HAESBAERT, 2007, p. 52).

Apesar do caráter susceptível às mudanças, as identidades territoriais manifestam-se de modos temporalmente diferentes. Mas o fato de serem sensíveis as transformações, não significa que sejam necessariamente frágeis. Percebe-se que dentro de um conjunto de fenômenos sociais, os processos identitários territoriais, como os ligados às questões étnicas e religiosas possuem longa duração.

Nessa perspectiva, Haesbaert (1999) afirma que uma característica importante da identidade territorial, corresponde ao mesmo tempo a uma característica geral da identidade, é que ela constitui em uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” a memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais. A (re)construção imaginária da identidade envolve uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade. Desse modo, as identidades com seu caráter múltiplo são sempre configuradas em relação ao passado, como resultado das relações sociais de um grupo em um determinado espaço ao longo de um tempo.

Sobre o assunto, Andrade (2008) observa que os valores são atravessados pelas imposições da sucessão de tempos históricos, o que exige mudança nos modos de vida, mas, não implica, na perda da identidade.

Para a constituição das identidades são necessários os referenciais materiais e imateriais, em uma relação interativa e completiva. Há uma perspectiva que não considera a

existência concreta da identidade, restringindo-a ao campo das representações, sendo vista como eminentemente simbólica. Entretanto, deve-se ressaltar a base material e territorial, que serve de referência para a construção das identidades. Destaca-se, os aspectos objetivos e subjetivos no processo de formação das identidades. Dentre esses aspectos a religiosidade é um campo em que se percebe a conjunção de dos aspectos objetivos e subjetivos.

Assim, como a identidade individual, a identidade social é também uma identidade carregada, ao mesmo tempo, de subjetividade e de objetividade. Para Haesbaert (1999, 174, grifos do autor) “[...] por mais que se reconstrua *simbolicamente um espaço, sua dimensão concreta constitui*, de alguma forma, um componente estruturados de identidades.”

Cruz (2007, p. 98, grifos do autor) relata que “[...] a identidade é construída subjetivamente, baseada nas representações, nos discursos, nos sistemas de classificações simbólicas, embora não seja algo puramente subjetivo e não se restrinja à “textualidade” e ao “simbolismo” [...]” Assim, identidade não é uma construção puramente imaginária que despreza a realidade material e objetiva das experiências e das práticas sociais, e nem tampouco é algo materialmente dado, objetivo, uma essência imutável, fixa e definida. O autor enfatiza, ainda que, deve-se acabar com as posições dualistas entre material/simbólico e objetivo/subjetivo.

Acredita-se, que na construção da identidade não é possível pensar de forma dissociada a natureza simbólica e a subjetiva (representações) e seus referentes mais objetivos e materiais (a experiência social em sua materialidade). Assim, ao pensar as identidades territoriais deve-se levar em consideração a natureza simbólica e seus referentes objetivos.

Woodward (2000) defende que a identidade é relacional, marcada por meio de símbolos, pela diferença e, por um conjunto de relações simbólicas. Ela é produto da experiência vivida e vivificada, enfim, dos acontecimentos e experiências do cotidiano. Nesse caso, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social, é a luta para sua auto-afirmação e normalmente possui causas e consequências materiais.

Le Bossé (2004) contribui com a discussão ao referir que o território identitário não é apenas ritual e simbólico; é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades.

Os aspectos materiais que contribuem para a formação das identidades são constituídos, essencialmente, por objetos e artefatos que servem como utensílios ou por construções, esses são capazes de resistir às barreiras temporais e espaciais. Os aspectos materiais normalmente são obtidos no próprio meio que o envolve. Esses não devem ser considerados como textura, cor, matéria-prima, função e forma, mas devem ser considerados

como história, com um contexto cultural carregados de emoção, experiência sensorial e comunicação corporal. Apesar da materialidade, esses objetos são carregados de subjetividade e significados atribuídos pelos indivíduos. Azevedo (2007) afirma que os artefatos podem apresentar uma carga simbólica agregada e terem um papel utilitário muito forte, mas apresentam, também, uma função ideológica da sua sociedade numa relação espaço-temporal.

A identidade, também, é construída por subjetividades individuais e coletivas, que esta relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Castells (2006, p. 22) diz que a identidade pode ser entendida como “[...] a fonte de significados e experiência de um povo [...]” A identidade é o processo de construção de significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos inter-relacionados, no qual prevalece sobre outras fontes de significados. Para esse autor as identidades se identificam com um espaço simbólico, sendo esse social historicamente construído, não sendo algo herdado e transmitido, ela envolve escolhas, que vão resultar na construção de variados sentidos para cada indivíduo ou grupo social, em um determinado tempo e espaço.

Então, a identidade une e vincula os indivíduos e grupos ao território, através de sentimentos subjetivos e objetivos. Nota-se, que os fatores subjetivos contribuem para à constituição de uma dada cultura ou identidade. Daí a necessidade de trabalhar com o conceito de subjetividade, assim, relacionada à ideia de pertencimento a esse território.

De acordo, com Woodward (2009, p. 55) existe uma certa sobreposição entre esses dois termos objetividade e subjetividade. A subjetividade sugere uma compreensão acerca de nós mesmos, e isso envolve pensamentos e emoções conscientes e inconscientes “[...] que constituem nossas concepções sobre quem nós somos [...]” Trata-se de pensamentos e sentimentos mais pessoais, embora sujeitos ao discurso e à estrutura social a qual pertencemos. Para a autora, a subjetividade inclui “[...] dimensões inconscientes do eu [...]”, podendo ser tanto racional quanto irracional, ainda, por meio desse conceito é possível explorar os sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade. A subjetividade nos permite explicar as razões pelas quais os indivíduos apegam-se a identidades particulares.

O símbolo é outro fator importante no entendimento das identidades territoriais. Nessa perspectiva, Haesbaert (1999) afirma que para entender a construção da identidade territorial é importante discutir a noção de símbolo. Para o autor, todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólico. Haesbaert (1999, p. 179, grifos do autor), “[...] parti-se da concepção daqueles que, na semiologia, entendem o símbolo não como sinônimo

de signo ou de simples “representação” ou “substituição.” No símbolo haveria sempre um deslocamento de sentido, nunca de todo definido ou explicado.

A identidade social, desse modo, é mobilizada e mobiliza um poder simbólico, tal como definido por Bourdieu (2009). O símbolo se caracteriza como poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Haesbaert (1999) observa que poder simbólico é muitas vezes mais forte e eficaz do que o poder objetivo, mais concreto, porque o poder simbólico é mais sutil em suas formas de manifestação, ou seja, mais dificilmente reconhecido.

Para Haesbaert (2009), uma das bases que pode dar mais consistência e eficácia ao poder simbólico da identidade é os referenciais concretos aos quais ela faz referência para ser construída. O deslocamento de sentido nunca pode ser total e o símbolo necessita sempre de algum aspecto concreto para se realizar. Este aspecto pode ser, por exemplo, um recorte ou uma característica espacial, geográfica, e neste caso pode-se ter a construção de uma identidade pelo/com o território. Os referenciais simbólicos que compõem uma identidade não são construções totalmente arbitrárias ou aleatórias, eles precisam ancorar-se em referentes materiais, ou seja, têm sempre uma fundamentação concreta.

### **3.4 Territorialidade e identidade:** pertencimento ao território

A ideia de territorialidade incorporada pela Geografia, e por outras ciências sociais, é a de que a compreensão dos comportamentos humanos deve ser feita, também, através da compreensão das formas de relacionamento do homem com o território. Assim, a territorialidade refere-se não somente às relações sociais, mas mais propriamente entre relações e o seu meio de referência, o que pode ser manifestado nas várias escalas geográficas local, regional e nacional.

Para Raffestin (1993), a territorialidade contém as características de um território, seu conteúdo, sua materialidade e imaterialidade. Territorialidade seria uma forma de vínculo do homem ao meio, a terra. O território envolve, nessa perspectiva, uma ordem de subjetividade coletiva, que possibilita aos grupos sociais articulações territoriais de resistência contra as imposições feitas por outras ordens políticas, sociais, econômicas e culturais, principalmente, as derivadas do mercado, dominantes no mundo atual.

Pode-se, afirmar que a identidade territorial dá sentido ao território e delinea as territorialidades. A territorialidade, por sua vez, pode definir uma relação individual ou coletiva ao território. Para Haesbaert (2004), a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual os sujeitos experimentam o mundo e o dotam de significado. Raffestin (1993) expõe que,

a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158, grifos do autor).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está fortemente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço, dando significado ao lugar (HAESBAERT, 2004). Desse modo, a territorialidade dos agricultores familiares leva em consideração o sentimento de pertencimento a um dado território/comunidade.

Magno (2008) observa que território molda as territorialidades a partir do sentido mais subjetivo/afetivo, como um espaço físico delimitado e apropriado por um grupo específico, com características culturais também específicas, ligado às relações mais funcionais e culturais.

Haesbaert (2007) destaca que as territorialidades têm um sentido mais amplo que território. Sendo que todo território corresponde a uma territorialidade, mas nem toda territorialidade implica na existência de um território, pois o território necessita de uma base material e concreta. E a territorialidade pode ser a dimensão simbólica, o referencial territorial (simbólico) para a construção de um território, que não obrigatoriamente existe de forma concreta. Dessa maneira, a territorialidade pode ser a dimensão simbólica, o referencial territorial para a construção de um território.

Assim, os processos de construção das identidades e das territorialidades dos agricultores familiares devem, também, ser considerada temporal, espacial e mutável. As identidades desse segmento são (re)construídos ao longo do tempo, pois os modos de vida presentes no território se inserem num contexto dinâmico de transformações que interferem nas práticas socioculturais, religiosas e econômicas. Essas dinâmicas fazem com que o

território reúna relações sociais de produção e representações culturais e religiosas com temporalidades diferentes.

Para Brandão (1999), ao referir-se a identidade dos camponeses faz menção a um conjunto de práticas, e uma visão de mundo, que ainda guarda traços em comum, que se realiza apenas na particularidade de um grupo social interagindo numa localidade específica. Práticas essas em constante processo de mutação, acelerada sobremaneira nos dias atuais com o desenvolvimento dos meios de comunicação, com a crescente urbanização do mundo rural e a famigerada modernização da agricultura. Ressalva que as comunidades rurais possuem especificidades como a forma de trabalho demandada pela prática agrícola, ou seja, trabalho que faz parte da convivência cotidiana do agricultor familiar e que precisa ser apropriado, socializado e transformado em produto econômico, garantindo a reprodução tanto da família.

Schneider e Blume (2004), em reflexão sobre a ruralidade, os desafios e as implicações relacionadas ao uso da abordagem territorial como uma forma de defini-la, afirma que os processos sociais, as dinâmicas econômicas (produtivas e tecnológicas etc.) e os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluidos, permeáveis e transpassados, ou seja, integrados de algum modo à sociedade contemporânea.

A identidade dos agricultores familiares está relacionada ao território, devido ele se apresentar como uma base, onde esse segmento encontra todas as dimensões, cultural, econômica, política e natural. Sendo carregado de elementos materiais/objetivos e imateriais/subjetivos que contribuem para a constituição identitária dos indivíduos.

Os territórios rurais possuem suas características materiais e imateriais, de acordo com as relações sociais, os modos de produção e a sua cultura. Assim, os agricultores familiares vêm historicamente construindo suas identidades territoriais próprias, com seus signos, símbolos e pertencimentos. As identidades territoriais dos agricultores familiares devem ser analisadas de forma integradora, ou seja, levando em consideração a dimensão simbólica, cultural, material, econômico, político, social e histórico. O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais cultural.

#### **4 COMUNIDADE E BASE TERRITORIAL:** os agricultores familiares das comunidades Cruzeiros dos Martírios e Paulistas em Catalão (GO)



Altar na parede interna de residência: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010.  
Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.

#### **4 COMUNIDADE E BASE TERRITORIAL:** os agricultores familiares das comunidades Cruzeiros dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)

A identidade dos agricultores familiares está intimamente ligada á comunidade que fazem parte. A comunidade pode ser caracterizada como uma base territorial, onde as relações sociais de uma pessoa podem ser encontradas, sendo um lugar de vida social que existe certo grau de coesão social, no qual os agricultores familiares compartilham os conhecimentos, valores, saberes, técnicas, costumes e crenças, num contexto sociocultural interativo. Foram trabalhados os principais conceitos de comunidade, estabelecendo uma relação com o cotidiano das comunidades rurais Cruzeiro dos Martírios e Paulistas em Catalão (GO).

O conceito de comunidade é compreendido como um fenômeno histórico e social, que assume diferentes significados no tempo e no espaço. As reflexões sobre formação comunitária é repleta de possibilidades de definições pautadas em diferentes referências como territorialidade, interesses, organização social e política, valores em comum, sentimento comunitário e etnia.

Nos estudos sobre comunidade há, principalmente, duas perspectivas. Uma que considera comunidade tendo como referência a coesão social e as relações recíprocas que partilham condições básicas de uma vida em comum, fundadas nas relações de parentesco, consaguinidade e vizinhança, nessa linha pode-se destacar MacIver e Page (1973), Fichter (1973), Wirth (1973), Park (1973), Aldous (1995) e Bellebaum (1995). A outra acepção considera que as novas tecnologias da informação e da comunicação contribuem para a constituição de uma comunidade estética, que vigoram determinados padrões de beleza e comportamentos individualistas, que pode destacar Bauman (2003).

Inkeles (1965) agrupou as condições de existência de comunidades em três elementos: a) quanto um conjunto de residências está relativamente concentrado numa área geográfica delimitada; b) quando seus moradores apresentam grau considerável de interação social integrada; e c) quando têm um sentimento de união, que não se baseia exclusivamente nos laços de consanguinidade.

A esse respeito MacIver e Page (1973), em estudo sobre comunidade e sociedade como níveis de organização social, ressaltam que a importância da concepção de comunidade está em grande medida na relação existente entre coesão social e área geográfica. A coesão

social de uma comunidade pode ser expressa, pelo respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento e a inclusão.

Nessa perspectiva, as bases da comunidade são localidade e sentimento de comunidade. Fichter (1973) corrobora com o argumento ao ressaltar que comunidade é definida como um grupo social territorial de indivíduos com relações recíprocas, que servem de meios comuns para alcançar fins comuns.

Wirth (1973) afirma que a comunidades é, essencialmente, uma agrupação ou uma rede de pequenos grupos, porém, em sua totalidade, pode-se distingui-la em muitos aspectos como um grande grupo social. Assim, os membros da comunidade têm consciência das necessidades do indivíduo dentro e fora de seu grupo imediato e tendem a cooperar estreitamente. A comunidade designa uma série de fenômenos que se estendem desde a divisão do trabalho até a ação coletiva, desde a vida grupal concebida em forma substantiva até os processos psíquicos envolvidos na interação de pessoas.

Wirth (1973) faz um delineamento de comunidade e mostra os problemas da mesma. Corrobora com as discussões anteriores, ao definir comunidade por uma base territorial, com distribuição de homens, instituições e atividades no espaço, e na interdependência econômica baseada em mútua correspondência de interesses. Para o autor, na comunidade os membros devem viver juntos e de modo tal que partilhem condições básicas de uma vida em comum. Ressalta-se o parentesco como um novo componente relevante no entendimento de comunidade.

A comunidade pode ser caracterizada como uma base territorial, onde as relações sociais de uma pessoa podem ser encontradas, sendo uma área de vida social que existe certo grau de coesão social. Nessa concepção há uma interdependência entre a coesão e a área geográfica. Assim, nota-se que a localidade é um fator fundamental.

Park (1973) ressalta que um indivíduo só é membro de uma comunidade na medida em que participa da vida comum. Esse autor vai avançar em relação aos conceitos anteriores ao observar as interações comunicativas mediadas por dispositivos simbólicos, como a linguagem. Assim, os aspectos simbólicos (valores, costumes e identidades) aparecem como fator relevante na compreensão de comunidade.

Complementando a discussão de Park (1973), Tönnies (1973) expõe que a comunidade situa-se no campo do imaterial, onde as relações sociais não são permeadas pela racionalidade financeira ou intermediadas pelo dinheiro. Considera que os aspectos simbólicos são elementos que possibilitam os indivíduos se identifiquem uns com os outros, com relações solidárias e recíprocas.

Para Weber (1973), comunidade é um conceito amplo que abrange situações heterogêneas, mas que, ao mesmo tempo, apóia-se em fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais. Comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento de união e situações comuns, a ação está reciprocamente referida, não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância, e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo.

Nessa mesma linha de raciocínio, Tönnies (1973) acredita que a unidade e a possibilidade das vontades humanas apresentam-se primordialmente: a) nos laços sanguíneos; b) na aproximação espacial e c) na proximidade espiritual entre os homens. Para esse autor é nos vínculos comunitários que dão as origens as relações e associações sociais. Assim, comunidade caracteriza-se pela homogeneidade de sua população e por um sistema compartilhado de valores que proporciona intimidade, compreensão e cooperação entre as pessoas e as famílias.

Wirth (1973) ressalta o parentesco, como um dos princípios básicos encontrados na comunidade. Nesse sentido, para que participem da vida uns dos outros é necessário que eles sejam do mesmo caráter e que tenham semelhanças entre si, isto é, devem possuir laços de parentesco (sangue). Aldous (1995, p. 144) afirma que “[...] o exemplo mais perfeito do tipo de grupo que estamos analisando é a família. Além disso, a família é, ao mesmo tempo, sua fonte e origem. É da família que todos os tipos de comunidade nasceram [...]”

A esse respeito, Bellebaum (1995, p. 78) ressalta que as comunidades são baseadas “[...] em relações de sangue, sentimento e solidariedade, a vida comunitária realiza-se no espaço da família, no âmbito das aldeias e das cidades, pela união, pelo costume e pela religião [...]” Mas como foi discutido por Inkeles (1965), os sentimentos de união não são baseados unicamente pelos laços de consanguinidade. Tönnies (1973), além, de ressaltar o parentesco, expõe as relações de amizade e vizinhança.

Nota-se que os autores clássicos vão ressaltar as características de união, solidariedade, ou seja, buscam ideais comuns. A partir, principalmente, da década de 1990 os cientistas sociais vêm tratando o termo comunidade com receio, dada a carga ideológica que possui, na qual pode criar muita confusão por sua abrangência semântica e pelo apelo emocional que apenas a sua pronúncia é capaz de trazer. No entanto, não deve desconsiderar os aspectos trabalhados anteriormente, pois nas comunidades rurais, principalmente, existem relações de amizade, vizinhança e solidariedade. Observa-se a influência do sentimento de pertencimento, ou seja, os indivíduos possuem um pertencer com o local, contribui na constituição das identidades, através dos valores, signos e crenças presentes em seu cotidiano,

é outro aspecto considerado pelos cientistas, passando a considerar a territorialidade. Analisam, ainda, as relações impostas pelo sistema capitalista, que dão novo significado aos aspectos de ajuda mútua e solidariedade.

Nessa perspectiva, o conceito atualmente deixa de lado a questão ideológica e a concepção de comunidade ser um local permeado de relações de união e homogeneidade, baseadas em laços de solidariedade, na qual as relações sociais não são permeadas pela racionalidade financeira. Assim, passam a considerar as relações de poder e a heterogeneidade de situações impostas pelo sistema capitalista.

Na concepção Descamps (1991), o conceito de comunidade encontra dois sentidos contraditórios, mas não necessariamente excludentes. Em uma primeira acepção a comunidade seria resultado de um movimento endógeno de práticas socioculturais. Uma espécie de círculo fechado. Por outro lado, o autor enfatiza o sentimento de pertencimento a grupos, a línguas que dotam o indivíduo de identidades capazes de inseri-los em diferentes universos.

Elias e Scotson (2000) avançam na definição de comunidade ao afirmar que uma comunidade é permeada por relações de poder e diferenças, sendo assim, há uma ausência de homogeneidade entre seus membros. Considera, também, o sentimento de pertencimento na formação social e contesta a homogeneidade atribuída historicamente à comunidade. Assim, as relações sociais com os “outros” são livres, mas também determinadas e/ou influenciadas pelo sentimento de pertencimento a um grupo e/ou a um lugar o que facilita o processo de reconhecimento. Nota-se, uma diversidade e diferenciações de situações que devem ser ponderadas. Existe uma interdependência nas relações de poder e pertencimento na composição das comunidades.

Ao discutir as formas de organização social na sociedade contemporânea, Palácios (2001) defende que alguns elementos fundamentais caracterizam uma comunidade na atualidade: a) sentimento de pertencimento; b) sentimento de comunidade; c) permanência (em contraposição à efemeridade); d) territorialidade (real ou simbólica); e e) forma própria de comunicação entre seus membros, através de veículos específicos. Para ele a questão da territorialidade assume novo sentido. O sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma comunidade, desencana-se da localização, pois é possível pertencer a distância.

Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outra (à distância), mas possibilita a co-existência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas. A territorialidade pode

assumir caráter físico ou simbólico. A localidade geográfica passa a não ser considerada característica intrínseca de uma comunidade, porque mesmo a distância pode-se sentir parte. Nessa concepção comunidade não significa apenas localização, pois o pertencer exerce influência marcante na vida comunitária, assim, para sentir-se membro de uma dada comunidade, não precisa necessariamente fazer parte dela.

Além do aspecto territorialidade atualmente, Bauman (2003) destaca que os novos valores e modos de vida, como o consumo e às novas formas de relações humanas mediadas pelas tecnologias da informação e da comunicação contribuem, para a constituição de uma comunidade estética, que vigoram determinados padrões de beleza e comportamentos individualistas do tipo egoísta. Esse novo modelo comunitário é difundido, principalmente, pela indústria de entretenimento, nos espaços midiáticos. Nesses termos, o autor refere-se a novas versões de comunidades, efêmeras, as quais não exigem de seus membros engajamento do tipo sociopolítico ou vínculos duradouros, mas seriam fundadas na identidade, no compartilhamento de valores comuns, de bens simbólicos de gostos estéticos.

Para Bauman (2003), a palavra comunidade desperta uma boa sensação. Uma ideia positiva de formação social. Para o autor, comunidade é sinônimo de um lugar cálido, confortável e aconchegante. Mas, ressalta que comunidade é o tipo de mundo que não está ao nosso alcance. Seria um lugar onde os indivíduos gostariam de viver, uma espécie de paraíso perdido, que os sujeitos gostariam de alcançar. Para o autor os fatores internos e externos desagradáveis que perpassam as formações sociais, em alguns casos supera o sentimento recíproco e a solidariedade.

Nota-se, que possuem duas dimensões mais evocadas quando procura compreender o conceito comunidade. De um ponto de vista mais material e econômico, a comunidade se define como simbiose territorial e dependência econômica mútua. De um ponto de vista mais cultural e simbólico, a comunidade é evocada como tendo caráter sagrado, carregado de valores morais e religiosos, já que fundamenta uma identidade coletiva baseada em símbolos compartilhados. Na compreensão de comunidade deve-se considerar essas duas dimensões, em um movimento *continuum*, ou seja, interdependente. Assim, existe uma integração promovida pelas atividades materiais fundamentais para a sobrevivência do grupo, quanto em valores simbólicos e identidade cultural cultivados. Nessa acepção, há uma dimensão tanto material quanto simbólica que devem ser considerados nos estudos de comunidade, que devem ser indissociáveis, ainda que uma e outra, por vezes, fique mais visível.

#### **4.1 Comunidade rural:** aspectos imateriais/simbólicos

Nos estudos de comunidade consideram os laços de parentesco, vizinhança, amizade. Existe, ainda, as relações de solidariedade e ajuda mútua. Os agricultores familiares uma identidade cultural/territorial. Esses aspectos estão presentes nas comunidades rurais, em que essas relações são mais expressivas. No entanto, há de considerar as novas relações impostas pelo sistema capitalista, em que os indivíduos estão cada vez mais individualistas. Assim, busca-se analisar as principais características das comunidades rurais, dando ênfase nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO).

Nesse contexto, supõe-se que as comunidades rurais podem ser caracterizadas, principalmente, pelos laços de sangue e de parentesco, sobre associações com a terra e laços territoriais, de sentimentos partilhados e de crenças comuns. As relações mais profundas e intensas dessas relações é o afeto, a amizade e a solidariedade. Tedesco (1999, p. 88, grifos do autor) afirma que “[...] a comunidade sempre funcionou como uma reciprocidade social, familiar e de vida religiosa, “um lugar de encontro”, uma forma de compensação aos desencontros, isolamentos, sofrimentos e individuações cotidianas.”

Dessa forma, nota-se que os laços de sangue são essenciais para a origem das comunidades, mas deve-se ainda, considerar os laços de amizade e de vizinhança que são importantes para a coesão das comunidades rurais. Acredita-se que as comunidades derivem basicamente do parentesco, vizinhança e amizade.

Na comunidade, os homens vivem unidos, apesar de tudo que os separa, vivem um com os outros com base em relações pessoais estreitas e por sua própria vontade. Para Tedesco (1999), a comunidade é fundamental para a estrutura do conjunto social e para o desenvolvimento do homem. De acordo com o autor, a honra, a terra, a moral, a afetividade, a disposição para o trabalho são requisitos sociais, vividos e concebidos individualmente, porém legitimados no âmbito comunitário.

Acredita-se, que a agricultura familiar é marcada pelas tradições, por hábitos e costumes que se perpetuam, por uma relação de pertencimento com a terra e com o território. O fundamento desta união são a identidade territorial e a territorialidade, constituídas pelos aspectos materiais e imateriais, no qual a identidade social e o sentimento de pertencer podem ser confundidos com a condição de sobrevivência da própria comunidade. Dessa forma, os segmentos baseados no trabalho familiar constituem suas identidades e territorialidades

fundadas, sobretudo, nas questões de ordem simbólico/cultural como também no sentimento de pertencimento a um dado território e comunidade.

Aldous (1995, p. 113) afirma que comunidade é “[...] um agregado de mentes tão fortemente coeso que ninguém é capaz de se mover independentemente dos outros [...]”. Reforçando a discussão, Gomes (1999), ao discutir a renovação do debate entre cultura e civilização expõe que a ideia de comunidade, traduz a imagem de um grupo unido pela semelhança, por tradições e por objetivos e perspectivas comuns. Ressalta-se que esse fato é comum no mundo rural, sendo esse marcado pelas tradições, por hábitos e costumes que se perpetuam, por uma relação estrita com a terra e com o local. O autor destaca que o fundamento desta união é a identidade, ou seja, a igual ou quase idêntica repartição de perspectivas de vida, um sentimento de comunhão. Assim, na identidade social o sentimento de pertencimento a um território, confunde-se com a condição de sobrevivência do próprio grupo, na identidade territorial.

Wagner e Mikessel (2003), em estudo sobre os temas da Geografia cultural, ressaltam ainda que comunidade é o local onde as pessoas compartilham uma cultura comum, onde as pessoas estão em contato direto e diário, sendo que os indivíduos, objetos e idéias circulam mais ou menos livre e continuamente.

Nota-se que as comunidades rurais Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) apresentam características como compadrio, parentesco e amizade, sendo a solidariedade e a reciprocidade frequentes em alguns casos. O sentimento de pertencimento com o território esta presente em seu cotidiano e é um forte aspecto na constituição da identidade dos agricultores familiares. Deve-se considerar, também, as relações de poder e as novas relações impostas pelo sistema capitalista, em que os sujeitos tornaram-se individualistas.

Tem-se cada vez mais a necessidade de revitalizar as comunidades locais, principalmente nas regiões rurais, devido as pessoas verem na agricultura e em seu trabalho cotidiano não apenas um modo de produzir, mas também um modo de viver, renascendo uma forte necessidade de identidade cultural e de pertencimento, o que conduz a uma valorização da particularidade, das diferenciações regionais e étnicas. Nas comunidades rurais, os indivíduos ou o grupo, se identificam por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão sociais, com valores, tradições, sendo passados de geração a geração, reforçando os laços de pertencer a um grupo com o qual se identificam e se reconhecem.

## **4.2 Caracterização e localização das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)**

A área escolhida para a realização da pesquisa foi o município de Catalão, Estado de Goiás. A Microrregião de Catalão integra-se à Mesorregião do Sul Goiano (IBGE, 1990). Está compreendido entre os meridianos de 47°17' e 48°12' Long. W Grt e os paralelos 17°28' e 18° Lat. S, abrangendo uma área de 3.778,6km, correspondendo a 1,11% do território goiano. Em seu contexto socioespacial, o município de Catalão possui quatro povoados: Olhos D'água, Pedra Branca, Cisterna e Cruzeiro dos Martírios e dois distritos: Santo Antônio do Rio Verde e Pires Belo. O município conta com um total de 86.597 habitantes, sendo que 81.020 dos habitantes residem na zona urbana, o que corresponde a 93,55% da população total, enquanto apenas 5.577 habitantes residem na zona rural, o que corresponde a 6,44% (IBGE - Censo 2007).

A sede do município está localizada em um eixo dinâmico, devido à ampla estrutura de transportes, com destaque para a rodovia BR-050 (acesso a Brasília e São Paulo). As rodovias estaduais e a ferrovia Centro-Atlântica (FCA) são utilizadas para escoamento de minérios e fertilizantes para a fronteira agrícola (Bahia, Mato Grosso e Goiás). A sede do município está distante cerca de 100km de Uberlândia (MG), interligada pela rodovia BR-050, 248km de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, pela rodovia GO-330 e a 305km de Brasília (DF), pela rodovia BR-050 e, ainda, pela GO-352 às cidades de Goiandira e Corumbáiba.

A sede do município conta com um aeroporto para aviões de pequeno e médio porte. Possui o Distrito Mineiro-Industrial de Catalão (DIMIC), com empresas mineradoras de beneficiamento e processamento de nióbio (Fosfertil e Copebras S.A) e fosfato (Mineração Catalão - Grupo Anglo American). Com duas montadoras, John Deere (Cameco do Brasil), montadora de colheitadeiras de algodão e cana e a Mitsubishi Motores Corporation, montadora de veículos automotores.

Apresenta duas instituições de ensino superior, o Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás (CAC/UFG) e o Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC). O município conta, também, com duas escolas profissionalizantes, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Quanto à saúde, a cidade de Catalão possui: a) a Santa Casa de Misericórdia, que atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por convênios e consultas particulares; b) a Unidade de Urgência e Emergência da Santa Casa de Misericórdia de Catalão; c) dois hospitais particulares o Hospital Nars Faiad e o Hospital São Nicolau; e d) o Hospital Materno Infantil. Conta, ainda, com os postos de saúde: a) Posto de Saúde Castelo Branco; b) Posto de Saúde Dr. Édson Faiad; c) Posto de Saúde Dr. Paulo Alviano; d) Posto de Saúde Pontal Norte; e) Posto de Saúde Santo Antônio; f) Posto de Saúde São João; e g) Posto de Saúde Setor Universitário.

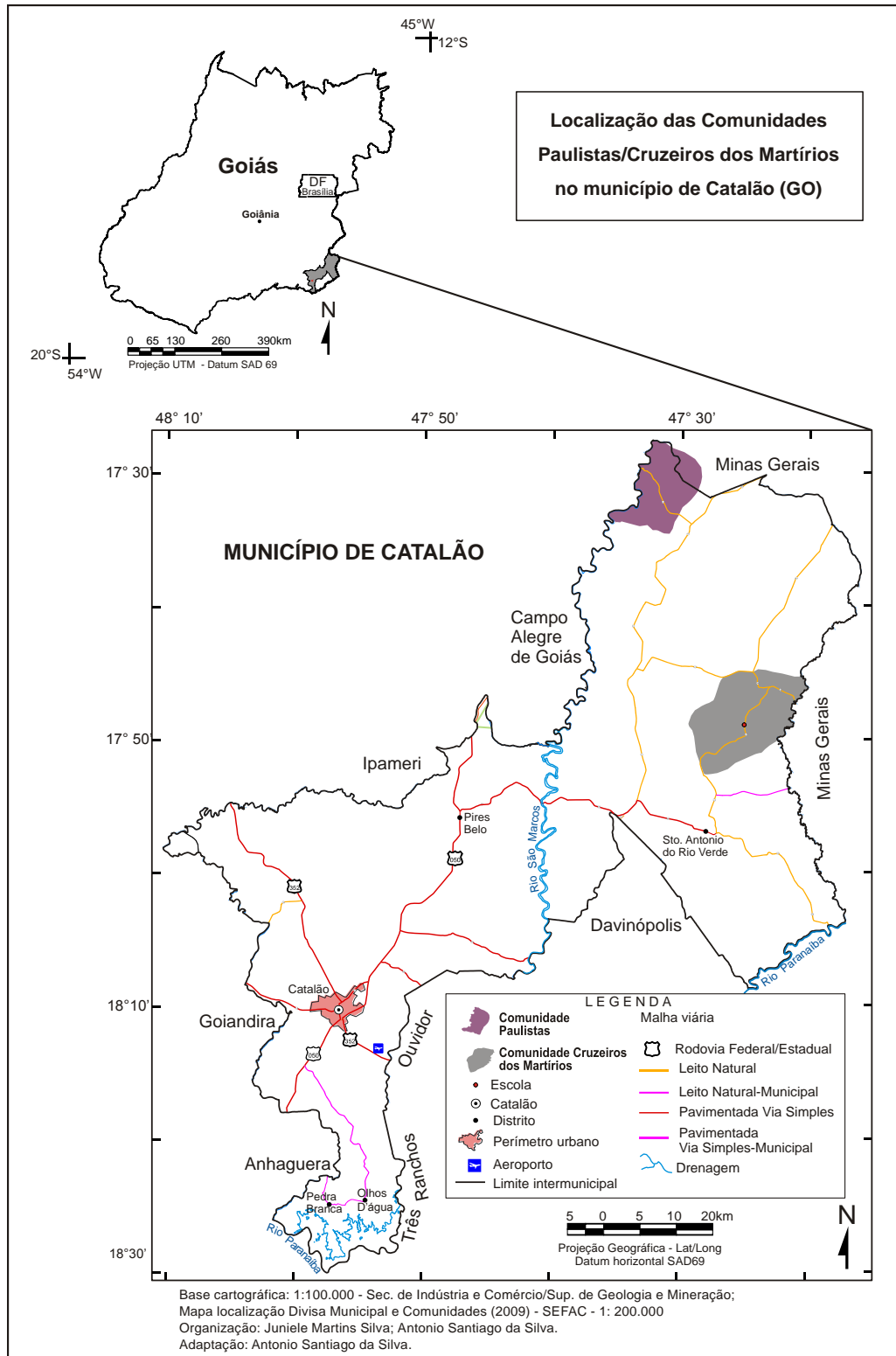
A comunidade Cruzeiro dos Martírios fica localizada na parte Nordeste do município de Catalão (GO), distando aproximadamente 90km da sede municipal e 20km do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde, sendo que o acesso à área se dá pela BR-050, no sentido Catalão (GO) - Brasília (DF) (Figura 1). Segundo informações da Agente Comunitária de Saúde, Sra. Maria Aparecida de Souza Oliveira, a comunidade apresenta 74 sedes/residências e possui aproximadamente 230 pessoas. A comunidade Cruzeiro dos Martírios distancia, aproximadamente, cerca de 50km a comunidade Paulistas.

A comunidade Cruzeiro dos Martírios possui uma Igreja Católica construída em 2001 (Foto 1), possui ainda três Igrejas Evangélicas com as seguintes denominações: a) Igreja Pentecostal Deus é Amor (Foto 2); b) Igreja Metodista; e c) Igreja Mundial, tem também um centro comunitário. Quanto à educação, tem a Escola Municipal Santa Inês que é responsável pela educação desde o primeiro ciclo A até a 2ª Fase do Ensino Fundamental (Foto 3). A comunidade tem uma quadra de esportes, construída por volta de 1987, e coberta em 2005, onde são realizadas as festividades e torneios de futebol (Foto 4) e uma fábrica de farinha de mandioca e polvilho (Foto 5). Possui um telefone público implantado em 2002 e um poço artesiano construído na década de 1990.

A comunidade Paulistas fica localizada na parte Nordeste do município de Catalão (GO), distando aproximadamente 150km da sede municipal, o acesso à comunidade se dá pela BR-050, situa-se a margem direita do rio São Marcos (Figura 1). De acordo, com o Agente Comunitário de Saúde Sr. Murilo Cardoso de Oliveira, a comunidade tem 34 sedes/propriedades, com aproximadamente 60 pessoas.

A comunidade Paulistas tem um Centro Social e de Lazer Viriato Cardoso de Oliveira, construído em 1991 (Foto 6), não possui igreja, quadra de esportes, posto de saúde, cemitério e telefone público. A comunicação é feita por telefone celular, cerca de 55% dos moradores possuem esse serviço. Segundo Sr. M. C. de Oliveira (informação verbal, comunidade Paulistas, Catalão (GO), dez., 2009) cerca de 20 sedes/propriedades possui o

serviço. A comunidade não possui escola, os jovens se deslocam para a comunidade Cruzeiro dos Martírios para fazerem o Ensino Fundamental e para o distrito de Santo Antônio do Rio Verde para concluírem o Ensino Médio.



**Figura 1** - Localização das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, município de Catalão (GO) - 2010. Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio e Superintendência de Geologia e Mineração.



**Foto 1** - Igreja católica: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.



**Foto 2** - Igreja Pentecostal Deus é Amor: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.



**Foto 3** - Escola Municipal Santa Inês: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.



**Foto 4** - Quadra de esportes, comunidade Cruzeiro dos Martírios: Catalão (GO) - 2008. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva (2008).



**Foto 5** - Fábrica de farinha de mandioca e polvilho: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.



**Foto 6** - Centro comunitário: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2009. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.

### **4.3 Procedimentos metodológicos**

Utilizou-se a pesquisa qualitativa, esse método baseia-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos, considera as representações, as crenças, as opiniões, as percepções, as atitudes e valores. Na pesquisa qualitativa há uma relação dinâmica e interdependente entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa. No estudo foi empregada várias técnicas dentre elas: a pesquisa teórica, a pesquisa documental, a observação e a aplicação de roteiros de entrevista.

Na pesquisa teórica foram realizadas leituras contemplando as variáveis trabalhadas no decorrer da pesquisa, dentre elas destacam: a) agricultura familiar, sendo consultados: Abramovay (1992), Lamarche (1993), Tedesco (1999, 2001), Schneider (2003, 2008), Mendes (2005, 2008), Martins Silva (2008); b) modernização da agricultura tendo por base os seguintes autores: Moreira (1999), Graziano da Silva (1999), Mendonça (2004), Estevam (2004); e c) território e identidade territorial considerando autores como Raffestin (1993), Haesbaert (1997, 2004, 2006, 2007), Le Bossé (2004), Fernandes (2006), Hall (2006), Saquet (2007) entre outros. Na pesquisa documental foram considerados dados do IBGE, documentos como o Cadastro da Família da Secretaria Municipal de Catalão, relatórios da FAO/INCRA. Além de trabalhos regionais (Dissertações, Trabalhos de conclusão de cursos e Relatórios PIBIC, PIVIC) que retratam da realidade de comunidades rurais pertencentes ao município de Catalão (GO).

A pesquisa empírica nas comunidades Cruzeiros dos Martírios e Paulistas teve por objetivo identificar a composição familiar e os estabelecimentos, caracterizar as situações sociais dos agricultores familiares (renda, escolaridade, moradia, saúde, saneamento básico), verificar as formas de trabalho nos estabelecimentos e as estratégias de produção, além de averiguar a organização desses nas associações, sindicatos e cooperativas.

#### **4.3.1 Pesquisa teórica e documental**

A pesquisa teórica não deve ser considerada como uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas sim propiciar o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. Tem por objetivo descrever

o estado atual de uma dada área de pesquisa, enfatizando o que já se sabe, quais as principais lacunas e os principais entraves teóricos/metodológicos.

De acordo com Luna (2005), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever o dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. Sobre o assunto, Marconi e Lakatos (2007, p. 17) ressalta que “toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem sucedida de um problema. [...]” A partir dos argumentos dos autores nota-se a relevância da teoria em uma pesquisa, ou seja, a teoria dá subsídios para chegar aos resultados.

Em seguida foram feitos fichamentos, procurando responder a duas questões: de que trata os textos e que diz seus parágrafos, como afirma Antunes (1999), a tarefa conclusiva e essencial do fichamento é a problematização. Sobre o contexto, Weg (2006, p. 8, grifos da autora), “[...] o *fichamento* insere-se no conjunto de gêneros textuais como instrumento de *decodificação* de textos de estudo e *registro organizado* de informações provenientes de uma leitura atenta do material pesquisado.” Desse modo, o fichamento expressa o procedimento de elaboração de um texto organizado com o fim de decodificar e compreender outro texto em estudo. Sendo uma forma organizada de registrar as informações obtidas na leitura de um texto base.

Weg (2006) ressalta, ainda, que fichar é o ato de selecionar, organizar e registrar informações, a partir da leitura do texto-fonte, de forma a construir uma documentação que: a) atenda aos objetivos do leitor ao fazer a leitura; b) remeta ao texto-base; c) possa ser consultada posteriormente; e d) aponte para a elaboração de um texto posterior.

Na pesquisa foi realizada a pesquisa documental. São considerados documentos registros escritos que possam ser usados como fonte de informação. Podem ser anuários estatísticos e censos, legislação, atas de reunião, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres entre outros. Os documentos podem dizer muito sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações entre diferentes grupos.

Os dados em documentos foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Agência Catalão) e em seu *site*, sendo levantadas informações sobre o número da população (rural e urbana), o Censo Agropecuário e a pecuária do Estado de Goiás e do município de Catalão (GO). Na Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN) e na Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (SEPIN). Na Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, foram analisados o “Sistema de Informação Básico” - Cadastro da Família, objetivando obter informações sobre as famílias das comunidades Paulistas e Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO), quanto à situação de

moradia e saneamento, doença, meios de comunicação, meios de transporte entre outros.

A pesquisa teórica tem o intuito de conhecer o que existe de escrito sobre a temática e saber quais as principais lacunas. O principal objetivo da pesquisa documental é levantar informações e dados que possibilite a localização e a caracterização do Estado de Goiás, do município de Catalão (GO) e das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO).

#### **4.3.2 Trabalho de campo:** a entrevista e a observação nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)

A partir da revisão literária foi realizado o trabalho de campo, dando ênfase à história das famílias da região, às tradições e, principalmente, à organização e às estratégias de reprodução, destacando elementos, como a) tamanho da propriedade e da família; b) produção; c) comercialização; d) força de trabalho; e) tecnologia; f) assistência técnica; g) financiamento; e h) organização dos produtores.

O trabalho de campo tem papel fundamental, pois através dele foi possível conhecer e compreender a realidade pesquisada. Santos (1999) afirma que o trabalho de campo não deve limitar-se em apenas ouvir as pessoas, ao sentido que elas dão as coisas, ao terminado, nem tampouco ao real como fato realizado e acabado. O empírico deve promover contato, ou seja, é a análise voltada para as tendências de interpretações que os pesquisadores promovem do mundo em movimento dinâmico orientado pelas determinações sociais do seu lugar. O procedimento implica na compreensão do vivido, o qual deriva dos atos práticos que as pessoas, a partir de suas organizações sociais vão construindo no tempo e no espaço.

Como ressaltam Lacoste e Kayser (1985), não basta apenas o trabalho de campo, é preciso também a discussão teórica, sendo assim, é necessário o exercício entre prática e teoria e vice-versa. Assim, teoria e prática devem estar juntas numa pesquisa. Lacoste (1985) propõe, em trabalho que apresenta uma proposta de transformação democrática da relação de pesquisa, que os geógrafos retomem o trabalho de campo com seus alunos, afirmando que:

[...] O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar os problemas somente no quadro local; é

também articula-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolveram sobre extensões muito mais amplas. [...] (LACOSTE, 1985, p. 20).

A realização da pesquisa de campo exige uma revisão de literatura sobre o tema em questão, que servirá para se saber em que estado se encontra atualmente o problema e que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as principais opiniões sobre o assunto. Posteriormente, considerando a natureza da pesquisa, deve-se determinar as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar os resultados. Nessa perspectiva, as técnicas escolhidas para a pesquisa foram: a entrevista e a observação.

A entrevista é um importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia Social, da Política, do Serviço Social, do Jornalismo, das Relações Públicas, da Pesquisa de mercado e outras. De acordo com Marconi e Lakatos (2002), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. Nessa perspectiva, a entrevista caracteriza-se como um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária.

As entrevistas foram semi-estruturadas, seguindo roteiros previamente estabelecidos com perguntas predeterminadas, contendo informações no âmbito social, econômico e cultural. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) ressaltam que nessas entrevistas o pesquisador faz perguntas específicas e predeterminadas, mas deve deixar o entrevistado responder com seus próprios termos.

Gil (1999), Marconi e Lakatos (2002) destacam as principais vantagens da entrevista são: a) possibilita obter dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; b) permite obter dados em profundidade sobre o comportamento humano; c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação, de quantificação e tratamento estatísticos; d) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever; e) possibilita obter um maior número de respostas; f) oferece flexibilidade, uma vez que o entrevistado pode esclarecer o significado das perguntas; g) permite obter dados que não se encontram em fontes documentais e que são relevantes e significativos; e h) possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, a tonalidade da voz e a ênfase nas respostas.

As informações obtidas foram classificadas em factuais e opinativas. Segundo Luna (2000), as informações factuais referem-se a sexo, idade, estado civil, série que cursa, empresa que trabalha, renda, religião e as informações opinativas referem-se as crenças, suposições, valores entre outras.

Nesse sentido, o trabalho de campo foi realizado nas comunidades: Cruzeiro dos Martírios que apresenta 74 sedes/residências e Paulistas que possui, aproximadamente 34 sedes/residências. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios, no município de Catalão (GO), a pesquisa empírica foi realizada em 2011. Sendo aplicados um total de 15 roteiros de entrevista com os produtores rurais da comunidade Cruzeiro dos Martírios, o que representa uma amostra de 20,27%. Na comunidade Paulistas, Catalão (GO) a pesquisa foi realizada em 2010 e 2011, sendo aplicados 11 roteiros de entrevista com os produtores, o que representou uma amostra de 32,35%.

As entrevistas com os moradores mais antigos das comunidades em estudo teve por objetivo obter informações gerais. Mendes (2009), em estudo sobre as técnicas de investigação nos estudos agrários, que enfatiza as entrevistas, os registros de observação e a aplicação de roteiros, expõe que as entrevistas com os moradores mais antigos exploram: a) os comportamentos comuns dos membros das famílias; b) as características de crenças que constituem o modo de vida rural; c) as manifestações de valores e tradições; d) a contribuição desses aspectos para a permanência dessas famílias no campo; e) o resgate da herança cultural e da memória da população por meio da oralidade. Para a autora, mesmo seguindo um roteiro ordenado de questões, são os entrevistados que orientam o ritmo da entrevista, constituindo, assim, um diálogo informal.

Os roteiros de entrevista com os produtores e as esposas, exploram as seguintes informações: a) os fatores internos das unidades de produção; b) superfície; c) composição do núcleo familiar; d) idade dos chefes das famílias/cônjuges/filhos; e) formação escolar; f) incorporação das inovações tecnológicas; g) assistência técnica; h) capacidade financeira; i) gerenciamento/administração; j) inserção aos mercados; k) desenvolvimento de projetos de fomento e apoio na região (órgãos de pesquisa, organizações); l) acesso ao crédito; m) proximidade intensidade de mercado; n) competências exercidas; o) estratégias de reprodução: emprego e renda agrícola e não-agrícola dos membros da família; p) formas de acesso à terra (proprietário, parceiro, arrendatário, concessão de uso); q) força de trabalho potencial; r) principais condicionantes de distribuição de renda das famílias rurais; e s) existência, importância e/ou perspectivas das Associações nas comunidades (MENDES, 2009). Foram considerados, ainda, os aspectos culturais como: a) tradições e crenças; b)

culinária; c) vestuário; d) festividades; e) laços consanguíneos, amizade e vizinhança entre outros.

Para Marangoni (2005), as entrevistas são indispensáveis para obtenção direta de informações essencialmente qualitativas, embora possam fornecer também informações de caráter quantitativo. A entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.

Na realização de entrevistas, mais que na aplicação de questionários, a forma de abordagem e a linguagem utilizada, a habilidade do entrevistador, o conhecimento prévio sobre o assunto em pauta, o conjunto de informações sobre o entrevistado, podem significar desde o mais desejável sucesso ao mais completo fracasso na obtenção das informações desejadas. É maior o risco de direcionamento de respostas ou de assuntos e maior é a dose de paciência necessária para retomar o curso da entrevista, quando o entrevistado deriva por recordações e considerações não diretamente ligadas ao interesse do pesquisador. Até mesmo o modo de vestir-se e comportar-se pode comprometer o resultado potencial de uma entrevista.

Outra técnica utilizada foi à observação. Marconi e Lakatos (2002) ressaltam que a observação é um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo. Assim, na pesquisa foi utilizada a observação de fatos e contextos (variável temporal e espacial). Sendo feita, principalmente, nos aspectos socioculturais, em eventos como festividade, novenas, terços entre outros.

A observação caracteriza-se em uma técnica de coleta de dados para conseguir informações, que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Sobre o assunto Marconi e Lakatos (2007) destacam que ela ajuda o pesquisador a identificar e a obter informações a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento, e contribui para o investigador ter um maior contato com a realidade pesquisada.

Triviños (1987) expõe que observar não é simplesmente olhar. Observar é destacar um conjunto (objetos, pessoas e animais) algo específico, prestando atenção em suas características (cor, tamanho entre outros). Para o autor observar um fenômeno social significa, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados e relações, descobrindo seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições e dinamismos de relações.

A observação oferece algumas vantagens, dentre as principais destaca-se: a) possibilita meios diretos e satisfatórios para estudar uma ampla variedade de fenômenos/fatos; b) exige menos do observador do que as outras técnicas; c) permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas; d) depende menos da introspecção ou da reflexão; e) permite a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevistas ou de questionários; f) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; g) permite “checar”, na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para “causar boa impressão”; h) permite identificar comportamentos não-intencionais ou explorar tópicos que os informantes não se sentem á vontade para discutir; e i) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2007).

Concomitante a essas etapas foi feito o registro fotográfico. Para Justiniano (2005), na Geografia, a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar.

A pesquisa de campo teve por objetivo conhecer os aspectos econômicos, socioculturais e organizacionais dos produtores rurais das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO).

**5 ASPECTOS MATERIAIS E IMATERIAIS:**  
as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)



Residência: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO). - 2011. Fonte: Pesquisa de campo. Acerco NEPSA.

## **5 ASPECTOS MATERIAIS E IMATERIAIS:** as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)

A constituição da história das comunidade em estudos, torna-se relevante para que possa compreender a organização desses produtores na construção de seu território. Sendo uma história vivida e narrada por quem vivenciou todos os fatos e acontecimentos, em um universo de vida marcada pelas relações de trabalho, terra e família, com uma cultura carregada pelos eventos próprios que contribuem para a constituição de suas identidades.

Sobre a importância da reconstituição da história, Tedesco (1999), em estudo sobre quatro comunidades rurais no Estado do Rio Grande do Sul, onde a agricultura é de base familiar, afirma que a família é um espaço de memória, ou seja, é a representação, a lembrança e a trajetória dessa reconstrução do passado. Tedesco (1999, p. 74) destaca “mergulhar no passado cultural não significa resgatar fatos, situações mortas ou superadas, mas é a apreensão e a aprendizagem das bases, raízes que, de certa forma, dão suporte a muitos fatos e confrontações da realidade presente na vida cotidiana hoje.”

Nesse sentido, a recriação de certas representações simbólicas e práticas sociais de trabalho, devem proporcionar significados e valorização às suas vidas. O autor, ainda, expõe que o passado cultural é importante, pois define espaços, auto-estimas, reafirmação social, tanto no espaço regional e local, não com a intenção de restauração sociocultural, mas de reencontrar valores que promoveram atitudes, projetos de vida, integrações, o que configura padrões de vida, traumatismos culturais frutos de mudanças significativas no grupo, e altera o mundo da vida e a ordem dos valores existentes. Sobre o assunto, Andrade (2008) observa que:

as lembranças e memórias relacionadas às relações sociais de produção, bem como a religiosidade indicam a manutenção de costumes, que ainda permanecem no mundo vivido das pessoas do lugar e potencializam ajustes e adaptações dos sujeitos sociais aos processos produtivos vividos na modernidade. (ANDRADE, 2008, p. 1999).

Assim, a partir das lembranças e memórias dos moradores mais antigos das comunidades procurou-se conhecer o passado, com o intuito de compreender os aspectos identitárias, o modo de vida, as relações de produção e de trabalho, bem como as preservações e as reinvenções de alguns elementos culturais. Assim, Bustmante (2005), ao analisar a memória e a identidade local em Icapuí (CE), afirma que a identidade de um grupo é

construída a partir de um conjunto de experiência histórica, ao atuar coletivamente, aliado às representações simbólicas que também constroem e/ou adotam.

O Sr. S. M. Pereira (informação verbal, Catalão (GO), mar., 2007) não soube dizer com exatidão quando surgiu a comunidade, o que faz acreditar que foi antes de 1900, mesmo período em que ocorreu o aparecimento de outras comunidades no município de Catalão (GO), quando as primeiras famílias pioneiras chegaram às demais comunidades da região no fim do século XIX, cuja migração foi favorecida pela construção da rede ferroviária.

A origem do nome da comunidade, inicialmente Martírios, foi devido ao Ribeirão e o acréscimo de “Cruzeiro”, deve-se aos Cruzeiros que foram erguidos próximos ao centro comunitário e ao cemitério da comunidade, expressando a fé e a devoção das famílias. Assim, verifica-se o predomínio da religião católica. Conforme Andrade (2008, p. 168) “a manifestação desses aspectos cria sentimentos de pertencimento, fundamentados pelos valores morais ligados à religiosidade católica, construídos ao longo do processo de ocupação do espaço.” O autor, em seu estudo sobre as práticas socioculturais e religiosas, na comunidade Tenda do Moreno, município de Uberlândia (MG), afirma que os cruzeiros podem ser entendidos como símbolos criados a partir das práticas religiosas. No que refere-se a origem da comunidade Paulistas, acredita-se que data desse mesmo período e o nome foi devido ao ribeirão Paulistas.

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios, as famílias mais antigas e tradicionais da região que o Sr. S. M. Pereira (informação verbal, Catalão (GO), mar., 2007) se recorda eram as de Antônio Alves, Pedro de Souza e do Rabelo. O tamanho das famílias variava entre cinco e quinze membros. De acordo com Tedesco (1999), o fato das famílias serem numerosas naquela época deve-se pela necessidade de mão de obra. Com as mudanças técnicas e mecânicas da produção agrícola, além do controle de natalidade e da redefinição do papel da mulher, houve uma acentuada redução do número de filhos. Para o autor tem-se que considerar outros fatores para explicar essa redução no número de filhos, como o problema da propriedade e de sua fragmentação, pois sem propriedade não há condições de reprodução da vida.

O fato das famílias apresentarem número de filhos maior que o de hoje explica o porquê das casas daquela época serem maiores. As habitações rurais eram geralmente grandes, com janelas tradicionais grandes de madeira, o que permitia uma boa ventilação, o piso era de chão batido. As casas eram divididas em sala de visita, quartos, varanda na saída da sala, cozinha e dispensa, sendo que algumas residências apresentavam paiol, que serviam

de depósito para carnes de porco em conserva na manteiga ou para carnes de sol salgada que eram guardadas em caixotes<sup>1</sup> protegidos com palhas secas de milho ou de bananeira. Essas casas eram construídas com adobe<sup>2</sup>, feitos sempre na lua minguante ou depois da lua cheia, pois acreditavam que propiciavam uma melhor qualidade. Nessa época, o Sol e a Lua eram critérios básicos para determinar o período das plantações, criações, retirada da madeira, matanças de animais entre outras práticas.

Algumas construções eram feitas com madeira roliça, geralmente de aroeira, garapa, angico, vinhático, e ipê/aico, a madeira das paredes eram amarradas com o cipó do brejo (timbé) e com embira de óleo, e o telhado era feito com a palha de buriti. A iluminação dessas casas era feita sempre por candeia de ferro ou por lamparina para os mais ricos.

Naquela época o trabalho na propriedade era dividido da seguinte forma: os pais cuidavam do gado, do plantio e do cultivo. As mães eram responsáveis pelas atividades domésticas e outros serviços, como fabricação da farinha de mandioca e do polvilho, moagem da cana e manutenção da hortalíça. Tedesco (1999) enfatiza que o papel do pai é muito importante, pois ele é o responsável pela transmissão do patrimônio, mas hoje esse processo está sendo enfraquecido devido às circunstâncias de bloqueio fundiário e pela atração urbana. Enquanto o trabalho da mulher é fundamental para as estratégias adaptativas internas, pois a combinação do trabalho feminino com o masculino reduz custos familiares na contratação de mão de obra externa. O autor ressalva, ainda, que as mulheres foram educadas e compreendem que é através do trabalho, do esforço e do sacrifício que sua identidade encontra lugar no mundo social.

Os filhos começavam cedo no trabalho, desde os oito anos acompanhavam os pais, já as filhas auxiliavam as mães, ajudando na busca de água, nos regos e córregos, e de lenha. Sobre o trabalho infantil, Andrade (2008) afirma que a dedicação das crianças servia como ferramenta na construção de costumes ligados aos significados do trabalho no modo de vida rural, ou seja, como pressuposto da formação cultural de pessoas honestas, dignas e de boa índole. Sobre o assunto Mendes (2005) expõe:

assim, a transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho. As crianças começam a acompanhar seus pais no trabalho desde cedo. O conhecimento técnico, apreendido no decorrer da formação cultural dos descendentes, é visto como essencial para assegurar a sua própria reprodução. A terra para esse segmento de produtores encerra um conjunto de significados morais, de valores e de possibilidade de reprodução da

---

<sup>1</sup> “[...] Caixa de madeira destinada a embalagem [...]” (FERREIRA, 1988, p. 116).

<sup>2</sup> “Pequeno bloco semelhante ao tijolo, preparado com argila crua, secada ao sol, e que também é feito misturado com palha, para se tornar mais resistente; tijolo cru [...]” (FERREIRA, 1988, p. 17).

estrutura social e o domínio do saber trabalhar permite ao homem a constituição de nova família, revigorando a relação entre trabalho, terra e família. (MENDES, 2005, p. 62).

Havia também os agregados que moravam nas propriedades, trabalhavam por conta própria, cuidavam do gado e cultivavam gêneros alimentícios. A renda da terra era paga com aproximadamente 20% a 30% da produção para o proprietário. Sua jornada de trabalho era elevada, iniciavam as 6h e encerravam as 17h. Andrade (2008) salienta que os agregados, além das relações que mantinham com os proprietários das terras em que moravam, podiam conseguir rendimentos monetários em outras propriedades, quando sua cota de trabalho, instituídas pelos fazendeiros com os quais mantinham vínculos sociais de dependência e subordinação fossem alcançadas. Essa prestação de serviço fora do local de moradia é denominada de empreito.

Na região, a prática da parceria era muito comum. Para Candido (1998), a parceria consiste, quando alguém fornece a terra, ficando com o direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro. Nesse sentido, a parceria ocorre quando alguém cede a propriedade ou parte dela para ser cultivada, repartindo a produção entre dono e parceiro na proporção que estipularem.

Existia também o costume da realização dos mutirões ou demão que eram geralmente aos sábados. Reuniam cerca de 20 a 30 pessoas da região para a realização de alguns serviços, como bater palha, capinar roças e plantios. Havia também o mutirão de mulheres que cuidavam do algodão, escaroçavam, escaudavam, fiavam, teciam e, posteriormente, guardavam a linha, nessa época a maioria das mulheres sabiam costurar, as despesas eram feitas pela família que realizavam o convite. Candido (1998, p. 69) ressalta que “o mutirão não é propriamente um socorro, um ato de salvação ou um movimento piedoso; é antes um gesto de amizade, um motivo para folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola.”

Corroborando com o autor, Andrade (2008) considera o mutirão como sendo a prestação de serviços voluntários por um grupo de moradores vizinhos a algum membro da comunidade que necessitava realizar tarefas em sua propriedade, mas que não podia pagar por isso. Nesse sentido, os produtores que precisavam de ajuda convidavam pessoas do seu convívio social para lhe auxiliarem no trabalho, as quais eram gratificadas com oferta de alimentos e a promoção de uma festa para os membros das famílias participantes.

A traição era outra prática de trabalho solidário muito utilizado na comunidade. Quando percebiam que algum morador precisava de ajuda os parentes, amigos e vizinhos

faziam a surpresa do mutirão e no final realizavam a tradicional festa, as despesas não eram custeadas pela família. Candido (1998, p. 69) pondera que “traição é uma terminologia regional utilizada para significar o caráter de surpresa da demão/mutirão.” Nota-se que na traição o beneficiário dos serviços não efetuava o convite, ele era surpreendido.

Quando recorriam a um dia de serviço para os companheiros da região, o pagamento era realizado em dinheiro ou em forma de trama (toucinho, arroz na palha, rapadura, feijão, milho, sal e café). Um dia de serviço (dependia do tipo do trabalho) correspondia aproximadamente a 1kg de toucinho ou a 6 litros de feijão ou a 4 litros de café em casca ou a 10 litros de arroz ou a 1 rapadura ou a 2-3 litros de sal. Com o passar do tempo houve algumas modificações, o toucinho foi substituído pela manteiga. O pagamento era feito com 1 litro de manteiga que equivalia a 1/2kg de toucinho<sup>3</sup> e o arroz passou de 10 litros para 20 litros. Nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, práticas como o mutirão e a traição não existem mais.

Os produtos para consumo próprio eram guardados em tuias (caixotes feitos com madeira ou de adobes) ou jacas feitos por taboca de bambu, esses recipientes eram usados para guardar o feijão e o arroz. Já a rapadura era empalhada em palha de milho ou de banana e guardada no jirau<sup>4</sup> em cima do fogão a lenha. A carne de porco era guardada na conserva de manteiga. Os produtos que não eram produzidos na propriedade tinham que ser comprados, como, principalmente, o sal, o café, os tecidos, os remédios, as ferramentas e o querosene.

Os produtos para o comércio eram, geralmente, as carnes desossadas, salgada e empalhada na palha de milho e palha de banana e o requeijão. Já o queijo era produzido apenas para consumo próprio devido à rápida perda. Geralmente, a produção excedente era comercializada em Uberaba e Paracatu (MG), o transporte era feito com carro de boi, no qual o tempo gasto para a viagem era de aproximadamente dez dias.

O ensino naquela época era muito precário, os alunos não tinham condições de comprar livros, estudavam com papel amasso e com tinteiro. A educação era multisseriada, com uma mesa grande, alguns quadros negros e com cerca de 15 a 30 alunos de várias idades e séries por sala. O professor tinha que atender aluno por aluno, a carga horária era de 7h por dia com intervalos de 2h. A educação para homens e mulheres era igual, sendo uma educação muito rígida com uso até mesmo da palmatória, porém alguns pais com receio das filhas ficarem “sábias”, não permitiam que elas frequentassem a escola.

<sup>3</sup> “Gordura dos porcos, subjacente à pele, com o respectivo couro.” (FERREIRA, 1988, p. 638).

<sup>4</sup> “Estrado de varas sobre forquilha cravadas no chão usado para guardar panelas, pratos, legumes [...]” (FERREIRA, 1988, p. 376).

Os benzedores exerciam importante papel para os moradores da comunidade Cruzeiro dos Martírios. As famílias acreditavam que com as rezas e com os remédios feitos por eles algumas doenças seriam curadas, pois o acesso aos médicos naquela época era muito difícil. Para Tedesco (1999) benzer significava ter saúde, evitar pragas entre outras.

A construção de uma identidade passa pela consideração de uma herança e pela preservação de um patrimônio sociohistórico, ancorados na capacidade de recordar, preservar e perpetuar um passado que faz parte de um sentimento identitário, este último encontra um local de expressão privilegiada nos “lugares de memória”. Essas práticas são parte integrante de uma territorialidade simbólica pela qual os grupos afirmam e reivindicam sua identidade cultural e política em relação com o seu lugar próprio.

### **5.1 As bases subjetivas e objetivas na constituição das identidades**

Nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, dentre os aspectos culturais mais significativos, destaca-se a religiosidade. A religiosidade em suas várias manifestações deve ser considerada como uma das dimensões construtoras de identidade. Dentre as manifestações da religiosidade popular nessas comunidades pode-se destacar a forte devoção aos santos católicos e a reunião dos moradores em momentos específicos para celebrarem seus padroeiros, transformando-se em eventos como os terços e as festas.

As expressões da religiosidade fazem parte do cotidiano dos moradores das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, pois envolvem além da crença, um conjunto de práticas comportamentais. Nota-se que os moradores católicos das comunidades têm como ponto crucial o culto aos santos, mesmo sendo cultuados de formas e manifestações diferenciadas. Para os agricultores familiares os santos são figuras de relevância dentro do universo das devoções.

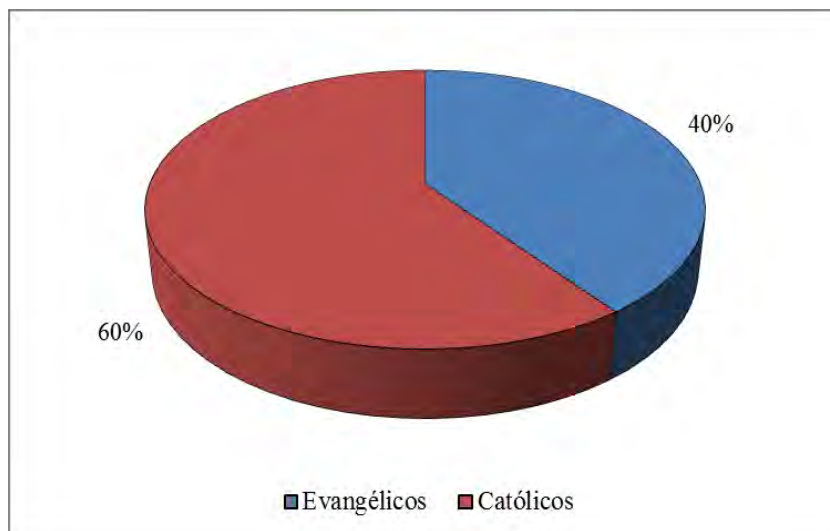
Até a década de 1990 os moradores da comunidade Cruzeiro dos Martírios eram todos católicos, o que explicava a organização das tradicionais festas religiosas no decorrer do ano. As famílias organizavam as festas em homenagem aos Santos Reis (06 de janeiro), São Sebastião (20 de janeiro), Santo Antônio (13 de junho), São João (24 de junho) e Nossa Senhora da Abadia (15 de agosto). Essas festividades permitiam aos moradores a oportunidade de se reunirem e rezarem o terço (reza típica da religião Católica, que é composto pelas seguintes orações: Credo, Pai-Nosso, Ave-Marias, Glória, 1º e 2º Mistérios e

Salve Rainha) para os santos e se divertirem juntamente com parentes e amigos da região.

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios o santo mais festejado é São Sebastião, sendo o padroeiro da mesma. Venâncio (2008), em estudo sobre a importância política, econômica e cultural da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO) a partir da leitura do território, destaca que a devoção ao santo nas comunidades rurais é justificada pela sua representatividade na luta contra a peste, a fome e a guerra. Assim, todos os criadores de gado e produtores de alimentos entregam sua produção à proteção de São Sebastião.

Nota-se, que na comunidade Cruzeiro dos Martírios, as festas vêm acontecendo com menos expressão, provavelmente um dos fatores responsáveis foi a expansão de Igrejas Evangélicas, a partir da década de 1990: a) Igreja Metodista, sendo implantada há cerca de 15 anos; b) Igreja Pentecostal Deus é Amor, tendo aproximadamente 10 anos; e c) Igreja Mundial há cerca de dois anos e está sendo construída a Igreja Evangélica Congregação Cristã.

Cerca de 40% dos moradores da comunidade são evangélicos (Gráfico 1). Houve um aumento no número de moradores evangélicos entre 2008 e 2010. Fato esse observado em Martins Silva (2008), em 2008 o número era de 37%. Na comunidade Paulistas predomina a religião católica, as 11 famílias entrevistadas afirmaram ser católicas.



**Gráfico 1** - Produtores evangélicos: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo (2011). Martins Silva.

Outro fator cultural de relevância, na história da comunidade Cruzeiro dos Martírios, são as tradicionais e conhecidas “rezas dos Martírios”, que são terços em intenção a São Sebastião realizados no primeiro domingo de cada mês. Até a década de 1990 havia a

participação de quase todas as pessoas da comunidade e algumas de outras regiões. Nestes encontros eram feitas rezas (terços cantados). Havia a degustação de doces (de leite e de mamão), em média cerca de seis latas de doces (120 litros). Os doces eram feitos pelas famílias responsáveis pelo terço e, posteriormente, eram distribuídos os ramalhetes de flores, um para o homem e outro para a mulher que iriam realizar o próximo terço. Essas rezas contavam com a participação de 150 a 200 pessoas.

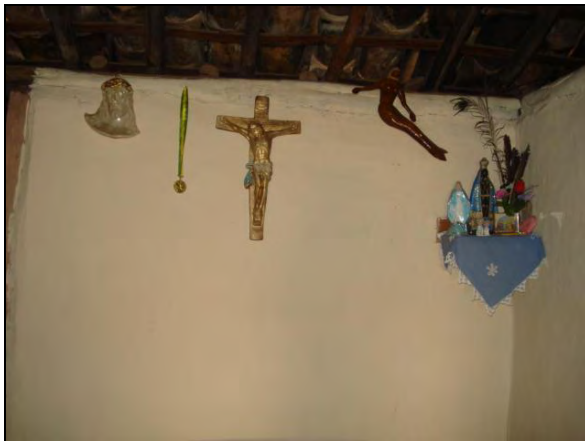
Atualmente, na comunidade Martírios esses terços reúnem poucas pessoas. Outra dificuldade é em relação aos rezadores, alguns tornaram-se evangélicos, outros faleceram e alguns mudaram para a cidade, principalmente, para Catalão. Hoje os terços são realizados por mulheres que buscam preservar essa tradição. Nota-se que os jovens não se interessam em dar continuidade aos terços. Nos dias de rezas, são realizados torneios de futebol no campo em frente à igreja, o que contribui para atrair atenção dos jovens, filhos dos produtores. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios esses terços são realizados no centro comunitário.

Na comunidade Paulistas ocorrem também os terços uma vez no mês, esses terços são realizados nas casas dos moradores, após os terços são servidos refeições (galinhadas), salgados ou doces. Na comunidade, o terço é em homenagem a São João Batista padroeiro da comunidade.

Nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas é muito comum a devoção aos santos, justificando as manifestações religiosas, dentre elas as festas religiosas e os terços. Na maioria das residências da comunidade Paulistas possui uma imagem de santo do lado direito da parede da sala. Para os moradores essa prática é uma das principais tradições da comunidade (Foto 7, 8). Nota-se que as pessoas possuem uma base objetiva e concreta dessa prática, representando tanto uma dimensão imaterial e material que vem sendo passado de geração a geração.

Para Tedesco (1999), os santos fazem parte do cotidiano não só religioso, mas também à morte, às plantações, às curas, aos castigos, às benesses, à vida afetiva e social. As pessoas buscam nos santos a solução de dificuldades do cotidiano, marcando presença na vida dos produtores, bem como na coesão social e na normatividade familiar.

Os santos são considerados como divindades que protegem os sujeitos e a comunidade contra os males. A promessa é a relação mutua entre os indivíduos e os santos. Cumprindo a promessa, acreditam que o santo fará o mesmo retribuindo-lhe com o benefício do pedido. Observa-se, que os símbolos e signos que compõem uma identidade não são construções totalmente eventuais, pois quase sempre mantêm determinados vínculos com a realidade concreta.



**Foto 7** - Altar em homenagem aos santos: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo (2010). Acervo NEPSA.



**Foto 8** - Altar em homenagens aos santos: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo (2010). Acervo NEPSA.

As festas são expressões religiosas importantes para os moradores das comunidades. As festas religiosas, como fenômeno cultural, têm sido redescobertas e revitalizadas como um campo fértil de investigação histórica, transcendendo sua visibilidade e revelando crenças e vivências demarcadas por um tempo e uma identidade coletiva. É um momento de celebração da vida, o rompimento do ritmo monótono do cotidiano, o que permite ao sujeito experimentar afetos e emoções. Caracterizam-se como um momento do cotidiano marcado pelas intensidades e complexidades das relações ali expressas através de símbolos e ritos peculiares.

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios acontece a festa de Santos Reis “Folia de Reis” (Foto 9, 10, 11, 12). Normalmente a “Folia de Reis” ocorre no mês de janeiro, pois o dia de Santos Reis é dia 6. No entanto, na comunidade Cruzeiro dos Martírios essa festa acontece no mês de abril após o término da Quaresma.

Para Pinto e Andrade (2009), a Folia de Reis vivência o retorno há um tempo e um ambiente sacralizado, ou seja, a representação da viagem dos três reis magos (Melquior, Baltasar e Gaspar) até o menino Jesus, apresentada pela Igreja Católica. Nos dias de festa, os foliões percorrem todas as casas em que são recebidos, geralmente pelas famílias católicas. A chegada dos foliões as casas representam a chegada dos três Reis Magos a gruta de Belém, onde Jesus nasceu. Essa festa caracteriza-se como um ritual católico em que os indivíduos manifestam sua fé e sua devoção.

De acordo com Rosa (2005), que estudou a Folia de Reis em Catalão (GO), essa festa baseia-se em um ritual de dar, receber e retribuir, pois quando os foliões são recebidos eles se apresentam, em seguida os donos das casas doam algo. Os foliões recebem o que foi

doado e agradecem, abençoando os donos com bênçãos pedidas aos Três Reis Santos.



**Foto 9** - Visita dos foliões em residência: comunidade Cruzeiro dos Martírios: Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Silva.



**Foto 10** - Chegada dos foliões na quadra de esportes: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Silva.



**Foto 11** - Chegada dos foliões em um dos arcos, que representa um dos reis: comunidade Cruzeiros dos Martírios, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Silva.



**Foto 12** - Altar em homenagem aos Santos Reis: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Silva.

A festa é carregada de manifestações de símbolos, como a bandeira com a imagem dos Três Reis, ela é sempre carregada na frente do grupo de foliões, não podendo voltar para traz ou cruzar por um lugar que já tenha passado. Os palhaços são outros símbolos importantes nas festas, andam sempre fantasiados e com máscaras.

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios, após percorrerem as casas, os foliões reúnem com outras pessoas na quadra de esporte da comunidade, onde é realizado o último dia de festa que, geralmente é de três dias (de quinta-feira a sábado). Quando chegam a quadra passam por três arcos de bambu, cada um deles homenageia um dos três reis magos, eles significam: a) a chave, b) a estrela e c) a lua. O casal de festeiros representa “o rei e a rainha” que recebem os foliões na quadra. Em seguida recebem a bandeira e rezam o

terço em frente ao altar, juntamente com os foliões e o público.

Já no interior da quadra, rezam um terço em forma de cântico em frente ao altar. Após o fim do terço acontece a coroação dos próximos festeiros que deverão fazer a festa no ano seguinte. A noite acontece o baile.

Na comunidade Paulistas, até a década de 1990 ocorria a festa em homenagem a São João Batista. Os moradores faziam um rancho próximo ao centro comunitário, a festa era de três dias. Nos dois primeiros dias eram feitos os terços e no último dia havia a celebração da missa. Fato que favoreceu para o fim da festa foi o conflito ocorrido entre os moradores (religiosidade popular) e a igreja católica (catolicismo oficial). A festa era realizada pela Associação dos Moradores, que a partir desse período deixou de existir. Na comunidade Paulistas acontece a festa em homenagem a Santo Antônio no mês de junho. Essa festa é realizada em uma das propriedades da Comunidade. De acordo, com os moradores essa comemoração ocorre, a cerca, de oito anos. São feitos fogueiras, terços e são servidos refeição para, aproximadamente, 150 pessoas.

É comum na comunidade Cruzeiro dos Martírios a “Festa da Fogueira de São João” que é realizada no dia 24 de junho. Os festeiros convidam os familiares e amigos, em média 80 a 100 pessoas da comunidade. Para Mendes (2005), essa festa representa para os produtores do município de Catalão uma tradição e eles se sentem na obrigação de mantê-la. Primeiro é rezado o terço, em seguida acende-se a fogueira, levanta-se a bandeira e começam a fazer os “Batizados de Fogueira de São João.” No batizado é preciso um casal para ser os padrinhos e uma pessoa para representante de São João Batista, que representa a criança, é o momento mais importante do culto.

O casal que será padrinho e o representante devem se ajoelhar em frente à fogueira com um prato esmaltado de cor branca, cheio de água e com uma vela acesa no centro. As três pessoas devem rezar um Pai Nosso, uma Ave Maria, uma Santa Maria, o Credo e, por último, uma Salve Rainha. Em seguida, o representante e depois os padrinhos colocam o dedo na água do prato, depois nas cinzas da fogueira e deve fazer o sinal da cruz três vezes na testa da criança, pronunciando o nome do afilhado - eu te batizo em nome do Pai e do Filho, do Espírito Santo e de São João Batista (é a saudação da bênção entre padrinho e afilhado). A água do prato deve ser lançada na água corrente ou no pé do mastro de São João. E, por último, é servida a comida típica dessa data, ao som das sanfonas e violões (MENDES, 2005).

Essas festas religiosas nas comunidades são marcadas, ainda, por procissões. Para Jurkevics (2005), em estudo sobre as práticas religiosas tidas como populares e suas

representações simbólicas do sagrado, em que ressalta as Folias de Reis, da Festa do Divino Espírito Santo e do Círio de Nazaré, expõe que as procissões simbolizam o caminho percorrido pelos devotos em direção ao sagrado. Assim, a procissão é um meio, um instrumento que significa mais que o simples fato de um grupo de pessoas caminharem juntas, e sim representam a caminhada espiritual. As velas simbolizam a luz. Os devotos unem-se, afastando-se dos pecados.

Observa-se que essas festas caracterizam-se como um momento de confraternização entre as pessoas das comunidades, em que pode-se perceber sua cultura e luta pela preservação dessas tradições, é um momento de rezas, promessas, procissões, distribuição de comida e diversão. As festas religiosas nas comunidades rurais revelam a essência da fé e da fraternidade, que mantêm as manifestações religiosas e perpetuam as tradições que constituem o patrimônio cultural.

Venâncio (2008) ressalta que apesar das transformações ocorridas nas festas, essas representam, ainda, um elemento cultural de importância nos laços comunitários, pois na sua realização, as manifestações, como a religiosidade, o lazer e a confraternização dos moradores são mantidas vivas.

Essas festas são fruto do processo histórico por que passam a sociedade, os grupos sociais e as comunidades. Mesmo sendo manifestações de crença no divino e nos santos católicos, tornando-se uma expressão de fé do grupo. Nas comunidades, as tradições e, conseqüentemente, as festas tradicionais vêm sofrendo transformações e/ou adaptações. Pensar a festa é pensar em uma manifestação que se sustenta e se reproduz no cotidiano, um momento significativo de reafirmação, reconstrução e reinvenção. Ritos e tradições foram sendo apropriados e reafirmados em novos contextos.

Assim, nas festas religiosas o simbólico permeia as relações estabelecidas pelos devotos. Esses rituais são realizados há muito tempo, com algumas alterações, acabaram por adaptar certos hábitos, conforme cada região, demonstrando um dinamismo próprio, mas sem abrir mão de sua principal essência a fé, a espontaneidade e o popular.

A festa inscreve-se em um contexto que remonta uma tradição familiar nas comunidades rurais, que tem como finalidade agradecer pelos “dons recebidos de Deus”, agradecer pela colheita e acima de toda e qualquer finalidade, “pagar” uma promessa, representando o sagrado.

No entanto, deve-se analisar o profano vivenciado nessas festas. Aparece, também, um lado profano, ou seja, que não se liga ao sagrado, e até por vezes o contraria. As danças, as bebidas, o lucro que se tem a partir das sobras dos rendimentos. Tudo isso é

tido como profano (ANDRADE; NOGUEIRA; SILVA, 2007).

A festa que se inicia com a parte sagrada, da religiosidade, após o terço, que é o encerramento de toda uma nostalgia, começa a segunda parte da festa que é marcada, com aspectos do profano. Após a parte religiosa, algumas pessoas mergulham em outro universo que é totalmente contrário ao sagrado.

Além das festas religiosas, desde 2007 ocorre a festa dos produtores rurais. Desde o ano de 2007, a “Festa dos Produtores Rurais” vem acontecendo na comunidade Cruzeiro dos Martírios nos mês de junho. Reúne várias pessoas com o intuito de se divertirem, por não ser uma festa religiosa, as missas, os terços e as procissões não fazem parte da festa. A maior tração da festa são as cavalgadas. O principal objetivo destas é a arrecadação de dinheiro (Foto 13, 14, 15, 16). A festa é organizada pela Associação dos Moradores da Comunidade.



**Foto 13** - Chegada da cavalgada na quadra de esportes: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.



**Foto 14** - Chegada da cavalgada na quadra de esportes: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.



**Foto 15** - Desfile dos cavaleiros no campo de futebol: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.



**Foto 16** - Baile da festa dos produtores rurais: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.

Nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas são observadas as relações de amizade, vizinhança, amizade e parentesco. O parentesco na comunidade Paulistas é bastante visível, cerca de 60% dos entrevistados são descendentes da família Viriato. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios é frequente o parentesco, no entanto o grau de parentesco nessa comunidade é mais distante. Quando o parentesco não existe é notório o sentimento de amizade e vizinhança entre os moradores das comunidades.

Nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, a relação de parentesco possui um caráter simbólico de sangue, essa idéia ganha significados simbólicos e práticos, uma vez que o critério de bom ou ruim é algo identificado com o sangue, tendo uma transmissão de identidade, assim as identidades morais e sociais tendem a ser ligadas ao sangue. De acordo, com Tedesco (1999, p. 116), a relação de parentesco “[...] funciona mais como dimensão de consideração, obrigação e reconhecimento e/ou “conhecido” do que por amizade, coleguismo e solidariedade; é um reconhecimento de sangue.” Essa relação é importante nas comunidades rurais do município de Catalão (GO), pois quanto mais forte e viva é essa relação, mais intensos serão os sentimentos de proximidade na atividade comunitária.

Os vizinhos têm um caráter de vida em comum, e se distinguem dos parentes, pelo fato de possuírem solidariedade em contrapartida da obrigação. Os principais gestos de solidariedade são: a auto-ajuda, a prestação de serviços, a troca de dias de serviço, a troca de bens/mercadorias, o empréstimo de produtos entre outros. Tedesco (1999) afirma que essa solidariedade não é algo gratuito e natural, deve ser recíproca. Sobre o assunto, Mendes (2005) ressalta que as famílias quando estabelecem uma organização de vizinhança, criam um sentimento de localidade e identificação.

O compadrio é muito comum nas comunidades rurais do município de Catalão (GO), sendo que os padrinhos de batismo dos filhos são os parentes e os vizinhos. Para Tedesco (1999), a relação de compadrio entre vizinhos é uma forma de aperfeiçoar a solidariedade e a obrigação.

A amizade entre os produtores das comunidades rurais caracteriza-se pelas semelhanças, seja a partir das condições de trabalho, ou do modo de pensar. Assim, aqueles que compartilham uma mesma condição, que participam da mesma fé, reconhecem-se entre si e tendem a ficarem amigos, estão ligados pelos mesmos laços e trabalham em uma mesma obra.

As comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas apresentam uma diversidade quanto a sua gastronomia. Essa diversidade da culinária das comunidades é um reflexo do

Estado de Goiás. Para Barbosa (2008, p. 217), em estudo sobre a gastronomia regional do Estado de Goiás, mostra a diversidade da mesma, “[...] a cultura gastronômica goiana se manifesta por meio da diversidade de cardápios que compõem seus pratos típicos, dos festivais tendo como foco a degustação de comida local, demonstrando a importância cultural que o Estado adquiriu com o ato de comer [...]”

As refeições básicas dos produtores das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas são: o arroz, o feijão, os hortifrutigranjeiros (alface, couve flor, batata doce e/ou inglesa, chuchu, quiabo, abóbora ou moranga produzidas nas hortas das propriedades, muita massa e carne (bovina, suína ou galinha) e, geralmente, farinha de mandioca. No período de outubro a dezembro o pequi, fruto típico do Cerrado faz parte das refeições dos produtores. O pequi pode ser consumido o ano todo se guardado em conserva no óleo.

Em algumas épocas do ano são preparados vários pratos a base de milho verde. A pamonha é feito de milho verde ralado, coado e temperado (de sal ou de açúcar) e depois a massa é espalhada na própria palha do milho verde ou na folha de bananeira, amarrada e colocada num tacho<sup>5</sup> com água quente para cozinhar. A pamonha também pode ser preparada de outras maneiras, frita no óleo quente e também assada na fôrma. Para a preparação das pamonhas são convidadas outras pessoas (vizinhos, parentes e amigos), sendo uma oportunidade de encontro e diversão. Do milho verde faz-se, ainda, o curau (um mingau doce feito da sua fécula) e o angu que é degustado com frango e quiabo.

Na comunidade é muito comum os doces de leite, mamão, figo, laranja, limão, cidra, manga entre outros. A maioria das quitandas<sup>6</sup> são à base de polvilho e queijo, como o pão e o biscoito de queijo.

Nota-se que nas comunidades prevalece uma variedade e fartura de alimentos nas refeições. Para Tedesco (1999), isso se explica, porque a presença de comida farta na mesa significa uma afirmação social, uma apresentação de trabalho. Nesse sentido, “o comer bem não é sinônimo de não estar com fome; é se *abastecer* o suficiente; é mostrar que há alimento. Se há alimento, é porque há trabalho [...]” (TEDESCO, 1999, p. 254, grifo do autor). O autor destaca, ainda, se é necessário trabalhar para comer e comer para trabalhar, a quantidade de alimentos numa refeição é o brinde que comemora as condições de trabalho.

Molina (2001), em estudo sobre comidas e o ato de comer no Estado de Goiás, afirma que a cozinha se reveste de importância, posto que as práticas culinárias, como expressão cultural e comunitária, são vistas como formas identitárias de pertencimento a um

<sup>5</sup> “Vaso de metal ou de barro, largo e de pouca fundura, em geral com asas.” (FERREIRA, 1988, p. 621).

<sup>6</sup> “[...] Biscoitos, bolos e doces expostos em tabuleiro.” (FERREIRA, 1988, p. 546).

grupo. Os hábitos alimentares são elementos importantes na expressão da identidade social dos grupos. Para a autora, a alimentação mais que uma necessidade de ordem biológica (nutrição), é um ato social e cultural. Ao comer, o homem estabelece regras e constrói sistemas alimentares, sofrendo a influência de fatores históricos, culturais, ecológicos, econômicos, além de toda uma rede de representações, simbolismo e rituais.

Nas comunidades do município de Catalão (GO) observa-se que o processo de construção das identidades é temporal, espacial e mutável. As identidades e pertencimentos vêm sendo construídos e (re)construídos ao longo do tempo histórico, pois os modos de vida presentes no lugar se inserem num contexto dinâmico de transformações que interferem nas práticas socioculturais, religiosas e econômicas. A identidade e o pertencimento dos produtores da comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas foram construídos por manifestações religiosas, por laços de amizade, de parentesco e de vizinhança. Mesmo diante de um processo de transformação, as famílias das comunidades asseguram a reprodução do patrimônio sociocultural.

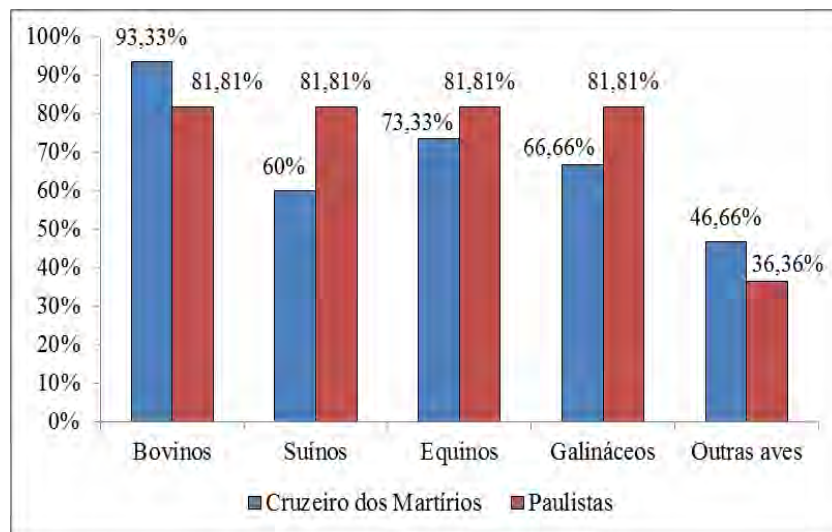
## **5.2 Diversificação produtiva e estratégias de reprodução dos agricultores familiares**

Os agricultores familiares das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas lançam mão de várias estratégias para garantir sua sobrevivência, dentre elas pode-se destacar a produção de frutas, de hortifrutigranjeiros, de milho e de cana-de-açúcar para o consumo familiar e a criação de animais (bovinos, suínos, galináceos), no qual os derivados são comercializados como o queijo, o leite e o excedente de ovos.

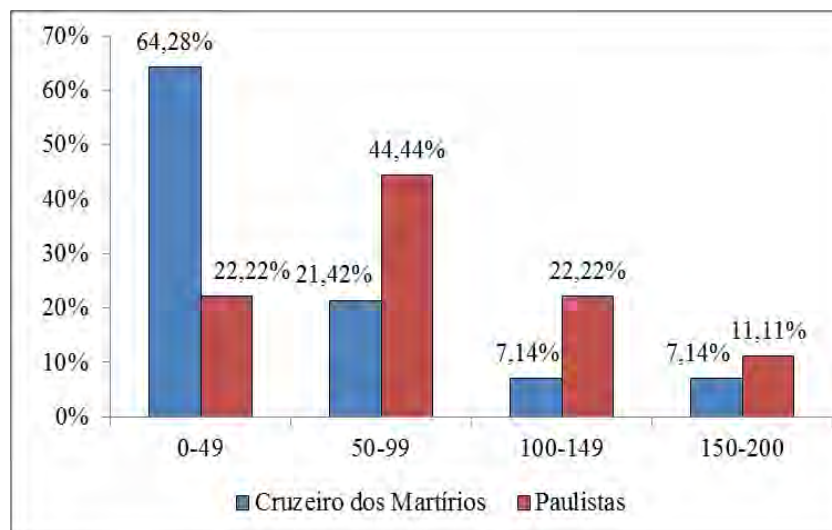
Dentre os principais animais criados pelos agricultores familiares destacam-se, bovinos, suínos, equinos, galináceos e outras aves. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 93,33% dos entrevistados possuem bovinos, 73,33% têm equinos, 66,66% possuem galináceos, 60% criam suínos e 46,66% possuem outras aves. Esse fato é semelhante na comunidade Paulistas, sendo que 81,81% possuem bovinos, suínos, equinos, galináceos e outras aves são criadas por 36,36% (Gráfico 2).

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios os bovinos representam um total 637 cabeças, com uma média de 45,5 cabeças por propriedade. Na comunidade Paulistas o total de cabeças é 760, tendo uma média de 84,44 cabeças por propriedade. Nota-se, que na comunidade Paulistas os produtores possuem quase o dobro de bovinos comparado à outra

comunidade, esse fato é devido o tamanho das propriedades e, conseqüentemente, a disponibilidade de pastos. Como observado na Tabela 10, o tamanho das propriedades da comunidade Paulistas são superiores comparado a comunidade Cruzeiro dos Martírios. A distribuição de bovinos por propriedade pode ser observada no Gráfico 3. A maioria dos produtores 64,28% da comunidade Cruzeiro dos Martírios possui em média 49 cabeças de bovino. Em contrapartida na comunidade Paulistas a maioria dos produtores 77,77% possuem uma média superior a 50 bovinos.



**Gráfico 2** - Produção pecuária: comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).



**Gráfico 3** - Distribuição de cabeças de bovinos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva.

A principal finalidade da produção de bovinos nas comunidades é o leite (Tabela

2). Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 92,85% dos produtores de bovinos produzem leite e na comunidade Paulistas 88,88%. A média de produção de leite na comunidade Cruzeiro dos Martírios é de 118 litros/dia e na comunidade Paulistas é de 62 litros/dia.

Salienta-se que na comunidade Paulistas prevalece um maior índice de criação de bovinos, porém a produção de leite dá-se em menor escala. Esse fato é explicado que mesmo a finalidade principal ser o leite, na comunidade Paulistas alguns produtores (44,44%) conciliam na mesma área, gado de corte, cria e recria.

**Tabela 2** - Principal finalidade dos bovinos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Leite</b>	<b>Cria</b>	<b>Recria</b>
Cruzeiro dos Martírios	92,85	-	7,14
Paulistas	88,88	11,11	-
Média	90,86	5,55	3,57

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Sobre o destino da produção do leite, na comunidade Cruzeiro dos Martírios 46,15% entregam leite, 38,46% fazem queijo e 7,69% conciliam a produção de queijo com a entrega leite e em 7,69% das propriedades o leite é destinado, apenas, para consumo familiar. Na comunidade Paulistas 37,5% dos produtores entregam o leite, 50% produzem queijo e 12,5% o leite é destinado para o consumo familiar.

**Tabela 3** - Destino do leite em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

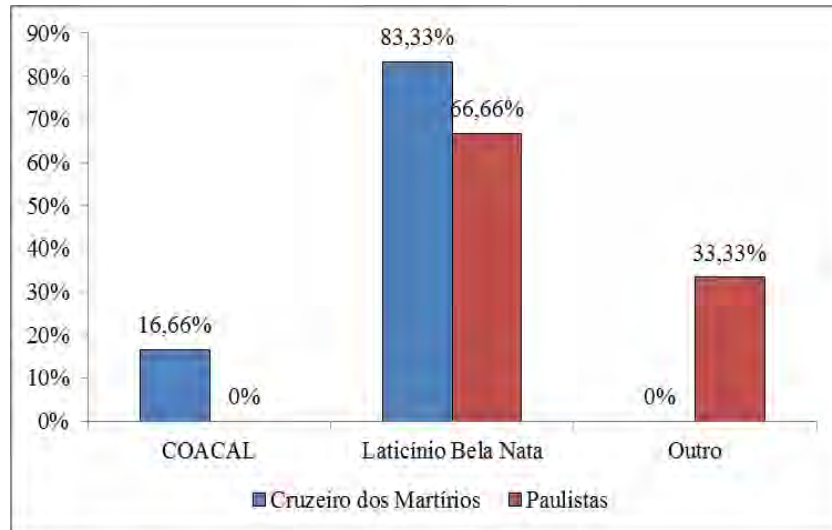
<b>Comunidade</b>	<b>Entrega de leite</b>	<b>Queijo</b>	<b>Entrega e queijo</b>	<b>Consumo familiar</b>
Cruzeiro dos Martírios	46,15	38,46	7,69	7,69
Paulistas	37,5	50	-	12,5
Média	41,82	44,23	3,84	10,09

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Em ambas as comunidades, os queijos são comercializados informalmente para queijeiros que passam semanalmente nas comunidades, a média de preço do kg varia de R\$6,00 a R\$7,00. Segundo informações dos agricultores, o mercado para os queijos de produção tradicional são, principalmente, Brasília (DF) e São Paulo (SP).

A produção de leite nas comunidades é vendido formalmente, especialmente, para o Laticínio Bela Nata (Santo Antônio do Rio Verde). Na comunidade Cruzeiro dos Martírios

83,33% entregam para o Laticínio Bela Nata e 16,66% entregam para a Cooperativa Agropecuária de Catalão (Coacal). Na comunidade Paulistas a maioria da produção do leite 66,66% é entregue para o Laticínio Bela Nata e 33,33 têm outro destino (Gráfico 4).



**Gráfico 4** - Distribuição de cabeças de bovinos em %: comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

A preferência pelo Laticínio Bela Nata é justificada pelo fato que a maioria do leite é entregue cru, assim, devido à proximidade do laticínio há a possibilidade de ser recolhido diariamente. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 71,42% do leite é entregue cru e 28,57% resfriado. Na comunidade Paulistas 66,66% entregam o leite resfriado e 33,33% cru.

Nas comunidades a média de preço do leite cru é de R\$0,59 o litro, já o leite resfriado em média de R\$0,67 centavos o litro, assim a condição de entrega apresenta uma diferença considerável quanto ao valor pago. Vale ressaltar que na comunidade Cruzeiro dos Martírios apenas, 7,69% dos produtores possuem ordenha mecânica e na comunidade Paulista o leite é ordenhado manualmente.

Para Caume (1997), a predominância da produção leiteira entre os produtores familiares de Goiás é uma estratégia produtiva. Esse fato deve-se a um conjunto de fatores tanto estruturais quanto conjunturais, como a dificuldade de ingresso competitivo no mercado de lavoura tecnificada de milho e soja; a disponibilidade de terras de má qualidade; e a expansão de agroindústrias processadoras de leite na região. Assim, os produtos mais comuns para a comercialização são o leite e o queijo.

Devido à falta de disponibilidade das pastagens para os bovinos, 85,71% dos

produtores dos Martírios e 77,77% na Paulistas utilizam rotação de pastagem. Essa estratégia consiste em dividir os pastos, enquanto os animais estão em uma determinada área, a outra recupera, o que garante um melhor rendimento dos bovinos. Outra técnica empregada nas comunidades é a suplementação alimentar com mineral, ração, grãos e produtos agroindustriais, na comunidade Cruzeiro 92,85% dos produtores fazem uso e na Paulistas 88,88% (Tabela 4).

Outra estratégia utilizada pelos produtores nessas comunidades é o aluguel de pastos fora dos estabelecimentos. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 42,85% utilizam pastos alugados, principalmente, no período de seca (maio a setembro). Na comunidade Paulistas 22,22% recorrem ao uso de outras pastagens, mas esses são cedidos.

**Tabela 4** - Uso de rotação de pastagens, suplementação alimentar e uso de outras áreas para pastagens em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Rotação de pastagens</b>	<b>Suplementação alimentar</b>	<b>Uso de outras áreas para pastagens</b>
Cruzeiro dos Martírios	85,71	92,85	42,85
Paulistas	77,77	88,88	22,22
Média	81,74	90,86	65,07

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Nas comunidades em estudo os suínos, galináceos, equinos e outras aves são destinados em grande parte para o consumo familiar. Em ambas as comunidades 77,77% da produção de suínos é, exclusivamente, para o consumo familiar. Quanto aos galináceos, na comunidade Cruzeiro dos Martírios 92,30% da produção é destinada para o consumo familiar e na Paulistas 100%. Todos os equinos e as outras aves são apenas para consumo familiar.

Observa-se, que mesmo a pecuária ser a principal fonte de rendimentos das comunidades, há um consenso entre os produtores que o valor das despesas na compra de medicamentos é alto comparado com os lucros obtidos com a produção. Sendo a média mensal em torno de R\$136,00. Considera-se, ainda, a instabilidade dos preços e a variação na quantidade da produção.

Mas, esses produtores não mudam de atividade, devido à falta de assistência técnica e políticas públicas para investir em outros tipos de projetos agropecuários, além disso, as condições de acesso ao mercado consumidor são desfavoráveis comparados à produção em larga escala. E, para os animais e os derivados já possuem consumidores.

O milho e a cana-de-açúcar nessas comunidades são utilizados, especialmente,

para o trato dos animais. Já a mandioca é utilizada na fabricação de farinha de mandioca e polvilho. O maior índice de produção de mandioca na comunidade Cruzeiro dos Martírios em relação à outra comunidade justifica-se pela existência de uma fábrica com equipamentos destinados para a produção de derivados de mandioca.

Na maioria das residências dos estabelecimentos de ambas às comunidades possuem pomar. O tamanho médio dos pomares variam entre 0,5ha à 1ha. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 93,33% e na Paulistas 81,81% afirmaram produzir algum tipo de fruta. Dentre as principais frutíferas, destaca-se: cítricas (laranjas, limoeiro), goiabeira, abacateiro, mamoeiro, mangueira, bananeira, abacaxi e acerola (Tabela 5). O pequi é outro fruto típico do Cerrado que é bastante comum nas comunidades. Nessas comunidades a produção das frutas é destinada para consumo familiar.

**Tabela 5** - Produção de frutíferas em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Descrição das frutíferas</b>	<b>Cruzeiro dos Martírios</b>	<b>Paulistas</b>	<b>Média</b>
Cítricas (laranjas, limoeiro)	93,33	81,81	87,57
Goiabeira	86,66	90,90	88,78
Abacateiro	60	63,63	61,81
Mamoeiro	86,66	72,72	79,69
Mangueira	100	81,81	90,90
Bananeira	100	63,63	81,81
Abacaxi	26,66	27,27	26,96
Acerola	86,66	81,81	84,23
Pequi	53,33	72,72	63,02

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Em relação aos produtos cultivados na última safra verifica que foram todos destinados ao consumo familiar. Os principais produtos foram: a) o milho que é produzido por 26,66% dos agricultores dos Martírios e por 18,18% dos produtores dos Paulistas; b) a cana-de-açúcar que é cultivada por 73,33% dos entrevistados dos Martírios e por 45,54% dos Paulistas e; c) a mandioca é cultivada por 86,66% dos agricultores dos Martírios e por 54,54% dos Paulistas (Tabela 6).

**Tabela 6** - Produção na última safra em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Milho</b>	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Mandioca</b>
Cruzeiro dos Martírios	26,66	73,33	86,66
Paulistas	18,18	45,54	54,54
Média	22,42	59,39	70,6

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

A produção de hortifrutigranjeiros é, também, diversificada nessas comunidades e contribui expressivamente para os rendimentos dos estabelecimentos. Mesmo esses produtos serem destinados para o consumo familiar, coopera com os rendimentos, pois os agricultores evitam gastos na compra destes. Dentre os hortifrutigranjeiros mais comuns estão, as verduras, a batata doce e/ou inglesa, a cenoura e/ou beterraba, o feijão vagem, o repolho e/ou couve flor, as especiarias, o pepino, o melão, a melancia, o jiló, o chuchu, a abóbora ou moranga e as plantas medicinais (Tabela 7).

**Tabela 7** - Produção de hortifrutigranjeiros em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Descrição dos hortifrutigranjeiros</b>	<b>Cruzeiro dos Martírios</b>	<b>Paulistas</b>	<b>Média</b>
Verduras (alface, rúcula, outros)	53,33	63,63	58,48
Batata doce e/ou inglesa	60	6,66	33,33
Cebola e/ou alho	40	20	30
Cenoura e/ou beterraba	53,33	33,33	43,33
Feijão vagem	33,33	18,18	25,75
Repolho e/ou couve	33,33	45,45	39,39
Especiarias (temperos, chá, pimenta)	73,33	81,81	77,57
Pepino, melão, melancia, jiló	60	36,36	48,18
Chuchu	53,33	45,45	49,39
Abóbora ou moranga	73,33	72,72	73,02
Plantas medicinais	53,33	36,36	44,84

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

A produção nas comunidades é diversificada, como mostra Tabela 8. Dentre os principais produtos destaca-se: ovos, açafrão, polvilho, farinha de mandioca e doces. Nota-se que em ambas as comunidades os excedentes dos produtos são comercializados, exceto os doces que é destinado, exclusivamente, para o consumo familiar. Não há como calcular o total

produzido por ano, a quantidade destinada para o comércio e os rendimentos, pois os produtores não fazem controle dessa produção.

**Tabela 8** - Produção em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Produção</b>	<b>Cruzeiro dos Martírios</b>	<b>Paulistas</b>	<b>Média</b>
Ovos	86,66	81,81	84,23
Mel	13,33	-	6,66
Algodão	13,33	-	6,66
Açafrão	66,66	27,27	46,96
Polvilho	46,66	-	23,33
Farinha de mandioca	46,66	-	23,33
Doces	93,33	54,54	73,93

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

A diversidade da produção é uma característica marcante nas comunidades em estudo. Sobre o assunto Caume (2005) ressalta que a diversificação de atividades pode ser considerada tanto na perspectiva de constituir uma estratégia do produtor no sentido de evitar riscos da especialização (altos custos e preços baixos), adaptando seu sistema aos recursos produtivos de que dispõe, principalmente escassez de terra e capital. E, pela incapacidade objetiva de ter acesso aos capitais necessários à adoção de um sistema especializado orientado para o mercado.

Observa-se que a maioria dos produtos e derivados é destinada para o consumo familiar e, em alguns casos o excedente é comercializado, sendo uma estratégia para aumentar sua fonte de renda e contribuindo para a reprodução do segmento. A produção destinada à satisfação das necessidades do grupo familiar representa um meio efetivo de rendimentos, indispensável a sua reprodução. Observa-se, que a produção de milho, mandioca, frutíferas, hortifrutigranjeiros e a pecuária diversificada e de pequena escala (gado de leite, porcos, galinhas), são atividades predominante nas unidades. Isso demonstra que os produtos que fazem parte da dieta alimentar da família são privilegiados nas estratégias produtivas.

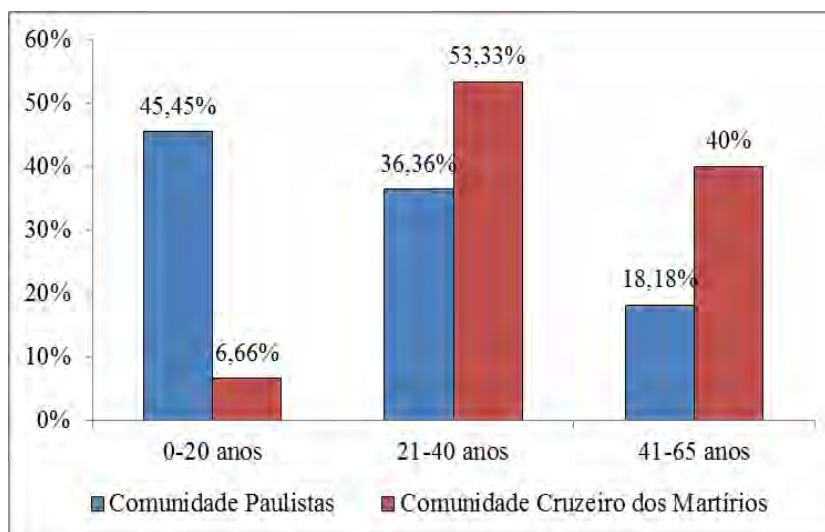
### **5.3 Os estabelecimentos rurais:** estrutura fundiária, formas de acesso e concessão de uso de terras

As comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, no município de Catalão (GO) apresentam média de terras inferior a 160ha, o que de acordo com a FAO/INCRA pode ser considerado como agricultura familiar, pois segundo seus critérios a agricultura familiar deve ter seis módulos fiscais quando se trata de pecuária familiar, como é o caso de ambas as comunidades.

Nota-se, ainda, o sentimento de pertencimento, que pode ser verificado pelo tempo de residência. Outro aspecto que ressalta o aspecto identitário com o estabelecimento é que grande parte das propriedades foram repassadas de geração a geração, sendo que 36,97% das propriedades foram adquiridas por herança e 20,3% foram adquiridas por meio de herança conciliada por compra.

Observa-se, em ambas as comunidades o sentimento de pertencimento com a propriedade. Esse fato é expresso pelo tempo em que residem nas propriedades. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios, o tempo médio de residência, medido pelo tempo em que o chefe da família reside na propriedade, é da ordem de 33 anos e na comunidade Paulistas é de 27 anos.

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 93,33% dos produtores têm mais de 20 anos residindo na propriedade, sendo que 6,66% residem de 0 a 20 anos, 53,33% habitam entre 21 e 40 anos e 40% moram entre 41 e 65 anos. Na comunidade Paulistas 54,54% dos chefes possuem tempo superior a 20 anos na residência, em que 45,45% residem de 0 a 20 anos, 36,36% de 21 a 40 anos e 18,18% de 41 a 65 anos.



**Gráfico 5** - Tempo de residência nas propriedades: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org. Martins Silva (2011).

Quanto ao municípios de origem, a maioria dos chefes de famílias afirmou ser do município de Catalão (GO). Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 73,33% são naturais de Catalão (GO), os outros chefes são: 6,06% de Guarda-mor (MG), 6,06% de Coromandel (MG), 6,06% de Davinópolis (GO) e 6,06% de Rio de Janeiro (RJ)). Já na comunidade Paulistas a percentagem de agricultores de Catalão é menor que na outra comunidade, mais representa a maioria 54,54%, os outros municípios de origem dos entrevistados são 9,09% de Campo Alegre (GO), 9,09% de Davinópolis (GO), 9,09% de Luziânia (GO), 9,09% de Uberlândia (MG) e 9,09% de Cordeirópolis (SP).

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios, a pesquisa empírica considerou que 100% (15 produtores) são proprietários das terras em que produzem. O acesso à propriedade dá-se por meio de herança conciliada com a compra de outra parcela de terras (13,33%). Um percentual maior (46,67%) possui propriedade adquirida por herança. As propriedades adquiridas por compra de particular representam 33,33%, já as propriedades adquiridas por concessão de uso verbal dos pais representam 6,67% (Tabela 9). Existem, na comunidade, casos de famílias que residem em lotes que foram doados na década de 1990 pela Prefeitura Municipal de Catalão (GO), mas que ainda assim produzem para seu consumo familiar.

Na comunidade Paulistas, das 11 propriedades consideradas na pesquisa empírica, 27,27% foram adquiridas por herança, 45,45% por compra de particular e 27,27% conciliada por compra e herança. Na comunidade Paulistas a principal forma de acesso se dá por meio de compra de particular. Já na comunidade Cruzeiro dos Martírios a modalidade mais comum de acesso à propriedade fundiária é a herança paterna.

**Tabela 9** - Formas de acesso à terra em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Herança</b>	<b>Compra e herança</b>	<b>Compra de particular</b>	<b>Concessão de uso</b>
Cruzeiro dos Martírios	46,67	13,33	33,33	6,67
Paulistas	27,27	27,27	45,45	-
Média	36,97	20,3	39,39	3,33

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Para Mendes (2005), as propriedades do município de Catalão (GO) que são provenientes, exclusivamente, de compra apresentam melhores estratégias de produção e rendimentos, enquanto, as propriedades de concessão de uso e as propriedades herdadas apresentam rendimentos menores, provocando o assalariamento temporário do chefe da família e de seus filhos ou mesmo a migração dos filhos, geralmente os mais jovens.

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios existe a concessão de uso, conferidas para os filhos. Com a dificuldade dos filhos em adquirir terras quando se casam faz com que os pais lhes concedam uma parcela de terra para morar e trabalhar, assegurando a permanência de parte dos filhos na propriedade. Caume (2005) ressalta que a concessão de uso pode criar uma situação que comprometa a reprodução dos mesmos através da redução da área disponibilizada para cultivo e, conseqüentemente, a diminuição da renda da família. A concessão de uso, também, pode ser concedida para outras pessoas que não são da família, mas na comunidade esse fato não é verificado. Na comunidade Paulistas não ocorre a concessão de uso.

Colaborando com o assunto Caume (1997), em estudo sobre a realidade dos produtores do Estado de Goiás, destacando os municípios de Formosa, Goiás, Itapuranga, Orizona, Porangatu e Rio Verde, pondera que as propriedades que possuem mais de uma família, geralmente ligadas por laços de parentesco (filhos, filhas e irmãos), pode significar um desejo dos descendentes de se reproduzirem enquanto produtores familiares, mas, ao mesmo tempo constitui um fator de desequilíbrio entre a área disponível para a exploração e o número de pessoas que dela dependem.

A foto 17 mostra uma propriedade na comunidade Cruzeiro dos Martírios, onde o pai concedeu parte da terra para três filhos morarem. Verifica-se que nessa propriedade, o pai é aposentando e os filhos são assalariados permanentes, assim, não dependem exclusivamente da renda provinda da propriedade. Essa propriedade possui 20ha, se o pai e os filhos não

tivessem renda extra propriedade os rendimentos e, conseqüentemente, a reprodução socioeconômica da família estaria comprometida.



**Foto 17** - Concessão de uso de terras: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.

Quanto à estrutura fundiária nota-se certa diferenciação de tamanho entre as unidades familiares das comunidades em estudo. Assim, na comunidade Cruzeiro dos Martírios, a área média das explorações pesquisadas é em torno de 46,33ha, enquanto na comunidade Paulistas essa média é superior (154,45ha) (Tabela 10). Vale ressaltar que em Catalão o módulo fiscal do INCRA é de 40 hectares. Considerando o tamanho das propriedades da comunidade Paulistas, pode-se afirmar que o quadro é favorável para a agricultura familiar em relação às possibilidades de acesso a terra. Mas, deve-se considerar as condições naturais dos solos da região e a falta de políticas públicas (federal, estadual e municipal) e assistência técnica especializada voltada para o segmento, explicando o fato que mesmo dispondo de boa quantidade de terras os resultados econômicos alcançados mostraram-se muitas vezes insuficientes à reprodução das unidades produtivas e por que a terra é utilizada preferencialmente para a exploração da pecuária.

Comparando a estrutura fundiária das comunidades em estudo, nota que a média de terras da comunidade Paulistas é superior em relação à comunidade Cruzeiro dos Martírios. No entanto, esse fato não garante melhores rendimentos, pois a maioria dos produtores (54,54%) afirmou ter renda mensal familiar entre 1 a 2 salários mínimos. Um dos fatores que pode contribuir para esse caso são as condições naturais dos solos da comunidade Paulistas, sendo acidentado.

**Tabela 10** - Estrutura fundiária em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Tamanho das propriedades</b>	<b>Cruzeiro dos Martírios</b>	<b>Paulistas</b>	<b>Média</b>
Até 10 hectares	33,33	-	16,66
11 a 20 hectares	20	-	10
21 a 30 hectares	-	9,09	4,54
31 a 40 hectares	6,66	-	3,33
41 a 50 hectares	13,33	9,09	11,21
51 a 60 hectares	-	9,09	4,54
61 a 70 hectares	-	-	-
71 a 80 hectares	-	-	-
81 a 90 hectares	6,66	-	3,33
91 a 100 hectares	13,33	27,27	20,3
Acima de 100 hectares	6,66	45,45	26,05

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas foi observado o pertencimento com a propriedade em que vivem, pois em ambas as comunidades a maioria dos produtores têm mais de 20 anos nas propriedades. Nas comunidades em estudo as propriedades foram adquiridas, principalmente, por meio de herança, sendo que 36,97% foram adquiridas, exclusivamente, herança e 20,3% conciliadas por herança e compra, demonstrando a predominância nessas comunidades da sucessão hereditária nessas comunidades, reforçando os laços identitários dos produtores com o território. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios constata a modalidade concessão de uso, o que contribui para a sucessão hereditária.

Referente à estrutura fundiária nota-se certa diferenciação, pois 73,32% das propriedades da comunidade Cruzeiro dos Martírios são menores que 50ha, enquanto na comunidade Paulistas 81,81% têm tamanho superior à 50ha, no entanto esse fato não garante melhores rendimentos, como veremos a seguir.

#### **5.4 Caracterização do grupo familiar:** envelhecimento da população, composição das famílias, migração e ‘masculinização’

A agricultura familiar no município de Catalão (GO), tem conseguido se reproduzir e manter seu patrimônio sociocultural mesmo frente às dificuldades, como baixa renda, falta de investimentos creditícios, baixa escolaridade, falta de assistência médica, fragmentação da propriedade, baixa disponibilidade de terras e mão de obra entre outros fatores.

Assim, buscou-se obter informações sobre a composição familiar, as características dos estabelecimentos, as condições sociais dos produtores (renda, escolaridade, acesso a saúde, saneamento básico), as diversidades produtivas e o organização desses nas associações, sindicatos e cooperativas, além de verificar a inserção dos agricultores nas comunidades em que fazem parte. Nesse sentido, procura-se analisar as dificuldades e estratégias dos produtores rurais da comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO).

Em se tratando de estudos relacionados à agricultura familiar é essencial considerar a composição familiar, como forma de compreender a disponibilidade para o trabalho no estabelecimento pois esse se apresenta como uma das principais características do segmento e representa as perspectivas de sucessão hereditária das propriedades. Assim, foram analisados os seguintes dados: o envelhecimento da população, o tamanho médio das famílias, o número de filhos, a migração dos jovens e a ‘masculinização’.

Verifica-se nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas o envelhecimento da população. Nessas comunidades a média de idade dos homens é de 56,83 anos e das mulheres 54,64 anos (Tabela 11). Esse envelhecimento da população do meio rural é consequência das relações com o modo de vida urbano, nota-se que desde os conteúdos dos livros didáticos, o vestuário e a alimentação contribuem para a valorização da cultura urbana. Um outro fator importante sobre o meio urbano é a atração que ele exerce, principalmente, nos jovens que migram para as cidades em busca de emprego e de estudos. Nessa perspectiva, Camarano e Abramovay (1999), ao analisarem o êxodo rural, o envelhecimento e a ‘masculinização’ no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1990, advertem que no fluxo migratório rural está ocorrendo um “rejuvenescimento”, ou seja, a maior saída de jovens.

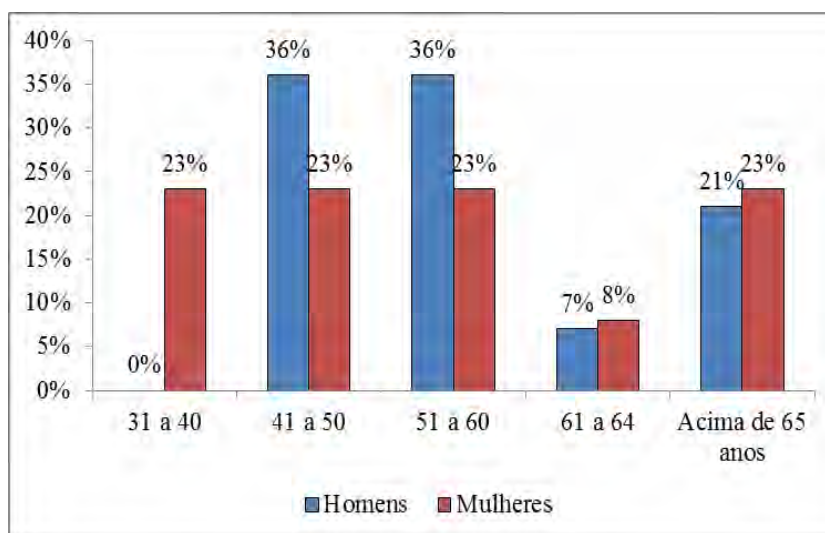
**Tabela 11** - Média de idade dos homens e mulheres: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Comunidade	Idade do homem	Idade mulher
Cruzeiro dos Martírios	56,14	52,53
Paulistas	57,09	56,75
Média	56,83	54,64

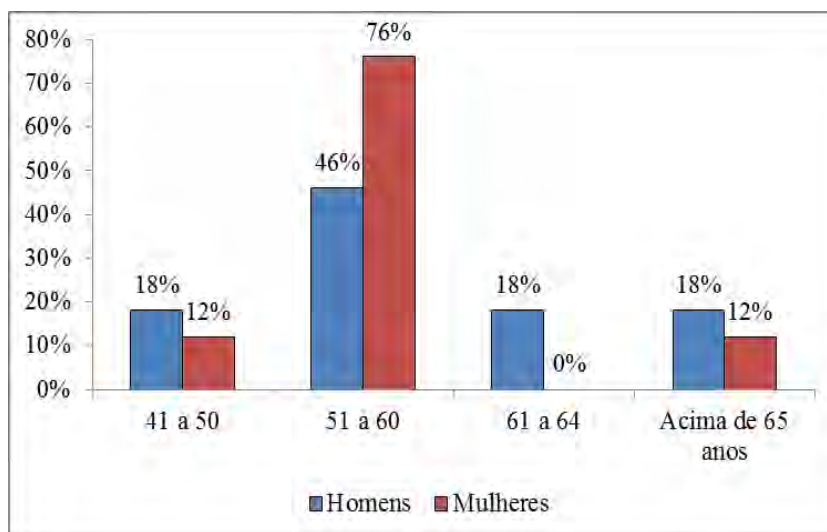
Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

A distribuição da idade dos homens e das mulheres das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas podem ser visualizadas nos gráficos 6 e 7. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios as idades dos homens estão, predominantemente, entre 41 e 60 anos. Sendo que 36% estão entre 41 e 50 anos, 36% entre 51 a 60 anos, cerca de 7% de 61 a 64 e 21% estão acima de 65 anos. Quanto às mulheres 69% estão com idade entre 31 a 60 anos, 8% entre 61 e 64 anos e 23% estão acima de 65 anos.

Na comunidade Paulistas as idades dos homens e das mulheres estão, sobretudo, entre 51 e 60 anos. Nessa comunidade não possui nenhum homem ou mulher com idade inferior a 40 anos. No que se refere aos homens, cerca de 18% estão entre 41 e 50 anos, 46% estão com idade entre 51 e 60 anos, 18% estão entre 61 e 64 anos e 18% acima de 65 anos. Entre as mulheres, 12% têm idade entre 41 e 50 anos, um maior percentual, 76% entre 51 e 60 anos e 12% estão com idade superior a 65 anos.



**Gráfico 6** - Idade média dos chefes e esposas em %: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo (2011). Org.: Martins Silva.



**Gráfico 7** - Idade média dos homens e mulheres em %: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Em ambas as comunidades o tamanho médio das famílias (pessoas) é baixo, na comunidade Cruzeiro dos Martírios é de 2,86 e na Paulistas é de 2,36. Pode-se inferir que a disponibilidade de mão de obra é restrita. Para Caume (2005), esse fato constitui um fator limitante à execução do processo produtivo e às possibilidades de sucesso da exploração. Esse fato pode ser justificado pela redução do número de filhos e pela migração dos filhos para outra área rural ou para cidades. Verificou-se que em muitas propriedades residem apenas o chefe e a esposa.

Um fator relevante que contribui para a diminuição dos jovens no meio rural e, conseqüentemente, nas comunidades estudadas é a queda da fecundidade. Moreira (1998), ao discutir o envelhecimento da população brasileira, enfatiza que uma das mais significativas mudanças demográficas verificadas no Brasil nos últimos decênios do século XXI foi a redução dos níveis de fecundidade nacional, que se dá em todas as classes sociais e regiões do país. A partir desse fenômeno, constata-se o processo de envelhecimento da população, principalmente, no meio rural como verificado anteriormente nas comunidades em estudo.

Nas comunidades em estudo o número médio de filhos por família é de 2,94. A partir da tabela 3 nota-se que a maioria (2,74) dos filhos possui idade superior a 12 anos. Os filhos com idade inferior a 12 anos representam apenas 0,2. Observa-se, ainda, que na comunidade Paulistas não há nenhum filho com idade inferior a 12 anos. Esses dados mostram que existem poucas crianças no meio rural, reforçando o envelhecimento da população.

**Tabela 12** - Média de filhos por família: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Número de filhos</b>	<b>Filhos &lt; 12 anos</b>	<b>Filhos &gt; 12 anos</b>
Cruzeiro dos Martírios	3,53	0,4	3,13
Paulistas	2,36	-	2,36
Média	2,94	0,2	2,74

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Os filhos que possuem menos de 12 anos na comunidade Cruzeiro dos Martírios residem com os pais. Em relação aos filhos acima de 12 anos, aproximadamente, 0,27 moram com os pais nos estabelecimentos, 1,33 residem no meio rural e 1,53 vivem no meio urbano. Na comunidade Paulistas, apenas, 0,09 dos filhos acima de 12 anos residem com os pais, enquanto 2,27 dos filhos residem no meio urbano (Tabela 13). Verifica-se que a migração para as cidades é elevada em ambas as comunidades, representando uma média 1,9. Os jovens procuram as cidades, principalmente, em busca de emprego e estudo. Observa-se que a cidade mais procurada é Catalão (GO)

**Tabela 13** - Local que residem os filhos > 12 anos: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Filhos &gt; 12 anos</b>	<b>Com os pais</b>	<b>Meio rural</b>	<b>Meio urbano</b>
Cruzeiro dos Martírios	3,13	0,27	1,33	1,53
Paulistas	2,36	0,09	-	2,27
Média	2,74	0,18	0,66	1,9

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Com as dificuldades que os jovens encontram quanto ao acesso a terra, há um desestímulo para a continuidade no campo. Abramovay (2001), ao discutir os impasses sociais da sucessão hereditária no oeste de Santa Catarina, destaca que o grande desafio está em estabelecer políticas de acesso à terra que permitam transmitir estas propriedades para aqueles jovens que desejam continuar na profissão de agricultor.

Os jovens desejam uma independência financeira através do trabalho remunerado o que, na maioria das situações, não acontece quando ele trabalha na propriedade com seus pais, além de não conseguirem trabalho fora de seus estabelecimentos. É comum os pais disponibilizam parte da propriedade para os filhos, mas qualquer concessão de terra do pai para o filho compromete a estabilidade da família, devido o tamanho da propriedade. Acrescenta-se a dificuldade de obtenção da terra à falta de conhecimento técnico e o acesso de

políticas públicas para o segmento.

A insuficiência dos serviços de saúde, educação e a falta de lazer são outros fatores decisivos para a migração dos jovens para a cidade. Pois veem na cidade a oportunidade de seguirem e/ou concluírem seus estudos, e conseqüentemente, inserirem no mercado de trabalho com atividade melhor remunerada.

Acredita-se, a partir dos dados obtidos na pesquisa, que a sucessão do patrimônio nessas comunidades está comprometida, porque os filhos frente às dificuldades, não mostram interesse em permanecer nas propriedades. A terra e o patrimônio sociocultural transmitido de geração a geração encontra-se ameaçado, Abramovay et al. (2001) denomina esse fenômeno de “crise de reprodução social”. Tem ocorrido a incorporação das unidades familiares de produção pelas grandes propriedades.

Muitos estabelecimentos, nas comunidades estudadas, poderão não ter sucessor e, assim inviabilizar a continuidade do mesmo. Para Spanevello e Lago (2008), a agricultura familiar é marcada por determinadas características e especificidades que diferem estes agricultores de outras categorias sociais, pois o surgimento de uma nova geração de agricultores acontece no interior dos próprios estabelecimentos através da socialização no trabalho e no modo de vida do meio rural. Nesse sentido, a continuidade dos estabelecimentos familiares depende da permanência dos filhos e da vontade de herdar o patrimônio familiar.

As discussões que tratam da sucessão hereditária dos estabelecimentos rurais, além de sublinhar o envelhecimento da população, a migração, e a falta de políticas públicas realçam, ainda, a ‘masculinização’ da população rural. Para Abramovay (2001, p. 16, grifos do autor), “[...] ao envelhecimento acopla-se, mais recentemente, um severo processo de masculinização da juventude [...]”

Nas comunidades rurais a migração seletiva (maior saída das moças do que rapazes), favorece para a ‘masculinização’ no meio rural, porque o número de homens que permanecem é maior em relação ao de mulheres. Esse processo, conseqüentemente, dificulta a constituição de novas famílias. A tabela 14 aponta o número superior de pessoas do sexo masculino nas comunidades, em que a média é de 55,58%. Enquanto o número de mulheres representa uma média de 44,40%.

**Tabela 14** - População do sexo masculino e feminino em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Número de homens</b>	<b>Numero de mulheres</b>
Cruzeiro dos Martírios	53,48	46,51
Paulistas	57,69	42,30
Média	55,58	44,40

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

No município de Catalão 50,24% da população é do sexo masculino e 49,75% do sexo feminino. Na área rural o índice de homens é 56,18% e de mulheres 43,81%. Em contrapartida, no meio urbano o número de mulheres é superior com uma média de 50,16% e de homens representam 49,83% da população (Tabela 15). Vale lembrar que o município conta com um total de 86,647 habitantes, em que 81.064 residem na área urbana e 5.583 na área rural (SEPIN, 2010).

**Tabela 15** - População do sexo masculino e feminino em %: município de Catalão (GO) - 2010.

<b>Sexo</b>	<b>População total</b>	<b>População urbana</b>	<b>População rural</b>
Masculino	50,24	49,83	56,18
Feminino	49,75	50,16	43,81

Fonte: SEPIN (2010). Org.: Martins Silva (2011).

Camarano e Abramovay (1999) ponderam algumas hipóteses para explicar o processo em que as mulheres migram em maior número que os homens: a) as migrações estão relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano e o predomínio de moças vincula-se à expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residências; b) o caráter seletivo das migrações está ligado a dinâmicas intrafamiliares em que as moças têm uma carga de trabalho pesada no interior das unidades de produção familiar, sem qualquer contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo possa ser valorizada; e c) a melhor formação educacional que as moças recebem, já com vistas a projetos futuros fora da agricultura, estes motivados pela própria família.

Em ambas as comunidades foi verificado o envelhecimento da população, o que favorece o elevado índice (36,05%) de aposentadorias. O envelhecimento da população é decorrente da migração dos jovens para as cidades em busca de emprego e estudo e a queda da fecundidade. Deve-se enfatizar, ainda, a ‘masculinização’ dos jovens, resultante da maior saída de jovens do sexo feminino, o que prejudica a constituição de novas famílias. Nesse

sentido, supõe-se o comprometimento da sucessão hereditária em algumas propriedades.

### 5.5 Condições sociais das explorações familiares: renda familiar, saúde, moradia, benfeitorias e saneamento básico

Os agricultores familiares das comunidades Cruzeiros dos Martírios e Paulistas, no município de Catalão (GO) enfrentam dificuldades como: a) baixos rendimentos, b) baixo nível de instrução, c) pouco conforto em suas residências, d) dificuldades de acesso saúde, e) precariedade quanto ao saneamento básico entre outros. Assim, verifica-se as condições sociais desse grupo, dando ênfase as estratégias para enfrentar essas dificuldades.

Dos 15 produtores pesquisados, na comunidade Cruzeiro dos Martírios, 46,67% afirmaram que sobrevivem exclusivamente dos rendimentos gerados na propriedade (apenas renda agrícola), e 53,33% contam com outro tipo de rendimento (renda não agrícola). Vale ressaltar que mesmo as famílias contando com outros tipos de rendimentos, a propriedade representa fonte de renda principal para um percentual de 86,67%, e fonte de renda secundária para 13,33% (Tabela 16).

Na comunidade Paulistas, 18,19% das famílias asseguraram que a renda é provinda apenas da propriedade (renda agrícola) e 81,81% possuem renda extra propriedade. Nessa comunidade, a propriedade é fonte de renda principal para 63,64%, fonte secundária para 27,27% e não é fonte de renda para apenas 9,09%.

**Tabela 16** - Renda agrícola em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Comunidade	Propriedade		
	Fonte de renda principal	Fonte de renda secundária	Não é fonte de renda
Cruzeiro dos Martírios	86,67	13,33	-
Paulistas	63,64	27,27	9,09
Média	75,15	20,3	4,55

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

A aposentadoria é a fonte de renda não agrícola com maior expressão nas comunidades. Na comunidade Paulistas, a aposentadoria representa 45,45% e na comunidade Cruzeiro dos Martírios 26,66%. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios, dentre as renda não agrícola dos chefes, destacam-se, ainda, o aluguel (13,33%), a bolsa família 6,66% e o

comércio representa 6,66%. Já na comunidade Paulistas destacam os serviços gerais/assalariado com 27,27% e o comércio com 18,18% (Tabela 17). Na comunidade Cruzeiro dos Martírios, o comércio é realizado na própria comunidade, já na comunidade Paulistas os comércios ficam nas cidades de Goiânia (GO) e Uberlândia (MG).

Para Abramovay (2001), a renda não agrícola e as possibilidades de trabalho fora dos estabelecimentos estão associadas muito mais uma situação de precariedade econômica do grupo familiar que de ascensão social. O autor ressalta, ainda, que as atividades não agrícolas são decisivas para o desenvolvimento rural e para a reprodução das famílias no meio rural.

**Tabela 17** - Principais fontes de renda extra propriedade em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Comunidade	Aposentadoria	Aluguel	Comércio	Assalariado	Bolsa família
Cruzeiro dos Martírios	26,66	13,33	6,66	-	6,66
Paulistas	45,45	-	18,18	27,27	-
Média	36,05	6,66	12,42	13,63	3,33

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Nota-se que nas comunidades, a aposentadoria apresenta uma média significativa (36,05%). Um fator favorável para esse fato é o envelhecimento da população. Nessas comunidades a média de idade dos homens é de 56,83 anos e 54,64 anos para as mulheres. A aposentadoria representa para os produtores rurais a oportunidade de uma renda extra que complementa os recursos gerados na propriedade.

Para Tedesco (1999), a aposentadoria nas comunidades rurais é esperada e comemorada, ela remunera fatores de produção na agricultura, melhora a infraestrutura do lar e possibilita o atendimento dos desejos de consumo. A aposentadoria para os produtores rurais não representam o abandono da terra e do trabalho, geralmente as famílias aposentadas continuam na propriedade. A aposentadoria para algumas famílias representa a principal fonte de renda, assim sem ela estariam com dificuldades.

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios foram aplicados 15 roteiros de entrevista, seis (40%) produtores possuem renda entre 1 e 2 salários mínimos, cinco (33,33%) dos produtores rurais entre 2 e 3 salários e três (20%) possuem renda entre 3 e 5 salários. Enquanto um (6,67%) afirmou sobreviver com menos de 1 salário mínimo (Tabela 18).

Na comunidade Paulistas dos 11 produtores entrevistados, seis (54,54%) produtores afirmaram que a renda mensal familiar é entre 1 e 2 salários, um (9,09%) a renda

em salários é entre 2 e 3 salários, e entre 3 e 5 salários um (9,09%) e três (27,27%) apresentam renda mensal familiar superior a 10 salários. O salário mínimo considerado pelos produtores no ano de 2010 foi de R\$510,00 e em 2011 foi de R\$545,00.

Nas comunidades em estudo observa-se que a renda mensal familiar em salários mínimos, contando a renda provinda da propriedade e outras atividades, tem uma média mais expressiva (47,27%) no que refere-se a variação entre 1 e 2 salários mínimos.

**Tabela 18** - Renda mensal familiar em salários mínimos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Renda aproximada mensal</b>	<b>Cruzeiro dos Martírios</b>	<b>Paulistas</b>	<b>Média</b>
Menos de 1 salário mínimo	6,67	-	3,33
entre 1 e 2 salários	40	54,54	47,27
mais de 2 até 3 salários	33,33	9,09	21,21
mais de 3 até 5 salários	20	9,09	14,54
mais 5 até 10 salários	-	-	-
mais de 10 salários	-	27,27%	13,63

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Vale ressaltar que os dados referentes aos rendimentos não são confiáveis, pois os entrevistados pareciam ter dúvidas dos ganhos e/ou não queriam declarar com exatidão esta informação. Deve-se, ainda, considerar a oscilação dos rendimentos em função da instabilidade dos preços e de mercado para os produtos agrícolas.

Uma das mudanças mais significativas na comunidade Cruzeiro dos Martírios, contribuindo para melhorar os rendimentos, deu-se a partir do período de 1980, sobre a renda da terra através da expansão da prática do arrendamento. Aproximadamente 40% dos produtores arrendam parte de suas terras para os produtores que vieram, principalmente, do Sudeste (São Paulo). Na comunidade Paulistas, apenas, 9,09% dos entrevistados arrendam parte de suas terras. Em ambas as comunidades a soja é a principal atividade do arrendamento.

Nas comunidades em estudo o valor pago varia de cinco a oito sacos de soja por hectare. Em ambas as comunidades os produtores afirmaram possuir contrato formal de arrendamento, mas nenhum é averbado na escritura. Segundo informações dos entrevistados, nos contratos de arrendamento não possuem nenhuma cláusula que prevê a reforma de alguma benfeitoria do estabelecimento.

Para Candido (1998), muitas vezes as propriedades possuem partes consideráveis

sem serem exploradas tecnicamente e economicamente, obtendo rendimentos “mediócras”, assim os produtores acabam por recorrerem ao arrendamento ou a parceria. O arrendamento baseia-se na concessão de terra, ou parte dela pelos proprietários, em que os usuários têm o direito de explorá-la e o pagamento aos donos é realizado em espécie referente ao percentual da produção.

Verifica-se que em ambas as comunidades a maioria (50,60%) dos produtores obtém renda de até dois salários mínimos, justificando a diversidade produtiva, como ponderado na próxima subseção. Outra estratégia utilizada pelos produtores dessas comunidades é a renda extra agrícola, cerca de 72,09% dos entrevistados contam com algum rendimento que não é provindo da propriedade, destaca-se principalmente a aposentadoria, entre os outros estão o comércio, o serviço assalariado, o aluguel e a bolsa família, observa-se que esses rendimentos são fundamentais para a reprodução socioeconômica desse segmento. Destaca-se, também, o arrendamento de parte das terras, principalmente, na comunidade Cruzeiro dos Martírios, em que 40% dos entrevistados utilizam essa prática.

Quanto à instrução, nota-se, que em ambas as comunidades a maioria (65,15%) dos produtores tiveram oportunidade de fazerem a 1ª Fase do Ensino Fundamental. O grau de escolaridade na comunidade Cruzeiro dos Martírios é considerado baixo. Na comunidade não havia escolas da rede pública de ensino no campo, os proprietários com melhores condições financeiras contratavam professores particulares da cidade que passavam a morar na propriedade temporariamente até que os filhos fossem alfabetizados. Segundo o Sr. S. M. Pereira (informação verbal, Catalão (GO), mar., 2007) somente partir da década de 1930 foi criada a escola primária multisseriada (da alfabetização à 4ª série do Ensino Fundamental - antigo primário), explicando o elevado percentual (66,67%) de produtores com apenas o “Ensino Primário”.

Na década de 1990 foi estendido para a Escola Municipal Santa Inês, na comunidade Cruzeiro dos Martírios, o ensino correspondente a Segunda Fase do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), apenas, 13,33% dos produtores concluíram o Ensino Fundamental. O Ensino Médio é ofertado no Colégio Estadual Gilberto Arruda Falcão, no distrito de Santo Antônio do Rio Verde, localizado a 25km da comunidade, o que pode justificar a inexistência dessa escolaridade entre os produtores. Nessa comunidade observa-se, ainda, o índice de 20% de pessoas analfabetas.

Na comunidade Paulistas dos 11 entrevistados, nenhum afirmou ser analfabeto, a maioria dos entrevistados (63,63%) possui apenas a 1ª Fase do Ensino Fundamental. Fato esse explicado pela existência da Escola Municipal Viriato Cardoso, essa escola era multisseriada

e foi desativada em 1994. A partir desse período, os alunos passaram a ser transportados para a Escola Municipal Santa Inês (Escola Nucleada), localizada na comunidade Cruzeiro dos Martírios. Os entrevistados que possuem o Ensino Médio foram feitos em outras cidades.

A partir dos dados apresentados, pode-se verificar a baixa escolaridade dos pesquisados nas comunidades. Dentre os fatores que contribuíram para esse fato destacam: a) a precariedade da oferta de ensino, pois até a década de 1990, as escolas eram multisseriadas; b) a localização das escolas, distando de algumas propriedades; e c) a falta de transporte público, pois somente a partir da década de 1990, a Prefeitura Municipal de Catalão passou a oferecer transporte escolar.

**Tabela 19** - Escolaridade dos produtores em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Comunidade	Analfabetos	1ª Fase Ensino Fundamental	2ª Fase Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Cruzeiro dos Martírios	20	66,67	13,33	-	-
Paulistas	-	63,63	27,28	9,09	-
Média	10	65,15	20,30	4,54	-

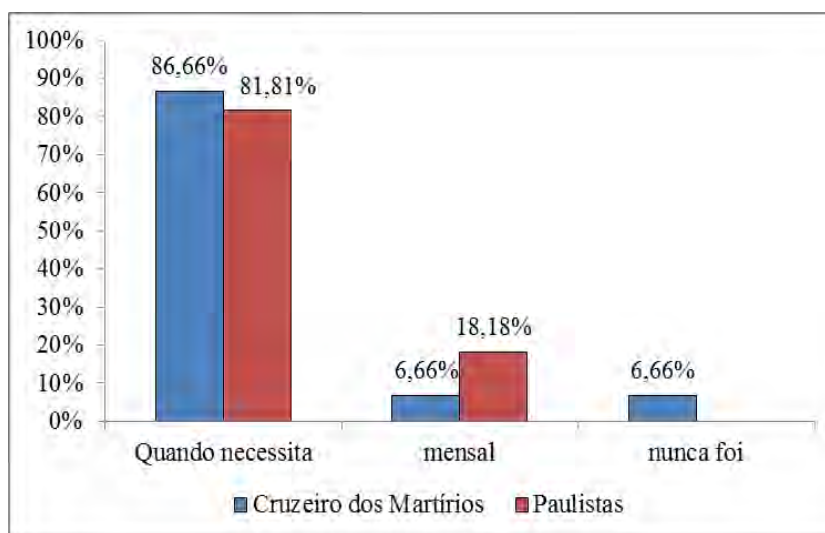
Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Quanto à saúde, as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas não possuem posto de atendimento médico. Somente a partir de 2000, que a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão disponibilizou os Agentes Comunitários de Saúde para essas comunidades rurais. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 100% dos entrevistados afirmaram ser contemplados com esse serviço. Já na comunidade Paulistas 81,81% contam o serviço.

Os agentes de saúde avaliam as condições de saúde, principalmente, dos idosos, gestantes e pessoas com hipertensão arterial. Segundo os entrevistados os agentes aferem a pressão arterial, orientam sobre alimentação, repassam informações quanto à prevenção de doenças como a dengue e fazem vistorias nos quintais. Outra função importante, ressaltada pelos moradores das comunidades, são os encaminhamentos, assim, quando necessário os agentes de saúde encaminham os moradores para consultas e exames nos Postos de Saúde e Hospitais da cidade de Catalão (GO).

A maioria (86,66%) dos produtores rurais das comunidades Cruzeiro dos Martírios utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS) e apenas 13,34% contam com algum plano de saúde. Essa situação difere da comunidade Paulistas, pois 63,63% dos produtores possuem plano de saúde.

Dos entrevistados nas comunidades observa-se que a maioria recorre ao médico somente quando necessitam. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 86,66% vão quando necessitam, 6,66% mensal e 6,66% nunca procurou atendimento médico. Na comunidade Paulistas 81,81% recorrem ao médico, apenas, em caso de necessidade e 18,18% vão mensalmente (Gráfico 8).



**Gráfico 8** - Frequência que os moradores frequentam o médico em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Em caso de doença os primeiros atendimentos na comunidade Cruzeiro dos Martírios são realizados por meio de medicação caseira 46,66%, 40% recorrem ao hospital e 13,32% dos produtores utilizam outras alternativas. Na comunidade Paulistas 63,63% preferem o hospital, apenas 18,18% priorizam a medicação caseira, 18,18% fazem uso de outro tipo de atendimento.

**Tabela 20** - Primeiros atendimentos em caso de doenças dos produtores em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Comunidade	Hospital	Medicação caseira	Outros atendimentos
Cruzeiro dos Martírios	40	46,66	13,32
Paulistas	63,63	18,18	18,18
Média	51,81	32,42	15,75

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Quanto às condições de moradia, verifica-se certa diferenciação entre as residências dos agricultores familiares, conforme afirma Mendes (2005) ao estudar o

município de Catalão. Muitos dos produtores não têm condições ou não se preocupam com o conforto de uma construção habitacional mais moderna. Várias residências Cruzeiros dos Martírios e Paulistas encontram-se em estado precário de conservação, considerando os seguintes quesitos: paredes de adobe com reboco solto e sem pintura, telhados danificados e pisos rústicos (piso batido ou cimentado grosso). Outras representam construções mais modernas (casas forradas, piso de cerâmica, banheiro no interior das residências), representando o menor percentual de habitações no meio rural.

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios a média das construções é de 17 anos. Nessa comunidade encontram-se construções mais recentes. As fotos 18 e 19 são construções de alvenaria, mais recentes, estando em melhores condições de conservação. É frequente encontrar, também, residências em estado precário de conservação e algumas sem acabamento. A foto 20 demonstra uma casa construída com alvenaria, sem reboco e coberta de palha, o chão é batido, essa sede não possui energia elétrica e nem água encanada. A construção da foto 21 é feita de adobe e piso é de chão batido com várias imperfeições e o reboco das paredes encontra-se solto.



**Foto 18** - Residência mais moderna: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.



**Foto 19** - Residência mais moderna: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.



**Foto 20** - Residência com paredes de alvenaria e cobertura de palha e piso batido: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008. Fonte: Pesquisa de campo. Autor: Martins Silva.



**Foto 21** - Residência com paredes de adobe e piso batido: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2008. Fonte: Pesquisa de campo. Autora: Martins Silva.

Já na comunidade Paulistas a média de construção é 34 anos, nessa comunidade de modo geral as residências são construções mais antigas. A residência da foto 22 possui cerca de 100 anos de acordo com a moradora. As fotos 23 e 24 mostram, também, algumas residências antigas. No entanto, apesar da parte exterior apresentar aspectos mais rústicos, seus interiores são conservados, nenhuma residência possui chão batido. Não há muito conforto, mais apresentam condições razoáveis de moradia, pois muitas dessas passaram por algum tipo de reforma. Já a foto 25 representa uma construção mais recente e moderna.



**Foto 22** - Residência com paredes de adobe: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.



**Foto 23** - Residência com paredes de adobe: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.



**Foto 24** - Residência: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.



**Foto 25** - Residência: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 86,67% das casas são de alvenaria e 13,33% são de abobe. Quanto ao telhado 93,33% são coberta de telha de barro e 6,67% é coberta de palha. Na comunidade Paulistas 63,63% das moradias são construídas de alvenaria, as casas feitas de tijolos de adobe representam 36,37%. A maioria das casas são cobertas de telhas de barro (81,81%), 9,09% são cobertas de telhas de cimento amianto e 9,09% com cobertura mista (telhas de barro e telhas de cimento amianto) (Tabela 21).

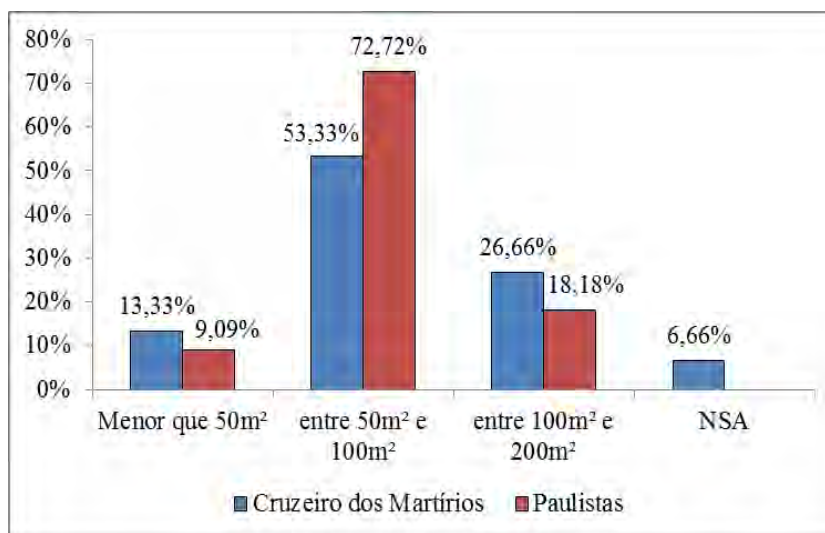
**Tabela 21** - Condições da moradia em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Comunidade	Estrutura		Cobertura			
	Alvenaria	Adobe	Telha de barro	Telha de cimento amianto	Cobertura mista	Palha
Cruzeiro dos Martírios	86,67	13,33	93,33	-	-	6,67
Paulistas	63,63	36,37	81,81	9,09	9,09	-
Média	75,15	24,85	87,57	4,54	4,54	3,33

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Nessas comunidades nota-se o predomínio de residências com tamanho entre 50m<sup>2</sup> e 100m<sup>2</sup>. Como mostra o Gráfico 6 na comunidade Cruzeiro dos Martírios 13,33% são residências menores que 50m<sup>2</sup>, 53,33% possuem residências com tamanho entre 50m<sup>2</sup> e 100m<sup>2</sup>, 26,66% das residências têm tamanho entre 100m<sup>2</sup> e 200m<sup>2</sup> e 6,66% dos entrevistados não souberam informar. Já na comunidade Paulistas 9,09% relataram ter residências menor que 50m<sup>2</sup>, 72,72% afirmaram que suas casas são entre 50m<sup>2</sup> e 100m<sup>2</sup> e 18,18% são entre 100m<sup>2</sup> e 200m<sup>2</sup>. Na comunidade Cruzeiro Martírios a média de cômodo por residência é

9,13% e na Paulista de 9,63%, vale lembrar que foram contabilizados o número de cômodos na casa e anexos da casa.



**Gráfico 9** - Tamanho da área de moradia: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org. Martins Silva (2011).

Em relação a outras benfeitorias nas sedes, na comunidade Cruzeiro dos Martírios 26,66% possuem armazém, estábulo e embarcador, 33,33% possuem galinheiro, 40% têm casa de queijo, 60% dos estabelecimentos têm chiqueiro/pocilga e 93,33% possuem curral. Na comunidade Paulistas 36,36% possuem estábulo, galinheiro e casa de queijo, 45,45% têm embarcador, 54,54% possuem curral, 63,63% têm armazéns e quanto aos chiqueiros 81,81% dos estabelecimentos possuem (Tabela 22).

Nota-se o elevado número de currais na comunidade Cruzeiro dos Martírios, fato esse justificado pela presença da pecuária leiteira nas comunidades, é evidente, também, a presença de chiqueiro/polciga em ambas as comunidades, devido a criação de suínos para o consumo familiar. Nas comunidades é frequente a produção de galináceos, mas esses não são mantidos em galinheiros e sim criados soltos.

Dos entrevistados, 100% de ambas as comunidades afirmaram que suas propriedades são cercadas e que há acesso a estradas entre as propriedades, no entanto as vias de acesso, em algumas propriedades estão em estado precário de conservação. A manutenção desses acessos/vias de circulação é realizada pela Prefeitura Municipal de Catalão, mais os entrevistados reclamam do descaso.

**Tabela 22** - Benefitorias em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Benefitorias</b>	<b>Cruzeiro dos Martírios</b>	<b>Paulistas</b>	<b>Média</b>
Armazém/galpão/casa de despejo	26,66	63,63	44,99
Estábulo/barracão	26,66	36,36	31,51
Pocilga/chiqueiro	60	81,81	70,90
Galinheiro/aviário	33,33	36,36	34,84
Curral	93,33	54,54	73,93
Embarcador	26,66	45,45	36,05
Casa de queijo	40	36,36	38,18

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

As benfeitoras como (instalações produtivas, acesso, casas, cercas entre outros) valorizam o imóvel. Além de potencializar o processo produtivo como: a) os chiqueiros possuem importância para a produção de suínos, favorecendo tanto o consumo familiar, quanto a renda familiar quando comercializados; b) os armazéns e barracões contribuem no armazenamento de grãos, equipamentos entre outros. Outros fatores importantes são pontos de energia elétrica e a disponibilidade de água.

Nas comunidades em estudo 96,66% possuem energia elétrica e 84,23% água encanada. Esses fatores representam para os moradores das comunidades uma melhoria nas condições de vida e mudanças de hábitos. A energia elétrica para os agricultores familiares possibilita o acesso a eletrodomésticos. Exemplo das mudanças de hábitos, devido ao acesso aos eletrodomésticos pode-se citar: a) a utilidade da geladeira e do freezer, anteriormente a carne dos suínos eram cozidas e conservadas na gordura, atualmente podem ser guardadas nas geladeiras e freezer; b) a máquina de lavar e/ou o tanquinho é outro bem de consumo que facilitou os afazeres domésticos. Com a água encanada, houve uma facilidade, principalmente, para as mulheres, pois antes era buscada em córregos, rios, entre outros, para o consumo doméstico.

**Tabela 23** - Acesso a energia elétrica e água encanada dos produtores em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Energia elétrica</b>	<b>Água encanada</b>
Cruzeiro dos Martírios	93,33	86,66
Paulistas	100	81,81
Média	96,66	84,23

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Referente à origem da energia elétrica nas comunidades, todos os entrevistados afirmaram que a energia elétrica é fornecida pela concessionária Celg. Quanto à procedência da água nas comunidades a forma é diversa como mostra a tabela 24. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios a água é provinda, principalmente, de cisternas. Já na comunidade Paulistas os produtores utilizam, especialmente, água de nascentes.

**Tabela 24** - Procedência água dos produtores em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Comunidade	Rio	Córrego	Nascente	Cisterna	Poço semi-artesiano
Cruzeiro dos Martírios	-	20	6,67	66,66	6,67
Paulistas	9,09	27,27	45,45	-	18,19
Média	4,54	23,63	26,06	33,33	12,43

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

No que refere-se ao tratamento da água a domicílio, a maioria dos produtores das comunidades utiliza alguma alternativa para o tratamento da água, mais 34,84% de água é consumida sem tratamento (Tabela 25). A falta de tratamento da água nessas residências pode favorecer o aparecimento de algumas enfermidades, uma vez que podem conter presenças de micro-organismos patogênicos capazes de causar doenças e até mesmo epidemias ou substâncias químicas que são nocivas a saúde dos seres humanos.

**Tabela 25** - Tratamento da água a domicílio em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Comunidade	Água filtrada	Cloração	Fervura	Sem tratamento
Cruzeiro dos Martírios	53,33	6,66	6,66	33,33
Paulistas	54,54	-	9,09	36,36
Média	53,93	3,33	7,87	34,84

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Outro fato importante, condizente ao saneamento básico, é o destino dos resíduos sólidos. Observa-se a inexistência de coleta de lixo nessas comunidades. Dos agricultores das comunidades 69,7% optam pela queima e 17,89% queimam e enterram os resíduos, já o restante é abandonado ou depositado em buracos (Tabela 26).

**Tabela 26** - Destino dos resíduos sólidos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Queima</b>	<b>Queima e enterra</b>	<b>Abandona (joga no mato/rio/córrego)</b>	<b>Buraco para depósito</b>
Cruzeiro dos Martírios	66,67	26,67	-	6,66
Paulistas	72,72	9,09	9,09	9,09
Média	69,7	17,89	4,54	7,87

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

A maioria dos resíduos não degradáveis nas comunidades é enterrado. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 53,33% dos produtores enterram os resíduos, 6,66% levam para depósito na cidade, 13,33% depositam em buraco para lixo e/ou levam para reciclagem. Na comunidade Paulistas 63,63% enterram e 9,09% levam para depósito na cidade, buraco de lixo, direto no terreno e reciclagem. Deve-se ressaltar que alguns desses resíduos podem causar sérios danos ao ambiente, por conter elementos químicos e que são absorvidos e acumulados pelos organismos (Tabela 27).

**Tabela 27** - Destino dos resíduos não degradáveis em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Enterra</b>	<b>Depósito na cidade</b>	<b>Buraco para lixo</b>	<b>Reciclagem</b>	<b>Direto no terreno</b>	<b>Queima</b>
Cruzeiro dos Martírios	66,66	6,66	13,33	13,33	-	-
Paulistas	45,45	9,09	9,09	9,09	9,09	18,18
Média	56,05	7,87	11,21	11,21	4,54	9,09

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Nas comunidades em estudo nota-se que o esgoto sanitário referente ao banheiro, vaso sanitário, cozinha e tanque são depositados, sobretudo, em fossas rudimentares. Já o esgoto da pocilga, estábulo, curral e casa de queijo são lançados direto para o terreno (Tabela 28). Verifica-se a precariedade quanto ao esgoto sanitário, o que favorece a contaminação do lençol freático e do solo. Um exemplo comum nas áreas rurais de Catalão é o curral acima das residências, conseqüentemente acima dos acessos de água, assim quando ocorrem precipitações, o escoamento superficial leva os resíduos para as fontes de água (nascentes, cisternas, córregos, rios entre outros).

**Tabela 28** - Destino do esgoto sanitário em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Instalação	Cruzeiro dos Martírios		Paulistas		
	Direto no terreno	Fossa rudimentar	Direto no terreno	Córrego	Fossa rudimentar
Banheiro	6,66	93,33	27,27	-	72,72
Vaso sanitário	6,66	93,33	9,09	-	90,90
Cozinha	53,33	46,66	72,72	-	27,27
Taque	64,28	35,71	63,63	9,09	27,27
Pocilga	88,88	11,11	100	-	-
Estábulo	100	-	100	-	-
Curral	100	-	100	-	-
Casa de queijo	100	-	100	-	-

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Relativo aos bens de consumo, a maioria dos entrevistados das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas possui: máquina de lavar roupa/tanquinho (85,45%), TV com antena parabólica (90%), rádio (68,48%), geladeira (96,66%), fogão a gás (100%), fogão a lenha (80,90%), liquidificador (92,11%) e freezer (50,6). Vale ressaltar que o predomínio de televisão com antena parabólica justifica-se pelo fato que, com a antena comum nessas áreas é possível sintonizar, apenas, um canal. Outros bens de consumo aparecem com menor índice, como o DVD que representa 40,3%, a bateadeira 36,05% e o forno elétrico com 29,09%, (Tabela 29).

O acesso ao serviço de telefonia nas comunidades é diferente, pois na comunidade Cruzeiro dos Martírios 13,33% utilizam o telefone fixo e 13,33% usam celular. Já na Paulistas o acesso é apenas por meio de celular, 54,54% utilizam o serviço, não havendo o serviço de telefonia fixa. Em ambas as comunidades os celulares têm sinal com antenas instaladas nas residências.

**Tabela 29** - Bens de consumo em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Bens de consumo	Cruzeiro dos Martírios	Paulistas	Média
Máquina de lavar roupa/tanquinho	80	90,90	85,45
TV com antena parabólica	80	100	90
DVD	53,33	27,27	40,3
Rádio	73,33	63,63	68,48
Geladeira	93,33	100	96,66
Freezer	46,66	54,54	50,6
Forno elétrico	40	18,18	29,09
Forno a gás	100	100	100
Forno a lenha	80	81,81	80,90
Batedeira	26,66	45,45	36,05
Liquidificador	93,33	90,90	92,11
Telefone fixo	13,33	-	6,66
Celular	13,33	54,54	33,93

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Nota-se o predomínio dos fogões a lenha nas residências, representando uma média de 80,90% nas comunidades. Observa que são feitos de várias maneiras, algumas apresentam aspectos mais rústicos com reboco de barro, esses são, geralmente, fora das residências. Outros são mais modernos e nos interiores das residências, com rebocos de cimentos. Os fogões são utilizados para fazer doces, no preparo de sabão e no cozimento de carnes suínas. As fotos 26, 27, 28 e 29 demonstram alguns tipos de fogões à lenha.



**Foto 26** - Fogão a lenha: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.



**Foto 27** - Fogão a lenha: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.



**Foto 28** - Fogão a lenha: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.

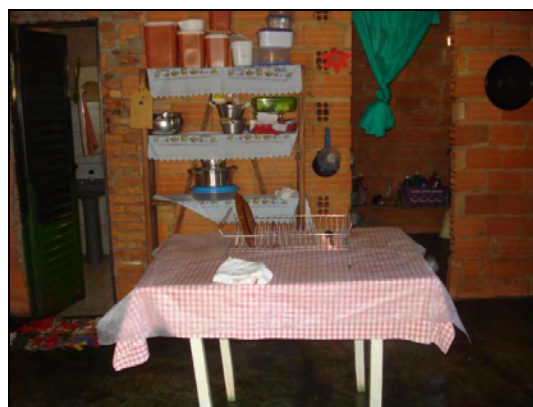


**Foto 29** - Doce de mamão, sendo preparado no fogão a lenha: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.

Na comunidade Paulistas é frequente artefatos como a botija/pote de águas. Esses potes para os moradores possuem significados além da funcionalidade, sendo repassados de geração a geração. Em ambas as comunidades, as prateleiras são frequentes em algumas residências.



**Foto 30** - Pote de água: comunidade Paulistas, Catalão (GO) - 2010. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.



**Foto 31** - Prateleira: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.

Em relação aos meios de transporte na comunidade, a linha de ônibus é mais utilizada pelos moradores, 66,66% recorrem a esse serviço. Esse fato é devido a linha de ônibus Catalão sentido a Guarda-Mor que passa pela comunidade nos dias de domingo, segunda, quarta e sexta-feira. Nessa comunidade 60% usam carro próprio, 26,66% a motocicleta, 20% recorrem a uso de carona, 13,33% usam bicicleta e a pé e a carroça é utilizada por 6,66%. Na comunidade Paulistas 72,72% utilizam carro próprio, 36,36%

transporte coletivo, 27,2% a pé e 9,09% recorrem a carona (Tabela 30).

**Tabela 30** - Bens de consumo em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Meio de transporte	Cruzeiro dos Martírios	Paulistas	Média
Carro próprio	60	72,72	66,36
Motocicleta	26,66	-	13,33
Linha de ônibus	66,66	36,36	51,51
Carroça	6,66	-	3,33
Carona	20	9,09	14,54
A pé	13,33	27,27	20,3
Bicicleta	13,33	-	6,66

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Quanto aos equipamentos e utilitários a maioria dos produtores possui pulverizadores costais, enxada, foice, machado, pá e ferramentas de carpintaria. Esses são determinantes para o desempenho do trabalho familiar na propriedade, pois sem eles os produtores estariam limitados para realização de afazeres considerados simples e rotineiros como, aplicar defensivos nos vegetais, combater parasitas nos animais, capinar, bater/limpeza de pastos, fazer e manter as cercas entre outros (Tabela 31). A carroça é outro utilitário comum nas propriedades, pois facilita, sobretudo, o transporte de trato para os animais e, ainda é meio de transporte para as famílias.

**Tabela 31** - Equipamentos e utilitários existentes nos estabelecimentos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Descrição	Cruzeiro dos Martírios	Paulistas	Média
Implementos de tração animal	13,33	27,27	20,3
Carroça/carretão	40	54,54	47,27
Pulverizador costal	80	90,90	85,45
Plantadeira manual (matraca)	33,33	36,36	34,84
Ensiladeira	20	18,18	19,09
Motosserra	26,66	18,18	22,42
Batedor e ou debulhador de cereais	26,66	27,27	26,96
Enxada, foice, machado, pá, outros	86,66	100	93,33
Ferramentas de carpintaria (martelo, serrote, alicate, etc.)	86,66	100	93,33

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Nota-se, que ambas as comunidades apresentam baixo índice quanto ao acesso às unidades armazenadoras, tratores, máquinas e implementos. Esse fato é decorrente do custo elevado para a implantação das unidades. Para alguns estabelecimentos as unidades armazenadoras são indispensáveis, pois a maioria da produção é em baixa escala, sendo destinada, principalmente, para o consumo familiar. Quanto aos tratores e máquinas é mais viável a contratação de serviço quando necessário. A Tabela 32 apresenta as unidades, tratores e máquinas e implementos existentes nas comunidades.

**Tabela 32** - Unidades armazenadoras, tratores, máquinas e implementos existentes nos estabelecimentos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Descrição	Cruzeiro dos Martírios	Paulistas	Média
Silos para forragem	6,06	9,09	7,57
Tanques para resfriamento de leite	13,33	18,18	15,75
Tratores com menos de 100 CV	6,06	9,09	7,57
Tratores com mais de 100 CV	6,06	18,18	12,12
Arados (fuçador ou de disco) e escarificador	13,33	18,18	15,75
Grades e/ou enxadas rodativas	13,33	18,18	15,75
Roçadeiras	13,33	9,09	11,21
Semeadeiras e/ou plantadeiras	13,33	9,09	11,21
Colheitadeiras	-	9,09	4,54
Pulverizador e/ou atomizadores	-	9,09	4,54
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	13,33	-	6,66
Ceifadeiras (picadeira de forragem)	6,06	18,18	12,12
Caminhões	6,06	-	3,03
Utilitários	6,06	18,18	12,12
Automóveis	60	72,72	66,36
Reboques	-	18,18	9,09
Motos	33,33	18,18	25,75
Veículos de tração animal	26,66	45,45	36,05
Embarcações	-	18,18	9,09

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Referente às condições sociais dos produtores das comunidades em estudo, verifica-se que a instrução da maioria (65,15%) dos produtores corresponde a 1ª fase do Ensino Fundamental (antigo Primário), fato explicado pela precariedade das condições das

escolas existentes nas áreas rurais naquele período. Quanto à saúde, ambas as comunidades possuem serviços dos Agentes Comunitários de Saúde. Nessas comunidades o maior índice (84,23%) dos entrevistados recorre ao médico, somente, em caso de necessidade. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios os primeiros atendimentos são realizados por meio de medicação caseira (46,66%), já na comunidade Paulistas 63,63% procuram o hospital. A utilização da medicação caseira justifica-se pela distância dos hospitais, sendo localizados apenas na cidade de Catalão (GO) e postos médicos, encontrado somente no distrito de Santo Antônio do Rio Verde.

Verifica-se certa diferenciação quanto às moradias, algumas são de adobes, com paredes com reboque solto, outras não foram acabadas, sem reboco e com contra piso ou com chão batido. Encontram-se, ainda, construções modernas, com pisos de cerâmicas. Um índice elevado (96,66%) de produtores possui energia elétrica, o que contribui para a aquisição de alguns bens de consumo rotineiros nas comunidades como máquina de lavar roupas, liquidificador, geladeira, TV com antena parabólica, freezer entre outros. Nessas comunidades um elevado índice (80,90%) de produtores possui fogão a lenha.

Nota-se, nessas comunidades condições precárias quanto ao saneamento básico. Quanto à saúde, ambas as comunidades possuem Agentes Comunitários de Saúde desde o ano de 2000. Observa-se, o maior índice (84,23%) de agricultores recorrem ao médico, apenas, em caso de necessidade. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios, 46,66% dos entrevistados afirmaram utilizar medicação caseira, esse fato justifica-se pela distância dos hospitais, sendo que os mais próximos localizam-se na cidade de Catalão (GO).

## **5.6 Trabalho, organização e inserção social**

Observa-se que nas comunidades em estudo, o trabalho predominante nas propriedades é o trabalho familiar, na qual cada membro da família cumpre com seus deveres. Apenas alguns produtores com maior extensão de terras utilizam outro tipo de relações de trabalho. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas alguns produtores têm um ou dois trabalhadores assalariados permanentes que auxiliam a família na propriedade.

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 20% dos proprietários possuem trabalhadores assalariados nos estabelecimentos e na comunidade Paulistas 27,27% produtores contam com ajuda de funcionários (Tabela 33). Esses trabalhadores realizam

serviços gerais e todos são registrados. Esses dados que demonstram que os afazeres da maioria das propriedades são realizados pelos membros das famílias.

Considerando o intervalo de 2010 a 2011, constatou-se que 20% dos agricultores da comunidade Cruzeiro dos Martírios contrataram serviços de empreiteiros. A finalidade da contratação dos serviços destina-se limpeza de pastos e formação de pastagens. Na comunidade Paulistas, apenas, 9,09% dos produtores contrataram serviços de empreiteiro. As atividades realizadas foram preparo do solo, tratos culturais e construção e manutenção de cercas. Esses serviços são contratados, principalmente, no período de seca (maio a setembro).

**Tabela 33** - Trabalhadores permanentes e empreiteiros em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Trabalhadores permanentes</b>	<b>Empreiteiro</b>
Cruzeiro dos Martírios	20	20
Paulistas	27,27	9,09
Média	23,63	14,54

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Esses estabelecimentos que recorrem a trabalhadores extra familiares não deixam de serem propriedades baseadas no trabalho familiar. Blum (2001), com o objetivo de mostrar formas diferentes de classificação de propriedade rural enfatiza os principais problemas enfrentados pela agricultura familiar, afirma que agricultor familiar:

[...] é aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento. (BLUM, 2001, p. 62).

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios 13,33% dos produtores são filiados na Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Cruzeiro dos Martírios, 26,66% são filiados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catalão e 6,66% participam da Cooperativa Coacal. Na comunidade Paulistas, 9,09% fazem parte da Associação dos Moradores da Comunidade Paulistas e Regiões Adjacentes (AMPARA), que está em organização, 18,18% são filiados no Sindicato de Catalão e 27,27% participam de cooperativas (Tabela 34).

**Tabela 34** - Organização dos produtores em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Associação</b>	<b>Sindicato</b>	<b>Cooperativa</b>
<b>Cruzeiro dos Martírios</b>	13,33	26,66	6,66
<b>Paulistas</b>	9,09	18,18	27,27
<b>Média</b>	11,21	22,42	16,96

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Para os entrevistados a importância da associação nas comunidades é a organização de eventos religiosos, não possui nenhuma máquina e equipamentos para uso comunitário. O sindicato tem por finalidade fornecer descontos em consultas e exames médicos, documentação de funcionários e as cooperativas fornecem assistência técnica especializada e recolhem o leite.

Quanto à orientação de técnico especializado em agropecuária, 40% dos entrevistados dos Martírios relatam receber. Na comunidade essa orientação é provinda de empresas privadas (40%), Cooperativas (40%) e Prefeitura de Catalão (20%). Esse índice é menor na comunidade Paulistas, apenas, 27,27% afirmaram receber orientação de técnicos. Esses serviços são derivadas, principalmente, de empresas privadas (Tabela 35).

**Tabela 35** - Orientação especializada em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

<b>Comunidade</b>	<b>Orientação especializada</b>	<b>Procedência</b>		
		<b>Empresas privadas</b>	<b>Prefeitura</b>	<b>Cooperativas</b>
Cruzeiro dos Martírios	40	40	20	40
Paulistas	27,27	100	-	-
Média	33,63	70	10	20

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Sobre o acesso a financiamentos e/ou empréstimos a maioria dos entrevistados não recorrem a financiamentos. Um dos motivos é o medo de contrair dívidas e colocar sua propriedade como garantia. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios, somente 20% fizeram financiamentos e/ou empréstimos, 33,33% são provindos do Pronaf, privado e do benefício da aposentadoria. Na comunidade Paulistas, apenas, 18,18% possuem financiamentos e/ou empréstimos, a procedência é do Pronaf. Nota-se, que em ambas as comunidades os financiamentos e/ou empréstimos tem por objetivo custeio (Tabela 36).

**Tabela 36** - Financiamento e/ou empréstimos em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Comunidade	Financiamento e/ou empréstimo	Procedência		
		Pronaf	Privado	Aposentadoria
Cruzeiro dos Martírios	20	33,33	33,33	33,33
Paulistas	18,18	100	-	-
Média	19,09	66,6	16,66	16,66

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Outra variável relevante quanto à organização dos agricultores é a inserção social destes na comunidade que fazem parte. Observa-se, que os produtores participam com mais afinco é de cursos, palestras, reuniões, eventos religiosos e visitas a vizinhos e familiares (Tabela 37). A partir da aplicação dos roteiros de entrevista percebeu que a participação dos entrevistados em clube das mães, grupos de jovens e terceira idade é inexistente, devido às comunidades não oferecerem.

Nesse sentido, pode-se dizer que a maioria dos produtores da comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas enfrentam os desafios e as dificuldades com as condições e instrumentos que possuem e apreenderam a usar ao longo de suas vidas. Sobre o assunto, Wanderley (2001, p. 35, grifos da autora) afirma que “[...] os agricultores familiares modernos *enfrentam* os novos desafios com as *armas* que possuem e que aprenderam a usar a partir de sua experiência.”

**Tabela 37** - Inserção social dos entrevistados na comunidade em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

Descrição	Cruzeiro dos Martírios			Paulistas		
	Frequenta	Frequência		Frequenta	Frequência	
		Sempre	Algumas vezes		Sempre	Algumas vezes
Cursos, palestras, reuniões	66,66	30	70	72,72	50	50
Eventos religiosos	80	91,66	8,33	54,54	66,66	33,33
Eventos comunitários (festas, bailes)	20	66,66	33,33	36,36	50	50
Sócio participante da comunidade	26,66	75	25	18,18	100	-
Participa de esportes	6,66	100	-	9,09	100	-
Visitas a vizinhos e familiares	80	58,33	41,66	90,90	60	40

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Martins Silva (2011).

Constata-se que na comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, município de Catalão (GO), os agricultores familiares enfrentam vários problemas. Para Caume (1997, p. 61), as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores do Estado de Goiás deve-se a um conjunto de fatores como “[...] a exclusão em relação os instrumentos creditícios, as precárias condições de comercialização dos produtos, a insuficiente assistência técnica e, até mesmo, a baixa formação escolar e profissional dos produtores.” Para esse autor, Goiás, também, sofre o abandono da agricultura familiar pelo Estado, historicamente marginalizado pelas políticas públicas que poderiam culminar em seu desenvolvimento econômico-social.

Diante do exposto, a luta dos produtores das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas não se assenta apenas na busca de melhores rendimentos, mas na reprodução do patrimônio sociocultural. Esses produtores enfrentam problemas, como demanda irregular do mercado, alto preço de insumos, baixos preços de seus produtos, e, ainda desvalorização de sua cultura, baixo nível de escolaridade, baixa renda, envelhecimento da população, moradias precárias e pouca assistência médica hospitalar. Quanto ao sistema de financiamentos, a assistência técnica é quase inexistente nas comunidades. Nota-se que em seu cotidiano os desafios, os desafios estão sempre presentes. Sua luta diária se faz a partir de uma série de estratégias, como o arrendamento, e garantem meios para sua reprodução futura.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Residência: comunidade Cruzeiro dos Martírios, Catalão (GO) - 2011. Fonte: Pesquisa de campo. Acervo NEPSA.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, os estudos utilizando a terminologia agricultura familiar tiveram maior ênfase a partir da década de 1990, fato decorrente dos embates dos movimentos sociais acerca do papel desse segmento no processo de integração comercial e econômico do país e do desenvolvimento de alguns trabalhos científicos. Ressalta-se, ainda, o papel das políticas públicas na legitimidade do termo, principalmente a criação do PRONAF. Percebe-se, que até esse período as discussões que tratavam essa categoria caracterizavam-os como: minifundiários, pequena produção entre outros.

A partir dos conceitos e definições de autores como: Abramovay (1992), Lamarche (1993), FAO/INCRA (1996), Caume (1997), Tedesco (1999, 2001), Wanderley (2001), Blum (2001), Schneider (2003, 2008), a agricultura possui interdependência entre terra, trabalho e família. Destacam-se aspectos peculiares quanto aos seus costumes, tradições e hábitos, formados especialmente pela religiosidade, constituindo o patrimônio sociocultural que é transmitido de geração a geração. A produção é outra característica relevante desse grupo, sendo destinada, principalmente, para o consumo familiar e o excedente é comercializado. Outra característica importante é as relações de parentesco, reciprocidade e solidariedade que são estabelecidas nas comunidades e territórios.

Vale ressaltar que esse segmento lança mão de várias estratégias para sobreviverem como a diversidade produtiva e o conjunto de saberes transmitido por seus antepassados. Esses agricultores frente às dificuldades de inserção no mercado, devido ao processo de modernização da agricultura a partir de 1970, encontram-se em duas esferas distintas, por um lado adaptam-se e adequam-se a sociedade moderna e ao mesmo tempo recorrem-se as tradições e aos costumes, ou seja, ao patrimônio sociocultural para reproduzirem e continuarem em suas propriedades.

O território institui um local onde as relações políticas, econômicas e culturais dos agricultores se encontram, em um processo interativo e completo. O território dos agricultores familiares deve ser pensado numa perspectiva integradora, em que considera tanto os aspectos concretos e os subjetivos. Observou-se, que a identidade dos agricultores familiares é formada a partir das relações com o território, a partir das bases materiais e imateriais.

Nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) foram observadas determinadas manifestações culturais, em que destacam-se os aspectos religiosos

peculiares de cada uma. Nas comunidades a maioria dos moradores são católicos: 100% na comunidade Paulistas e 60% na Cruzeiro dos Martírios. Nessas comunidades há presença de cultos aos santos, principalmente aos padroeiros das comunidades - São Sebastião na Cruzeiro dos Martírios e São João Batista na Paulistas. Essa devoção materializa-se na organização de terços em ambas comunidades, nos altares com imagens de santos no lado direito da parede das salas das residências da comunidade Paulistas e festas na comunidade Cruzeiro dos Martírios.

A religiosidade em forma de cultos aos santos e em suas múltiplas manifestações é um fator importante na formação da identidade dos agricultores familiares, através tanto dos aspectos materiais/objetivos e imateriais/subjetivos. Mesmo frente às transformações ocorridas na sociedade, os moradores dessas comunidades mantêm, preservam e adaptam os aspectos culturais. Diante disso, a identidade desses agricultores é construída num processo dinâmico e interativo à sociedade como um todo.

A agricultura familiar lança mão de várias estratégias, dentre elas destaca-se a diversificação produtiva verificada pelas pesquisas de Lamarche (1993), Caume (1997), Mendes (2005), Pertinari (2007) entre outros. Nas comunidades estudadas essa diversificação produtiva é predominante, como produção de bovinos, suínos, galináceos e hortifrutigranjeiros, na qual o excedente é comercializado. Destaca-se a produção de leite e queijo para a comercialização. Essa estratégia produtiva contribui na melhoria dos rendimentos (produção para consumo familiar e produtivo) e as oscilações de mercado (mercado incerto para seus produtos e preços baixos).

Como regra geral, a produção não tem sido suficiente para garantir a manutenção da propriedade e da família rural, com ênfase nos elevados custos de produção, mercado instável e preços baixos. Autores como Tedesco (2001), Abramovay (2001) e Mendes (2005) salientam a importância das atividades extra propriedade e não agrícolas para a sobrevivência das unidades familiares de produção. As principais fontes de renda não agrícolas nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas são provenientes da aposentadoria (36,05%) e dos assalariamentos (13,63%).

Quanto ao tamanho das propriedades, verifica-se que a maioria (73,32%) dos agricultores da comunidade Cruzeros dos Martírios possui propriedade com tamanho inferior a 50 hectares. Na comunidade Paulistas 81,81% dos proprietários possuem estabelecimentos acima de 50 hectares. Constatou-se que a diferença entre o tamanho das propriedades não garantem melhores rendimentos entre os produtores das comunidades Paulistas e Cruzeiro dos Martírios. Essa situação pode ser creditada às condições naturais dos solos e a falta de

políticas públicas (federal, estadual e municipal). A renda mensal das famílias nas comunidades, é em média entre 1 e 2 salários mínimos, o que representa 40% na comunidade Martírios e 54,54% na Paulistas.

A inserção dessas famílias rurais na economia de mercado tem promovido o envelhecimento da população, a ‘masculinização’ e a migração dos jovens para o meio urbano. A média de idade dos produtores nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas é elevada (56,83 anos). A migração seletiva que refere-se a maior saída das moças do que rapazes favorece para a ‘masculinização’ no meio rural. Assim, o número de homens que permanecem no campo é maior em relação ao de mulheres, o que dificulta a constituição de novas famílias. Como resultado desse processo, tem-se o comprometimento da sucessão hereditária, como mostra Camarano e Abramovay (1999), Abramovay (2001).

A migração dos jovens para o meio urbano da-se pela oportunidade de interdependência financeira, pois não conseguem obter a, a busca de estudo e lazer. A urbanização e a industrialização devem ser consideradas nesse contexto.

A partir, desses pressupostos acredita-se que o futuro dessas comunidades rurais esteja comprometido. A maioria dos filhos dos produtores não tem condições ou mesmo interesse em assumir a sucessão hereditária o que compromete a sucessão do patrimônio sociocultural. Essa realidade favorece a incorporação gradativa das pequenas propriedades pelas grandes propriedades. Nesse sentido, enfatiza-se o envolvimento do Estado, de políticas públicas e órgãos voltados para as necessidades desses produtores.

Os produtores que fizeram parte da pesquisa reforçam os resultados gerais em curso, como baixo nível de instrução, baixo rendimento, falta de acesso a saúde, situação precária de saneamento básico e, em alguns casos de moradia, e falta de políticas públicas (federal, estadual e municipal) que viabilizem os projetos agropecuários. Os produtores dessas comunidades têm lançado mão de várias estratégias produtivas e culturais como forma de se reproduzirem. Sabe-se que essas medidas não são suficientes para o desenvolvimento desse segmento.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998. 104 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2011.
- ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p. Disponível em: <[http://www.livrosgratis.com.br/download\\_livro\\_49340/os\\_impasses\\_socais\\_da\\_sucessao\\_hereditaria\\_na\\_agricultura\\_familiar](http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_49340/os_impasses_socais_da_sucessao_hereditaria_na_agricultura_familiar)>. Acesso em: 12 jun. 2011.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12).
- ALDOUS, J. O intercâmbio entre Durkheim e Tönnies quanto à natureza das relações sociais. In: MIRANDA, O. de. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995. 360 p.
- ALMEIDA, M. G. de. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 47-74.
- ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 2, n. 4, p. 82-97, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/>>. Acesso em: 7 abr. 2010.
- ALVES, G. da A.; CUSTÓDIO, V. Pesquisa bibliográfica e fontes de dados. In: VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2005. p. 203-210.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: \_\_\_\_\_. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualificativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 147-176.
- AMIM, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179 p. (Pensamento crítico, v. 15).
- ANDRADE, R. B. de. Práticas sócio-culturais e religiosas: elementos constituintes do lugar. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 166-203.
- ANDRADE, S. R. de. O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 7, ano 3, maio 2010. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao-Artigos>>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- ANDRADE, W. L. de; NOGUEIRA, W. S.; SILVA, L. V. Entre o profano e o sagrado: a questão da folia de Reis em Quirinópolis. ENCONTRO DO GT NACIONAL DE HISTÓRIA

DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH, 1, 2007, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá, 2007. p. 1-6 Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st8/Andrade,%20Wesley%20Lima%20de.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

ANTUNES, C. **A grande jogada**: manual construtivista de como estudar. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 29-60.

ARAÚJO, F. G. B. de.; HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. 136 p.

ARAÚJO, P. Monografia sem segredo. **Nova Escola**, São Paulo, ano XIX, n. 171, p. 28-29, abr., 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BARBOSA, R. R. Saberes, sabores e sentidos: a gastronomia no contexto da geografia cultural. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 204-221.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 260 p.

BELLEBAUM, A. Ferdinand Tönnies. In: MIRANDA, O. de. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995.

BERCOVICH, A. M. Características regionais da população idosa no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. v. 10, n. 1 e 2, p. 125-143, 1993. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol10\\_n1e2\\_1993\\_10artigo\\_125\\_143.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol10_n1e2_1993_10artigo_125_143.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2011.

BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

BORGES, J. C. de F.; CAVALCANTE JUNIOR, I. G. Território, identidade e memória: tramas conceituais para pensar a piauiensidade. Disponível em: <http://www.uespi.br/prop/XSIMPOSIO/TRABALHOS/INICIACAO/Ciencias%20Humanas%20e%20Letras/TERRITORIO,%20IDENTIDADE%20E%20MEMORIA%20%20TRAMAS%20CONCEITUAIS%20PARA%20PENSAR%20A%20PIAUIENSIDADE.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 322 p.

BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987. 136 p.

BUSTAMANTE, A. M. G. **Memória e identidade local em Icapuí, Ceará**. 2005. 287 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia), Instituto de Psicologia, Programa EICOS de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 1-28 p. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td\\_0621.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2011.

CAMARGO, R. A. L. de; OLIVEIRA, J. T. A. de. **Relatos orais, memória coletiva e identidade na agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/758.pdf>>. Acesso em: 23 de abr. 2010.

CAMPOS, H. Á. Refletindo sobre o papel das representações nas territorialidades urbanas: o exemplo da área central do Recife. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 11, p. 35-50, 2002. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp11/Geosp11\\_Campos.HTM](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp11/Geosp11_Campos.HTM)>. Acesso em: 13 abr. 2010.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998. 284 p.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2).

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).

CHALITA, M. A. N.; PANZUTTI, N. de P. M. Significados e identidades nas transformações da agricultura familiar. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 11, p. 21-30, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=7982>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

CHAUL, N. F.; RIBEIRO, P. R. (Org.). **Goiás: identidade, paisagem e tradição**. Goiânia: UCG, 2001. 167 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. **Reterritorialização e identidade territorial**: os camponeses construindo novas territorialidades na fronteira Brasil/Uruguai. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/custom?q=cache:7bxPynnk3esJ:egal2009.easyplanners.info/area06/6057\\_Cervo\\_Chelotti\\_Marcelo.pdf+tradi%C3%A7%C3%A3o+camponesa&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&client=pub-7149744994785345](http://webcache.googleusercontent.com/custom?q=cache:7bxPynnk3esJ:egal2009.easyplanners.info/area06/6057_Cervo_Chelotti_Marcelo.pdf+tradi%C3%A7%C3%A3o+camponesa&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&client=pub-7149744994785345)>. Acesso em: 7 abr. 2010.

CHIANCA, L. Devoção e diversão: expressões contemporâneas de festas e santos católicos. **Revista Antropológicas**, ano 11, v. 18, n. 2, p. 49-74. 2007.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007. 453 p.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 180 p. (Geografia Cultural).

DEGASPARI, S. D.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. G. **Apostila de normalização documentária**: com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação. 2006, 31 p. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/biblioteca>>.

DOURADO, L. A. C. A territorialidade na cidade e na praça: em foco, a estância turística ilha solteira - SP. **Geointeração**, Três Lagoas, v. 1, n. 1, p. 20-38, nov. 2009. Disponível em: <[http://www.geointeracao.com.br/artigos/vol1n1/ARTIGO\\_LILIAN.pdf](http://www.geointeracao.com.br/artigos/vol1n1/ARTIGO_LILIAN.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2010.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224 p.

ESTEVAM, L. A. A Agricultura tradicional em Goiás. In: PEREIRA, A. A. (Org.). **Agricultura de Goiás**: análise e dinâmica. Goiânia: UCG, 2004. p. 737-746.

FAO/INCRA, **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**: o resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036. 2. versão, 1996.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

FERNANDES, R. Z.; VALLERIUS, D. M.; MORAES, F. D. de. **Identidade territorial nas Ilhas do Delta do Jacuí, Porto Alegre, Brasil**. Disponível em <[http://egal2009.easyplanners.info/area08/8209\\_Zilio\\_Rafael.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area08/8209_Zilio_Rafael.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2010.

FERRARI, D. L. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. 2003. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.universia.net/ficha.do?id=3273780>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 687 p.

FERREIRA, D. A. de O.; PEREIRA, J. C. A.; BARBOSA, R. A. B. A agricultura familiar em Araraquara-SP, uma ilha familiar no mar de cana. Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 3, 2005, Presidente Prudente. **Anais eletrônicos...** p. 1-10. <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Darlene%20Aparecida%20de%20Oliveira%20Ferreira.pdf>>. Acesso em: 27 de abr. 2010.

FERREIRA, I. M. **O afogar das Veredas**: uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do Chapadão de Catalão (GO). 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

FICHTER, J. H. Definições para uso didático. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Nacional e EDUSP, 1973. p.153-156.

FLORES, M. A construção social de territórios e a globalização. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 1 n. 1, p. 87-108, ago./dez. 2003. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 7 abr. 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, P. C. da C. Cultura ou civilização: a renovação de um importante debate. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 99-122. (Série Geografia Cultural).

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

GROPPO, L. A. **Comunidade, sociedade e integração sistêmica**. Disponível em: [www.educadoressociais.com.br/artigos/comunidade\\_sociedade\\_e\\_integracao\\_sistemica.pdf](http://www.educadoressociais.com.br/artigos/comunidade_sociedade_e_integracao_sistemica.pdf). Acesso em: 7 mar. 2011.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre. 2004. Disponível em: <[http://search.4shared.com/q/AgwD/1/text\\_office/Haesbaert](http://search.4shared.com/q/AgwD/1/text_office/Haesbaert)>. Acesso em: 20 maio 2010.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais da multiterritorialidade à “reclusão” territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)**. Disponível em: <<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:4YYFuNjKI4J:tercud.ulusofona.pt/GeoForum/>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190. (Série Geografia Cultural).

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. 136 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

INKELES, A. **O que é sociologia**. São Paulo: Pioneira, 1967.

INhMETRO. **Unidades legais de medida**. Disponível em: <<http://www.>

inmetro.gov.br/consumidor/unidlegaismed.asp>. Acesso em: 12 dez. 2009.

JOST, H.; BROD, J. A. **Como redigir e ilustrar textos em geociências**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2005. 93 p. (Série Textos, 1).

JOST, H.; BROD, J. A. **Como redigir e ilustrar textos em geociências**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2005. 93 p. (Série Textos, 1).

JURKEVICS, V. I. Festas religiosas: a materialidade da fé. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 43, p. 73-86, 2005. Disponível em: <[http://www.4shared.com/get/132579942/c0d83f17/JURKEVICS\\_Vera\\_-Festas\\_religi.html](http://www.4shared.com/get/132579942/c0d83f17/JURKEVICS_Vera_-Festas_religi.html)>. Acesso em: 12 abr. 2011.

JUSTINIANO, E, F. Registro fotográfico. In: VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia: técnicas campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de textos, 2005. p. 187-195.

KAUTSKY, J. **A questão agrária**. Tradução de João Antunes. Porto: Portucalense. 1972. p. 221. v. 1.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Seleção de textos**, São Paulo, n. 11, p. 25-40, ago. 1985.

KNOB, M. J. **Aplicação de técnicas de agricultura de precisão em pequenas propriedades**. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/ppgea/admin/dissertacoes/0905081500\\_MARCELINO\\_KNOB.pdf](http://w3.ufsm.br/ppgea/admin/dissertacoes/0905081500_MARCELINO_KNOB.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2010.

LACOSTE, Y. Pesquisa e trabalho de campo. **Seleção de textos**, São Paulo, n. 11, p. 1-23, ago. 1985.

LAGARES, M.-G.; ALMEIDA, M. G. de. **A conformação dos territórios festivos rurais e os significados do calendário agrícola de produção**. Disponível em: <[http://www.geografia.ufpr.br/ner/NEER2/Trabalhos\\_NEER/Ordemalfabetic/Microsolft%20Word%20-%20MirneGleideLares.ED2IV.pdf](http://www.geografia.ufpr.br/ner/NEER2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetic/Microsolft%20Word%20-%20MirneGleideLares.ED2IV.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2010.

LAGARES, M-G.; ALMEIDA, M. G. de. **A conformação dos territórios festivos rurais e os significados do calendário agrícola de produção**. Disponível em: <[http://www.geografia.ufpr.br/ner/NEER-2/Trabalhos\\_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-20MirneGeideLagares.ED2IV.pdf](http://www.geografia.ufpr.br/ner/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-20MirneGeideLagares.ED2IV.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2010.h

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1-2. (Coleção Repertórios).

LAMBERT, D.; MENDES, E. de P. P. **Aspectos socioeconômicos e socioculturais dos pequenos produtores rurais do município de Catalão (GO)**. 2007. 26 f. Relatório (PIBIC - Graduação em Geografia) - Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2007.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. P. 157-179. (Geografia Cultural).

LEAL, S. Repensando a rádio comunitária no Brasil: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: UnB, 2006. P. inicial-final. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1493-1.pdf>>. Acesso: 3 dez. 2010.

LEITE, M. Q. **Resumo**. São Paulo: Paulistana, 2006. 64 p. (Aprenda a fazer).

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas).

MACIVER, R. M.; PAGE, C. H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade**: leituras conceituais sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional, 1973. p. 117-131. (Biblioteca Universitária. Série 2. Ciências sociais, v. 34).

MAGNO, L. **Que lugar é esse?** Identidades e significados territoriais no bairro rural Buieié – Viçosa, MG. 2008. 89 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008. Disponível em: <[http://www.geo.ufv.br/docs/monografias/Monografias\\_2008\\_2/LucasMagno.pdf](http://www.geo.ufv.br/docs/monografias/Monografias_2008_2/LucasMagno.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2010.

MALDONATO, M. Não sabemos que não sabemos. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 21, p. 32-37, fev. 2004.

MARANGONI, A. M. M. C. Questionários e entrevista: algumas considerações. In: VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2005. p. 167-174.

MARCONI, M de. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 315 p.

MARCONI, M de. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M de. A; LAKATOS, E. M.. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 289 p.

MARTINS SILVA, J. **Agricultura familiar em Goiás**: a comunidade Cruzeiro dos Martírios no município de Catalão. 2008. 82 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2008.

MARTINS SILVA, J.; MENDES, E. de P. P. **A agricultura familiar no Cerrado: a comunidade Cruzeiro dos Martírios no município de Catalão (GO).** 2008. 17 f. Relatório (PIBIC - Graduação em Geografia) – Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2008.

MATOS, P. F. de; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia agrária. In: RAMIRES, J. C de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009. p. 279-291.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão.** 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, E. de P. P. Identidades sociais e suas representações territoriais: as comunidades rurais no Município de Catalão (GO). In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares.** Goiânia: Vieira, 2008. p. 137-165.

MENDES, E. de P. P.; JUNIOR, J. C. As transformações socioespaciais de Goiás: a incorporação de Goiás ao processo produtivo nacional (século XVIII ao XX). **Espaço em Revista.** Catalão/GO. v. 7/8, n. 1, p. 33-51. maio. 2007.

MENDES, E. de P. P.; PESSÔA, V. L. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista. In: RAMIRES, J. C de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009. p.509-537.

MENDONÇA, M. R. **A urdiura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENEGATI, R. A.; HESPANHOL, R. A. de M. **Perspectivas da agricultura familiar: a questão sucessória e o envelhecimento dos produtores familiares no Município de Indiana/SP.** In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 2. 2006, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia, 2006. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t41.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2011.

MERLO, V. Rumo à origem da sociologia rural vontade humana e estrutura social no pensamento de Ferdinand Tönnies. In: MIRANDA, O. de. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies.** São Paulo: Edusp, 1995.

MIRANDA, O. de. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies.** São Paulo: Edusp, 1995. 353 p.

MOLINA, S. F. L. Sobre comidas e o ato de comer em Goiás: uma reflexão acerca da goianidade. In: CHAUL, N. F.; RIBEIRO, P. R. (Org.). **Goiás: identidade, paisagem e tradição.** Goiânia: UCG, 2001. 125-141 p.

MOREIRA, M. de M. O envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 79-93, 1998  
Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol15\\_n.1\\_1998/vol15\\_n1\\_1998\\_5artigo\\_79\\_94.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n.1_1998/vol15_n1_1998_5artigo_79_94.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2011.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 204 p.

MÜLLER, M. S.; CORNELSEN, J. M. **Normas e padrões para teses e monografias**. 6. ed. rev. e atual. Londrina: Eduel, 2007. 155 p.

OLIVEIRA, D.; SCHNEIDER, S. **O futuro das unidades familiares**: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê/RS. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1197.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

PALÁCIOS, M. O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos. In: RUBIM, A. A. (Org.). **Idade média**. Salvador: UFBA, 2001.

PARK, R.; BURGESS, E. W. Comunidade e sociedade como conceitos analíticos. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: USP, 1973. p.

PENNA, M. Que faz ser nordestino: examinando hipóteses. In: PENNA, M. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992. p. 49-60.

PERUZZO, C. M. K. **Comunidades em tempo de redes**. Disponível em: <[http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/comunidades\\_em\\_tempos\\_de\\_redes.pdf](http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/comunidades_em_tempos_de_redes.pdf)>. Acesso em: 8 maio 2011.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. de O. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. In: COLÓQUIO BINACIONAL BRASIL-MÉXICO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2009, Disponível em:

<<http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 269.

RAMIRES, J. C de L.; PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. 544 p.

RODRIGUES, C.; ADAMI, S. Técnicas fundamentais para o estudo de bacias hidrográficas. In: VENTURI, L. A. B. **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2005. p. 147-166.

ROSA, E. M. **Folia de Reis**: cultura e fé em Catalão/GO. 2005. 34 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura em História) – Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2005.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Espaço e cultura**: pluriatividade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. 296 p.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestação da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 248 p. (Série Geografia Cultural).

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 146 p.

ROSSETTO, O. C. Cultura e sustentabilidade ambiental: desvelando caminhos teóricos. **Revista Mato-grossense de Geografia**. Cuiabá. ano 11. n. 9. p. 9-138. dez. 2006.

SÁ, T. R. B. T. Centro histórico de Salvador: do hibridismo cultural à essencialização das identidades territoriais e culturais. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5, 2009, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2009. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19194-3.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 416 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 473 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 473 p.

SANTOS, R. J. (Re) Ocupação do Cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 98-136.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n. 21 e 22, p. 111-125, jan./dez. 1999.

SANTOS, V. M. dos. A construção de uma comunidade imaginada do Sisal. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5, 2009, Bahia. **Anais eletrônicos...** Bahia: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19154.pdf>>. Acesso em: 28 jun. de 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M.; Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, 2009. Disponível em: <<http://www.agbpb.com/doc/CPG31A-3.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 365 p.

SCHMITZ, K. L. Comunidade a unidade ilusória. In: MIRANDA, O. de. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254 p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**, 2008. Disponível em: <<http://simposio.cpac.embrapa.br/palestras/painel10/palestrapainel10sergio.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2010.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 109-135, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/392.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2010.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>> Acesso em: 4 nov. 2010.

SEABRA, G. F. **Fundamentos e perspectivas da geografia**. João Pessoa: UFPB, 1997. 106 p.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. F. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2008. 144 p.

SILVA, T. T. da.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 133 p.

SOUZA JÚNIOR, X. S de S. de. A análise do discurso como estratégia na identificação das intencionalidades e práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa-PB. In: RAMIRES, J. C. de A.; PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 25-47.

SPANVELLO, R. M.; LAGO, A. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos...** Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/329.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

SPOSITO, E. S. A questão do método e a crítica do conhecimento. In: \_\_\_\_\_. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. p. 23-72.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004. 218 p.

TAVARES, A. de S. A produção familiar na costa do pescador – Manacapuru /AM. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA, 3 e 2, 2005, Presidente Prudente. **Anais eletrônicos...** Presidente Prudente: UNESP, 2005. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Anderson%20de%20Souza%20Tavares.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: USP, 1973.

TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa qualitativa. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-173.

TURANO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: \_\_\_\_\_. **Tratado da metodologia**: da pesquisa clínico-quantitativa. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 351-368.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. **Normalização documentária para a produção científica da UNESP**: normas para apresentação de referências segundo a NBR 6023:2002 da ABNT. São Paulo, 2003. 97 p. Disponível em: <<http://www.biblioteca.unesp.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

VENÂNCIO, M. Agricultura familiar: diferentes interpretações e territorialidades. **Revista Mirante**. Disponível em: <<http://mirante.110mb.com/4ed/6508.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

VENÂNCIO, M. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2005. 239 p.

VENTURI, L. A. B. O papel da técnica no processo de produção científica. In: \_\_\_\_\_. **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2005. p. 13-18. (p. 2-3).

VENTURI, M. A. Relato do trabalho de campo. In: VENTURI, L. A. B. **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2005. p. 225-232.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-61.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campensinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

WEG, R. M. **Fichamento**. São Paulo: Paulistana, 2006. 67 p. (Aprenda a fazer).

WIRTH, L. Delineamento e problemas da comunidade. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade**: leituras conceituais sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional, 1973. p. 82-95. (Biblioteca Universitária. Série 2. Ciências sociais, v. 34).

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução. SILVA, T. T. da.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.

WOORTHMANN, E. F.; WOORTHMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e simbologia da lavoura camponesa. Brasília: EDUnB, 1997. 192 p.

WOORTHMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Brasília: UNB, 1990, p. 11-73. Disponível em: <<http://www.tempobrasileiro.com.br/antropo.htm>>. Acesso em: 25 abr. 210.

WWF (World Wildlife Foundation). **De grão em grão o Cerrado perde espaço**: impactos do processo de ocupação. Brasília: WWF/Fundação Pró-Cerrado, 1995. 66 p.

## **ANEXOS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
CAMPUS CATALÃO  
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS (NEPSA)**

Número do cadastro na PRPPG/SAPP: 33413



**A AGRICULTURA FAMILIAR NA RURALIDADE BRASILEIRA: as comunidades tradicionais no Cerrado Goiano**

**1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO**

1.1 Data da entrevista: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2011 Nº de tentativa: ..... 1.2 Número do roteiro: .....  
 1.3 Nome do entrevistador: .....  
 1.4 Horário de início: ..... 1.4.1 Término: .....  
 1.5 Resultado da entrevista:  
 Entrevista realizada       Recusa       Domicílio fechado       Entrevista não realizada por outra razão

**2 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

2.1 Nome do entrevistado: ..... 2.2 Data de nasc.: .....  
 2.3 Telefone para contato: Fixo ( ) ..... Celular: ( ) ..... E-mail: .....  
 2.3.1 Terceiros [recado]: ( ) ..... 2.3.2 Nome: .....  
 2.4 Apelido do entrevistado: .....  
 2.5 Estado civil atual: ( ) solteiro ( ) casado ( ) concubinato/união estável ( ) viúvo ( ) separado judicialmente  
 2.6 Nome do cônjuge: ..... 2.7 Data de nasc.: .....  
 2.8 Data da união: ..... 2.9 Data da separação ou viúves: .....  
 2.10 Relação do entrevistado com o chefe da família: ( ) Chefe ( ) Esposa ( ) Filho ( ) Pai ( ) Outros: .....  
 2.11 Tempo de residência na propriedade: .....  
 2.12 Tempo de residência na região: .....  
 2.13 Município de origem: .....  
 2.14 Situação ocupacional anterior do chefe da família: .....  
 2.14.1 Por quanto tempo: .....

**3 CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA**

3.1 Grau de parentesco do casal: ( ) Não ( ) Sim Qual? .....  
 3.2 Número de irmãos: ( ) Chefe da família ( ) Cônjuge  
 3.3 Número de filhos: ( ) H/idade ..... ( ) M/idade .....  
 3.4 Onde os filhos moram? ( ) Com os pais ( ) Meio rural ( ) Meio urbano  
 3.5 Observação: .....  
 3.6 Profissão dos filhos: .....  
 3.7 Famílias Tradicionais .....  
 3.8 Origem das Primeiras Famílias (descendentes / tradicionais) .....  
 3.9 Principais eventos culturais/Período .....

**4 PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL**

4.1 Nome do proprietário da terra: .....  
 4.1.1 Município: ..... 4.1.2 UF: .....  
 4.1.3 Rua/avenida/Fazenda: .....  
 4.1.4 Bairro: .....  
 4.1.5 Referências: .....  
 4.2 Telefones para contatos:  
 Fixo: ( ) ..... Celular: ( ) ..... E-mail: .....  
 4.3 Terceiros [recados]: ( ) ..... 4.3.1 Nome: .....

5 SITUAÇÃO OCUPACIONAL DO PRODUTOR		
<input type="checkbox"/> Produtor patronal	<input type="checkbox"/> Produtor arrendatário	<input type="checkbox"/> Parceiro ou meeiro
<input type="checkbox"/> Produtor familiar	<input type="checkbox"/> Produtor assentado	

6 RENDA AGRÍCOLA			
Propriedade	Não	Sim	Não respondeu
Fonte de renda principal			
Fonte de renda secundária			
Não é fonte de renda			

7 RENDA NÃO AGRÍCOLA			
Renda extra propriedade	Sim	Renda mensal	
		Salário mensal R\$	Não respondeu
Comércio			
Indústria			
Construção Civil			
Serviços gerais/assalariado			
Funcionário público			
Pensões			
Bolsa família			
Aluguel			
Outros			

Especificar: .....

#### 7.1 Aposentadoria

7.1.1 Já possui aposentadoria?  Sim  Não - Qual o motivo? .....

7.1.2 Está requerendo?  Não  Sim Obs.: .....

#### 7.2 Renda média mensal familiar em salários mínimos - informada – total (da propriedade + outras atividades)

Menos de 1 salário mínimo  mais de 2 até 3 salários mínimos  mais de 5 até 10 salários mínimos

entre 1 e 2 salários mínimos  mais de 3 até 5 salários mínimos  mais de 10 salários mínimos

8 IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIAS NO IMÓVEL	
Número de famílias no imóvel	..... famílias
Família 1 – nome do chefe * Vínculo com o imóvel	..... ( ) Data de nasc.: ..... Idade: ..... anos
Família 2 – nome do chefe * Vínculo com o imóvel	..... ( ) Data de nasc.: ..... Idade: ..... anos
Família 3 – nome do chefe * Vínculo com o imóvel	..... ( ) Data de nasc.: ..... Idade: ..... anos

\* Vínculo com o imóvel: (1) Proprietário (2) Não proprietário

9 FAMÍLIAS RESIDENTES NA PROPRIEDADE		
Relação com a propriedade	Nº de famílias	Nº de pessoas
Proprietários		
Herdeiro (espólio)		
Filho do proprietário		
Administrador		
Outro parente do proprietário		
Empregado permanente com carteira assinada		
Arrendatário		
Agregado		
Parceiro ou meeiro		
Ocupante ou posseiro		
Mora de favor		
Outro		

**10 ARRENDAMENTO**

- 10.1 Qual é a área de terras arrendadas? .....
- 10.2 Ano de início do arrendamento? .....
- 10.3 Possui contrato formal de arrendamento? ( ) Não ( ) Sim .....
- 10.4 Está averbado na escritura? ( ) Não ( ) Sim .....
- 10.5 Qual o valor pago? .....
- 10.6 Qual o tempo de contrato do arrendamento? .....
- 10.7 Principal atividade do arrendamento?.....
- 10.8 O contrato de arrendamento possui alguma cláusula que prevê a reforma de alguma benfeitoria?  
( ) Não ( ) Sim Quais? .....

**11 PARCERIA**

- 11.1 Há parcela de terra explorada em parceria? ( ) Não ( ) Sim .....
- 11.2 Qual é a área de terras em parceria? .....
- 11.3 Ano de início da parceria? .....
- 11.4 Possui contrato formal da parceria? ( ) Não ( ) Sim .....
- 11.5 Principal atividade da parceria? .....

**12 AGREGADO**

- 12.1 Há parcela de terra explorada com agregado? ( ) Não ( ) Sim .....
- 12.2 Qual é a área de terras com agregado? .....
- 12.3 Ano de início da parceria? .....
- 12.4 Possui contrato formal? ( ) Não ( ) Sim .....
- 12.5 Principal atividade da área agregada? .....

**13 IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO**

- 13.1 Município: ..... 13.1.1 Estado: .....
- 13.2 Comunidade: .....
- 13.3 Coordenada geográfica: .....
- 13.4 Distância da propriedade à comunidade mais próxima: .....km
- 13.5 Distância da propriedade à sede do município: .....km
- 13.6 Área da propriedade: .....
- 13.7 De que forma adquiriu a propriedade? ( ) Herança ( ) Compra de particular ( ) Compra e herança ( ) Concessão de uso  
( ) Usucapião
- 13.8 Atualmente a terra está sendo administrada por outro? ( ) Não ( ) Sim
- 13.8.1 Quem? ( ) Filho ( ) Terceiros ( ) Outro parente: .....
- 13.8.2 Há quanto tempo? .....

**14 IMÓVEL E OS IMÓVEIS LIMÍTROFES**

- 14.1 Problemas de divisas: ( ) Não ( ) Sim Quais?.....
- 14.2 Divisas são cercadas: ( ) Não ( ) Sim .....
- 14.3 Acessos de estradas entre as propriedades ( ) Não ( ) Sim .....

**15 COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

- 15.1 Número de pessoas que compõem a unidade familiar: .....
- Menores de 5 anos: ( )      de 11-15 anos: ( )      de 27-37: ( )      de 49-60: ( )  
de 5-10 anos: ( )      de 16-26: ( )      de 38-48: ( )      acima de 60 ( )
- 15.2 Total Unidades Homem Trabalho Familiar (TUHTF): .....



18 DADOS DA FORÇA DE TRABALHO			
Produtor e trabalhadores com laços de parentesco		Trabalhadores sem laços de parentesco	
Categoria		Categoria	
Homens/ idade		Homens/ idade	
Mulheres/ idade		Mulheres/ idade	
Total		Total	
Laço de parentesco		-----	-----
Nº de trabalhadores fixos		Nº de trabalhadores fixos	
Trabalhadores temporários		Trabalhadores temporários	
Período em que trabalham no ano		Período em que trabalham no ano	
Tipo de serviço que realizam		Tipo de serviço que realizam	
Forma de pagamento		Forma de pagamento	
É registrado		É registrado	

19 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO ESTABELECIMENTO EM 2010-11	
19.1 Contratou algum serviço em 2010-11? ( ) Não ( ) Sim Qual? ( ) Empreiteiro ( ) Cooperativa ( ) Empresa	
19.2 Qual o número de dias utilizados no serviço de empreitada em 2010-11? ..... ( ) Não sabe	
19.3 Em quais meses houve contratação de empregados temporários? ( ) Jan. ( ) Fev. ( ) Mar. ( ) Abr. ( ) Maio ( ) Jun. ( ) Jul. ( ) Ago. ( ) Set. ( ) Out. ( ) Nov. ( ) Dez.	
19.4 Valor da mão-de-obra contratada na propriedade – por ano: R\$ .....	
19.5 Para quais finalidades contratou os serviços? ( ) Preparo de solos ( ) Construção e manutenção de cercas ( ) Plantio ou sementeira ( ) Construção e manutenção de canais de irrigação ou drenagem ( ) Tratos culturais ( ) Classificação/ seleção e/ou embalagem de produtos ( ) Colheita ( ) Beneficiamento e/ou transformação de produtos ( ) Limpeza de pastos ( ) Outros: .....	

20 ATIVIDADE REMUNERADA FORA DO ESTABELECIMENTO EM 2010-11	
20.1 Em 2010-11, o produtor teve alguma atividade econômica fora do estabelecimento? ( ) Não ( ) Sim → Que tipo de atividade ( ) Agrícola ..... ( ) Não-agrícola .....	
20.2 Em 2010-11, algum membro da família do produtor, que residia no mesmo domicílio do produtor, buscou ou teve alguma atividade econômica fora do estabelecimento? ( ) Não ( ) Sim → Que tipo de atividade? ( ) Agrícola ..... ( ) Não-agrícola .....	
20.3 Essas atividades contribuíram de modo importante para a renda familiar ou do estabelecimento? ( ) Não ( ) Sim	
20.3.1 Especificar: .....	

21 CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO	
Benfeitorias existentes na propriedade	
21.1 Data da construção da sede: .....	
21.2 Estrutura da sede: ( ) Residencial principal ( ) Residencial de trabalhadores ( ) Curral ( ) Outros: .....	
21.3 Características da sede principal	
21.3.1 Tipo de moradia ( ) Adobe/ Tijolos ( ) Alvenaria ( ) Mista ( ) Não Possui ( ) Madeira ( ) Pau roliço ( ) Material aproveitado ( ) Outros .....	
21.3.2 Cobertura da residência ( ) Telha de barro ( ) Laje de concreto ( ) Palha ( ) Material improvisado ( ) Telha de cimento amianto ( ) Zinco ( ) Madeira aparelhada ( ) Outros .....	



## 25 SITUAÇÃO DA MORADIA E SANEAMENTO

### 25.1 Destinos dos resíduos sólidos

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Abandona (joga no mato/rio/córrego) | <input type="checkbox"/> Deposita em local para agrotóxico      |
| <input type="checkbox"/> Queima                              | <input type="checkbox"/> Reciclagem                             |
| <input type="checkbox"/> Enterrado                           | <input type="checkbox"/> Depósito de lixo na cidade (Coletado)  |
| <input type="checkbox"/> Buraco para depósito de lixo        | <input type="checkbox"/> NSA – não tem resíduos não degradáveis |

25.2 Destino dos resíduos não degradáveis (plásticos, vidros, latas, papéis etc.)? .....

### 25.3 Tratamento da água a domicílio

- Filtração                       Cloração                       Fervura                       Sem tratamento

## 26 BENS DE CONSUMO, COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

### 26.1 Bens de consumo

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupa/tanquinho | <input type="checkbox"/> Freezer        | <input type="checkbox"/> Computador      |
| <input type="checkbox"/> Televisão com antena comum       | <input type="checkbox"/> Telefone       | <input type="checkbox"/> Impressora      |
| <input type="checkbox"/> Televisão com antena parabólica  | <input type="checkbox"/> Forno elétrico | <input type="checkbox"/> Internet        |
| <input type="checkbox"/> antena por satélite/TV a cabo    | <input type="checkbox"/> Forno a gás    | <input type="checkbox"/> Ar condicionado |
| <input type="checkbox"/> DVD                              | <input type="checkbox"/> Forno a lenha  | <input type="checkbox"/> Outros: .....   |
| <input type="checkbox"/> Rádio                            | <input type="checkbox"/> Batedeira      | .....                                    |
| <input type="checkbox"/> Geladeira                        | <input type="checkbox"/> Liquidificador | .....                                    |

### 26.2 Meios de comunicação

- Rádio     Televisão     Internet     Jornais     Revista especializadas     Outros: .....

26.2.1 Quais são os mais utilizados? .....

### 26.3 Meios de transporte

- Carro próprio             Motocicleta             Transporte escolar             Carro alugado (táxi)             A pé
- Carro da fazenda             Linha de ônibus             Carroça             Carona             Outros: .....

### 26.4 Manutenção do acesso/vias de circulação ao imóvel:

- O proprietário     A prefeitura     Não realiza     Não sabe     Outros: .....

## 27 ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR

27.1 Possui plano de saúde:  Não  Sim    Qual: .....

27.1.1 Número das pessoas da família coberta pelo plano: .....

27.2 Qualidade do atendimento:  Ótimo  Bom  Regular  Ruim  NSA

27.3 Com que frequência vai ao médico?

- Quando necessita             Mensal             Semestral             Anual

27.4 Que especialidade procura:

- Ginecologista     Otorrinolaringologista (garganta)             Cardiologista             Outros: .....
- Pediatra             Oftalmologista (olhos)             Clínico geral

27.5 Com que frequência vai ao dentista?

- Quando necessita             Mensal             Semestral             Anual             Não utiliza mais

27.6 Caso de doença, como são feitos os primeiros atendimentos? Ordem de preferência:

- Hospital             Benzedeira             Medicação caseira             Outros: .....

Unidade de saúde             Farmácia             Busca auxílio e/ou orientação de vizinhos

27.7 Existe alguém na família declarado judicialmente incapaz (doença mental, doença grave)?

- Não  Sim → Especificar: .....

27.7.1 Nome: .....            27.7.2 Nome do curador: .....

27.7.3 Endereço: .....

27.8 As crianças com menos de 5 anos de idade estão com as vacinas em dia?

- Não  Sim  NSA → Especificar: .....

27.9 Doenças mais comuns em sua família? .....

28 FAMÍLIA E COMUNIDADE – inserção social					
Descrição	Não	Sim	Frequência		Distância da Moradia
			Sempre	Algumas vezes	
Cursos, palestras, reuniões					
Eventos religiosos					
Eventos comunitários (festas, bailes)					
Sócio participante da comunidade					
Participa de esportes (futebol, etc.)					
Clube de mães					
Visitas a vizinhos e familiares					
Grupo de jovens					
Terceira idade					
Outros					

29 A COMUNIDADE				
A comunidade oferece	Possui		Frequenta	
	Não	Sim	Não	Sim
Igreja				
Salão comunitário				
Quadra de esportes – campo de futebol				
Posto de saúde				
Escola				
Mercado – lojas				
Telefone público				
Cemitério				

30 INFORMAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE E INSERÇÃO SOCIAL E POLÍTICA
30.1 Local do cemitério onde estão enterrados seus familiares?.....
30.2 Possui o serviço do Agente Comunitário de Saúde? ( ) Não ( ) Sim → Desde quando? .....
30.2.1 Quais orientações recebe deste profissional? .....
.....
30.2.2 Nome do(a) agente: .....
30.3 Nas eleições há urna nessa comunidade? ( ) Não ( ) Sim
30.4 É líder ou presidente de alguma instituição ou grupo? ( ) Não ( ) Sim
30.4.1 Já foi? ( ) Não ( ) Sim De qual? .....
30.5 Pessoas que normalmente lhe auxiliam na tomada de decisões importantes?
( ) Pai ( ) Irmão ( ) Avós ( ) Tio ou tia ( ) Família ( ) Vizinhos ( ) Não consulta ninguém / toma decisões próprias
( ) outros: .....

31 CARACTERÍSTICAS DA PECUÁRIA
( ) Bovinos ..... cabeças ( ) Suínos ..... cabeças ( ) Equinos ..... cabeças ( ) Galináceos ..... cabeças
( ) Caprinos ..... cabeças ( ) Ovinos ..... cabeças ( ) Outros ..... cabeças ( ) Outras aves ..... cabeças
31.1 Valor estimado do rebanho: .....
31.2 Existe criação de animais integrada (parceria) à indústria no estabelecimento?
( ) Não ( ) Sim → ( ) Aves ( ) Suínos ( ) Outro animal: .....
31.3 Qual investimento feito pelo integrador? .....
31.4 Faz controle de doenças e/ou parasitas em animais do estabelecimento?
( ) Não ( ) Sim → Qual? .....
31.5 Valor da despesa na compra de medicamentos (média anual 2010-11): .....
31.6 Houve investimento em animais em 2010-11? ( ) Não ( ) Sim
31.6.1 Valor da despesa: .....

**32 BOVINOS**

- 32.1 Qual foi a finalidade principal da criação?  
 Corte                       Cria                       Recria                       Engorda                       Leite
- 32.2 Qual era o total do rebanho bovino 2010-11? ..... cabeças
- 32.3 Possui animal rastreado:  Não  Sim
- 32.4 Quando foi implantado: .....
- 32.5 Faz rotação de pastagem?  Não  Sim
- 32.6 Fez confinamento no estabelecimento ou em outra propriedade?  Não  Sim
- 32.7 Quantos animais foram confinados em 2010-11? ..... cabeças
- 32.8 Fez suplementação alimentar?  Não  Sim     Mineral             Ração, grãos, subprodutos agroindustriais
- 32.9 Utilizou pastos alugados fora do estabelecimento?  Não  Sim Para quantos animais? ..... cabeças
- 32.10 Faz uso de inseminação artificial?  Não  Sim
- 32.10.1 Inseminação artificial → Quantas vacas foram inseminadas (2010-11)? ..... cabeças
- 32.10.2 Transferência de embriões → Quantas receberam embriões? ..... cabeças
- 32.10.3 Quais foram os gastos com o processo? .....

**33 PRODUÇÃO DE LEITE 2010-11**

- 33.1 Qual foi a produção total de leite de vaca? ..... litros
- 33.2 Utiliza ordenha mecânica:  Sim  Não
- 33.3 Qual a quantidade de leite vendido 2010-11? ..... litros
- 33.4 Preço médio unitário por litro de leite produzido? R\$ .....
- 33.5 Condições de entrega do leite:  Leite cru  Leite resfriado
- 33.6 Tanques para resfriamento de leite: Capacidade ..... litros
- 33.7 Destinação do leite:  
 COACAL                       Laticínios Davinópolis                       Laticínio de Santo Antônio do Rio Verde                       Outros
- Especificar: .....

**34 SUÍNOS**

- 34.1 Qual o total de suínos 2010-11: ..... cabeças
- 34.2 Qual é a finalidade principal da criação?  
 Consumo familiar  Comércio .....
- 34.3 Total de suínos vendidos: Nº ..... cabeças Valor: R\$ .....

**35 GALINÁCEOS**

- 35.1 Qual o total de galinhas, galos, frangos 2010-11: ..... cabeças
- 35.2 Qual é a finalidade principal da criação?  
 Consumo familiar  Comércio .....
- 35.3 Total de galinhas, galos, frangos vendidos: Nº ..... cabeças Valor: R\$ .....

**36 PRODUTOS CULTIVADOS NA ÚLTIMA SAFRA**

Descrição do produto	Área plantada		Quantidade média/destino		
	Alqueires	Hectares	Produzida	*Destino	Valor
Milho (sacos de 60kg)					
Soja (sacos de 60kg)					
Feijão (sacos de 60kg)					
Cana de açúcar (toneladas)					
Arroz (sacos de 60kg)					
Mandioca (toneladas)					
Frutas (caixas)					
Guariroba (unidades)					
<b>Outros:</b>					

\*Destino: 1) Não possui 2) Cooperativa 3) Comerciantes 4) Vizinhos 5) Consumo familiar 6) Outros – especificar 7) NSA (não produz)

### 37 FRUTAS – produção na propriedade

Descrição das frutíferas	Área plantada		Quantidade média/destino		
	Alqueires	Hectares	Produzida	*Destino	Valor
Cítricas (laranjas, limoeiro, etc.)					
Goiabeira					
Abacateiro					
Mamoeiro					
Mangueira, maracujá					
Bananeira					
Abacaxi ou ananás					
Pequi					
Acerola ou caju					
Outros:					

\*Destino: 1) Não possui 2) Cooperativa 3) Comerciantes 4) Vizinhos 5) Consumo familiar 6) Outros – especificar 7) NSA (não produz)

### 38 HORTIFRUTIGRANJEIROS – produção na propriedade

Descrição dos hortifrutigranjeiros	Área plantada		Quantidade média/destino		
	Alqueires	Hectares	Produzida	*Destino	Valor
Verduras (alface, rúcula, outros)					
Batata doce e/ou inglesa					
Cebola e/ou alho					
Cenoura e/ou beterraba					
Feijão vagem					
Repolho e/ou couve flor					
Especiarias (temperos, chá, pimenta)					
Pepino, melão, melancia, jiló					
Chuchu					
Abóbora ou moranga					
Plantas medicinais					
Outros:					

\*Destino: 1) Não possui 2) Cooperativa 3) Comerciantes 4) Vizinhos 5) Consumo familiar 6) Outros – especificar 7) NSA (não produz)

### 39 SILVICULTURA – produção na propriedade

Descrição da silvicultura	Área plantada		Quantidade média/destino		
	Alqueires	Hectares	Produzida	*Destino	Valor
Silvicultura					
Qual espécie é cultivada					

\*Destino: 1) Não possui 2) Cooperativa 3) Comerciantes 4) Vizinhos 5) Consumo familiar 6) Outros – especificar 7) NSA (não produz)

### 40 PRODUÇÃO FAMILIAR – por ano

Produção	Produz		Total produzido (quantidade)	*Destino		
	Não	Sim		Consumo familiar	Comercialização	
					Formal	Informal
Ovos (dúzias)						
Leite (litros)						
Queijo (kg)						
Mel (kg)						

Açúcar (kg)							
Aguardente (litros)							
Licores (litros)							
Algodão (kg)							
Pimenta (kg)							
Açafrão (kg)							
Polvilho (kg)							
Farinha de mandioca (kg)							
Doces (kg)							
Outros							
<b>*Destino:</b> 1) Não possui 2) Cooperativa 3) Comerciantes 4) Vizinhos 5) Outros – especificar 7) NSA (não produz)							

#### 41 UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS

- 41.1 Utilizam agrotóxicos para o controle de pragas e/ou doenças em vegetais? ( ) Não ( ) Sim
- 41.2 Qual o valor da despesa com agrotóxicos? ..... Quantidade? ..... l/ano
- 41.3 Quando aplica o agrotóxico, qual é o tipo de equipamento utilizado?  
 ( ) Pulverizador costal ( ) Pulverizador estacionário ( ) Equipamentos de tração mecânica e/ou animal  
 ( ) Por aeronaves ( ) Nenhum ( ) Outro equipamento: .....
- 41.4 A aplicação do agrotóxico é feita com uso de quais equipamentos de proteção individual?  
 ( ) Chapéu/capuz ( ) Óculos/protetor facial ( ) Máscara ( ) Luvas  
 ( ) Avental/capa ( ) Roupa protetora (macacão) ( ) Botas ( ) Nenhum  
 Outros: .....
- 41.5 Conhece os procedimentos de tríplex lavagem? ( ) Não ( ) Sim ( ) NSA
- 41.5.1 Pratica esse procedimento? ( ) Não ( ) Sim ( ) NSA
- 41.6 Qual o destino das embalagens vazias de agrotóxicos?  
 ( ) Utiliza na propriedade ( ) Devolvidas ao comerciante ( ) Depositadas no estabelecimento, para serem retiradas  
 ( ) Queimadas ou enterradas ( ) Largadas no campo ( ) Recolhidas pela prefeitura ou órgãos públicos  
 ( ) Vendidas ( ) Depósito de lixo comum  
 ( ) Outro destino: .....
- 41.7 Ocorre intoxicação por agrotóxicos no estabelecimento? ( ) Não ( ) Sim ( ) Não sabe
- 41.8 Utilizam outras alternativas para o controle de pragas e/ou doenças em vegetais? ( ) Não ( ) Sim
- 41.9 Quais alternativas utilizam?  
 ( ) Queima de resíduos agrícolas e de restos de culturas ( ) Outras (uso de repelentes, calda, controle biológico, etc)  
 ( ) Uso de armadilha .....
- 41.10 No estabelecimento se faz agricultura orgânica?  
 ( ) Não faz ( ) Faz e não é certificado por entidade credenciada ( ) Faz e é certificado por entidade credenciada  
 Qual entidade? .....

#### 42 PRODUÇÃO

- 42.1 No estabelecimento utiliza força de tração animal e/ou mecânica? ( ) Não ( ) Sim  
 Qual? ( ) Animal ( ) Mecânica
- 42.2 Qual é a procedência da força utilizada?  
 ( ) Própria ( ) De uso comunitário ( ) Serviço contratado ( ) Cedida pelo Governo (Federal, Estadual ou Municipal)  
 ( ) Alugada ( ) De empreiteiros ( ) Cedida por terceiros
- 42.3 Quais destas práticas agrícolas são utilizadas no estabelecimento?  
 ( ) Plantio em nível ( ) Queimada ( ) Proteção e/ou conservação de encostas  
 ( ) Uso de terraços ( ) Rotação de culturas ( ) Pousio ou descanso de solos  
 ( ) Uso de lavouras para reforma/renovação/recuperação de pastagens
- 42.4 Faz aplicação de calcário e/ou outros corretivos do pH do solo no estabelecimento? ( ) Não ( ) Sim
- 42.5 Qual o valor da despesa com calcário e outros corretivos? .....

42.6 Faz adubação no estabelecimento? ( ) Não ( ) Sim Quais?

( ) Lavoura ( ) Em pastagens Outros: .....

42.7 Quais produtos utiliza?

( ) Adubação verde ( ) Adubo químico nitrogenado ( ) Esterco e/ou urina de animal  
 ( ) Húmus de minhoca ( ) Adubo químico não-nitrogenado ( ) Inoculantes (fixadores de nitrogênio)  
 ( ) Vinhaça ( ) Biofertilizantes ( ) Composto orgânico  
 ( ) Outros: .....

#### 43 DADOS SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO

43.1 Há quantos anos explora economicamente esta área? ..... anos ( ) NSA

43.2 Há quantos anos deixou de explorar economicamente esta área? ..... anos ( ) NSA

43.3 O produtor tem acesso às informações sobre o mercado (demanda, preços, exigências do consumidor)? ( ) Sim ( ) Não

43.3.1 Como obtém essas informações? .....

43.4 Existem problemas para a comercialização? ( ) Não ( ) Sim Por quê? .....

#### 44 A ÁREA DISPONÍVEL PARA A FAMÍLIA DESENVOLVER OS PROJETOS AGROPECUÁRIOS

Área do imóvel/disponibilidade Alqueire = 4,84 hectares Descrição	Distribuição da superfície do imóvel					
	Próprias		Terceiros		Total	
	al	ha	al	ha	al	ha
Culturas temporárias						
Pastagens cultivadas						
Pastagens naturais						
Culturas perenes (cana – café)						
Não cultivadas ou não utilizadas						

44.1 Área total disponível – na propriedade: ..... ha

44.2 Área utilizada - total: ..... ha

44.3 Diferença entre a área disponível e a utilizada: ..... ha

44.4 Área do quintal onde são desenvolvidas as culturas de consumo familiar: ..... ha

#### 45 UNIDADES ARMAZENADORAS EXISTENTES NO ESTABELECIMENTO ( ) Não possui ( ) Possui

Silos para forragens Número ( ) → Capacidade ..... Kg	Para outros produtos (não- refrigerados) Número (.....) Capacidade..... litros
Depósitos e silos para a guarda da produção para grãos Número ( ) → Capacidade ..... Kg	Tanques para resfriamento de leite: Capacidade ..... litros
Para outros produtos (refrigerados) Número ( ) → Capacidade ..... m <sup>3</sup>	

#### 46 TRATORES, IMPLEMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS EXISTENTES NO ESTABELECIMENTO em 2010-11

46.1 Tratores com menos de 100 CV .....	46.10 Ceifadeiras (picadeira de forragem) .....
46.2 Tratores de 100 CV e mais .....	46.11 Caminhões .....
46.3 Arados (fuçador ou de disco) e escarificador .....	46.12 Utilitários .....
46.4 Grades e/ou enxadas rotativas .....	46.13 Automóveis .....
46.5 Roçadeiras .....	46.14 Reboques .....
46.6 Semeadeiras e/ou plantadeiras .....	46.15 Motos .....
46.7 Colheitadeiras .....	46.16 Aviões e aeronaves de uso agrícola .....
46.8 Pulverizador e/ou atomizadores .....	46.17 Veículos de tração animal .....
46.9 Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário .....	46.18 Embarcações.....

46.19 Investimentos em 2010-11

46.19.1 Houve investimento em veículos novos em 2010-11?

(....) Não...(....) Sim → Qual o valor desse investimento? R\$.....

46.19.2 Houve investimento em veículos usados em 2010-11?  
 Não  Sim Qual o valor total desse investimento R\$ .....

46.19.3 Houve investimento em máquinas e implementos novos em 2010-11?  
 Não  Sim Qual o valor total desse investimento R\$ .....

46.19.4 Houve investimento em máquinas e implementos usados em 2010-11?  
 Não  Sim Qual o valor total desse investimento R\$ .....

46.19.5 Qual era o valor total de veículos, tratores, máquinas e implementos em 2009-10? R\$ .....

#### 47 EQUIPAMENTOS E UTILITÁRIOS

Implementos de tração animal     Plantadeira manual (matraca)     Batedor e ou debulhador de cereais  
 Carroça/Carretão     Ensiladeira     Enxada, foice, machado, pá, outros  
 Pulverizador costal     Motosserra     Ferramentas de carpintaria (martelo, serrote, alicate, etc.)  
 Outros. Quais? .....

#### 48 HABILIDADES QUE A FAMÍLIA POSSUI NO MANEJO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Descrição da habilidade	Chefe	Esposa	Filho	Outro
Operar trator e implementos				
Possui carteira de habilitação				
Operar motosserra				
Aplicar vacina em animais				
Arar ou gradear com tração animal				
Aplicação de defensivos agrícolas				
Aplicação de calcário				
Organização de horta familiar				
Outros				
Quais? .....				
.....				

#### 49 HABILIDADES QUE A FAMÍLIA POSSUI NO MANEJO DA PECUÁRIA

Descrição da habilidade	Chefe	Esposa	Filho	Outro
Gado de corte a campo				
Gado de corte confinado				
Gado leiteiro/misto				
Avicultura comercial				
Ovino e ou caprinocultura				
Piscicultura				
Equinocultura				
Outros				
Quais? .....				
.....				

#### 50 HABILIDADES QUE A FAMÍLIA POSSUI NOS AFAZERES DOMÉSTICOS

Descrição da habilidade	Chefe	Esposa	Filho	Outro
Corte e costura				
Faz queijos				
Ordenha				
Outros				
Quais? .....				
.....				





Serviço Público Federal  
 Universidade Federal de Goiás  
 Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Campus Catalão



Memorando nº 003/2009/PPG/CAC

Catalão, 12 de janeiro de 2009.

À  
 Coordenação Geral de Pesquisa/UFG  
 Comitê de Ética

Assunto: Projetos de Pesquisa/CAC/UFG

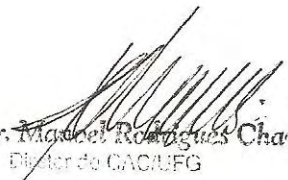
Senhora Coordenadora,

1. Encaminhamos a V. Sa., os documentos retificados dos Projetos de Pesquisa relacionados abaixo:

Ordem	Pesquisador Responsável	Título do Projeto
1	Estevane de Paula Pontes Mendes	A Agricultura Familiar na ruralidade brasileira: as comunidades tradicionais no Cerrado Goiano
2	Estevane de Paula Pontes Mendes	Monitoramento da qualidade de vida da população remanejada pela formação do Reservatório da UHE Serra do Facão
3	Wolney Honório Filho	Memória Viva: Produção de novas fontes históricas sobre a cultura Educacional e a Formação de professores no sudoeste goiano

2. Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

  
 Prof. Dr. Marcel Rodrigues Chaves  
 Diretor do CAC/UFG



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Conselho Nacional de Saúde  
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (versão outubro/99)

1. Projeto de Pesquisa: <b>A agricultura familiar na ruralidade brasileira: as comunidades tradicionais no Cerrado goiano</b>				
2. Área do Conhecimento (Ver relação no verso) Ciências Humanas/Geografia		3. Código: 7.06	4. Nível: ( Só áreas do conhecimento 4 )	
5. Área(s) Temática(s) Especial (s) (Ver fluxograma no verso)		6. Código(s):	7. Fase: (Só área temática 3) I ( ) II ( ) III ( ) IV ( )	
8. Unitermos: ( 3 opções ) Desenvolvimento rural, Agricultura familiar e pecuária familiar. Comunidades tradicionais.				
<b>SUJEITOS DA PESQUISA</b>				
9. Número de sujeitos: 352 famílias/propriedades		10. Grupos Especiais : <18 anos ( X ) Portador de Deficiência Mental ( ) Embrião/Feto ( X ) Relação de Dependência (Estudantes, Militares, Presidiários, etc) ( ) Outros ( ) Não se aplica ( )		
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>				
11. Nome: Estevane de Paula Pontes Mendes				
12. Identidade: 2852873		13. CPF.: 49747860163		19. Endereço (Rua, nº): Rua Leopoldo de Bulhões, 506, Ap. 1201. Bairro: São João
14. Nacionalidade: Brasileira		15. Profissão: Geógrafa		20. CEP: 75703-040
16. Maior Titulação: Doutora		17. Cargo: Professora		21. Cidade: Catalão
				22. U.F. Goiás
		23. Fone: (64) 3411 3148		24. Fax (64) 3441-1515
18. Instituição a que pertence: Universidade Federal De Goiás – Campus Catalão			25. E.mail: iemendes@ibest.com.br	
<p><b>Termo de Compromisso:</b> Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.</p> <p>Data: 26 / 11 / 2008</p> <p style="text-align: right;"><i>Estevane de Paula Pontes Mendes</i> Assinatura</p>				
<b>INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ REALIZADO</b>				
26. Nome: Universidade Federal de Goiás		29. Endereço (Rua, nº): Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120. Setor Universitário. Catalão (GO). Caixa Postal 056		
27. Unidade/Orgão: CAMPUS CATALÃO		30. CEP: 75704 - 020		31. Cidade: Catalão
28. Participação Estrangeira: Sim ( ) Não ( X )		33. Fone: (64) 3441 1500		32. U.F. Goiás
		34. Fax.: (64) 3441 1536		
35. Projeto Multicêntrico: Sim ( ) Não ( X ) Nacional ( ) Internacional ( ) ( Anexar a lista de todos os Centros Participantes no Brasil )				
<p><b>Termo de Compromisso (do responsável pela Instituição):</b> Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução</p> <p>Nome: <u>Manoel Rodrigues Chaves</u> Cargo: <u>Diretor da Unidade Campus Catalão</u></p> <p>Data: 26 / 11 / 2008</p> <p style="text-align: right;"><i>Manoel Rodrigues Chaves</i> Assinatura</p>				
<b>PATROCINADOR</b> Não se aplica ( X )				
36. Nome:		39. Endereço		
37. Responsável:		40. CEP:		41. Cidade:
38. Cargo/Função:		43. Fone:		42. UF
		44. Fax:		
<b>COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP</b>				
45. Data de Entrada: _ / _ / _		46. Registro no CEP:		47. Conclusão: Aprovado ( )
				48. Não Aprovado ( )
		Data: _ / _ / _		Data: _ / _ / _
49. Relatório(s) do Pesquisador responsável previsto(s) para:				
		Data: _ / _ / _		Data: _ / _ / _
Encaminhado a CONEP: 50. Os dados acima para registro ( ) 51. O projeto para apreciação ( )		53. Coordenador/Nome		Anexar o parecer consubstanciado
52. Data: _ / _ / _		Assinatura		
<b>COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP</b>				
54. Nº Expediente :		56. Data Recebimento :		57. Registro na CONEP:
55. Processo :				
58. Observações:				

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

### 2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Juniele Martins Silva		
E-mail:	Junielemartins@yahoo.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo empregatício do autor	Bolsista		
Agência de fomento:	Fundação de Apoio a Pesquisa	Sigla:	FUNAPE
País:	Brasil	UF: GO	CNPJ:
Título:	<b>Agricultura familiar e territorialidade:</b> as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO)		
Palavras-chave:	Agricultura familiar. Modernização da agricultura. Identidade territorial. Comunidade Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)		
Título em outra língua:	<b>Familiar agriculture and territoriality:</b> the communities Cruzeiro dos Martírios and Paulistas in the city of Catalão (GO)		
Palavras-chave em outra língua:	Familiar agriculture. Modernization of agriculture. Territorial identity. Community Cruzeiro dos Martírios and Paulistas, Catalão (GO).		
Área de concentração:	Geografia e Ordenamento do Território		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	26/08/2011		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão		
Orientador (a):	Profª. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes		
E-mail:	estevaneufg@gmail.com		
Co-orientador (a):			
E-mail:			

### 3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?<sup>1</sup>       total       parcial

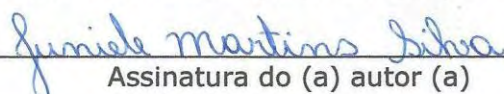
Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: \_\_\_\_\_

Outras restrições: \_\_\_\_\_

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.



Assinatura do (a) autor (a)

Data: 14 / 10 / 2011

<sup>1</sup> Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.